

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOLUME XXII — FASC. 3

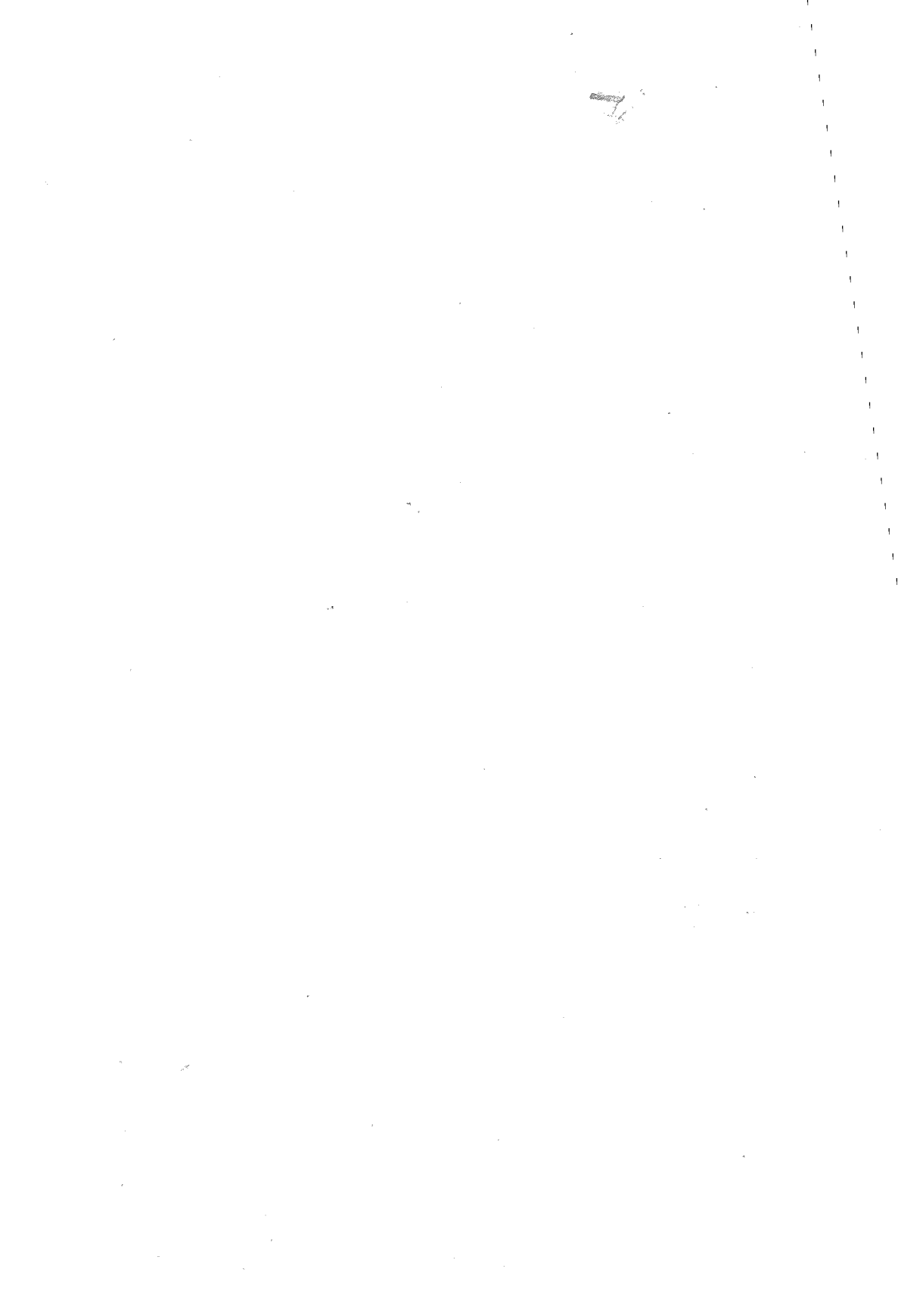
Colóquio Luso-Espanhol de Cultura Castreja

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA
PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
E PELA EMPRESA DAS ÁGUAS DE CARVALHELHOS



PORTO — 1973

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA «DR. MENDES CORRÊA» — Faculdade de Ciências



Este 3.º fascículo de Vol. XXII dos

TRABALHOS

DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA,

revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, é especialmente dedicado ao Colóquio Luso-Espanhol de Cultura Castreja, realizado na Estalagem da Empresa das Águas de Carvalhelhos de 4 a 11 de Outubro de 1972.

O Colóquio Luso-Espanhol de Cultura Castreja em Carvalhelhos

(4 a 11 de Outubro de 1972)

POR

J. R. dos Santos Júnior

Prof. Cat. da Fac. de Ciências da Universidade do Porto
e Presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia

Há muito acalentava a ideia de a Sociedade Portuguesa de Antropologia, a que tenho a honra de presidir, promover a organização de um colóquio de cultura castreja, no qual arqueólogos portugueses e espanhóis pudessem participar, trazendo, no convívio de alguns dias, o resultado dos seus estudos em castros do noroeste peninsular, isto é, do norte de Portugal e da Galiza.

Vem de há muito o meu interesse pelos castros.

Um dos primeiros trabalhos que elaborei por incentivo e sob orientação do querido Mestre Prof. Mendes Correia, foi sobre um pequenino castro trasmontano, o *Casto da Cigadonha* ⁽¹⁾, que fica em termo da freguesia de Carviçais, concelho de Moncorvo, distrito de Bragança.

Quando visitei aquele castro dei asas à imaginação. Consegui ver os castrejos na sua labuta daquela hora e o rapazio em correrias na prática dos seus jogos infantis ou aos pinchos por cima das muralhas.

(1) J. R. dos Santos Júnior, *As ruínas castrejas da Cigadonha*, publicação do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Porto, 1929, 14 pág., 4 fig.

Quanto cismeï ao estudar aquele castro, percorrendo-o! Depois, sentado num troço da muralha, sem grande esforço de imaginação, em pura abstracção, dei-lhe vida; povoei-o.

Quando acordei daquela evocação, disse para mim mesmo:

— Aqui se viveu, se brincou, se trabalhou, se comeu e bebeu. Aqui se amou, na santificada organização da família; se gozaram alegrias e sofreram tristezas. Aqui se morreu.

Depois que montei, e seguia escarranchado no cavalo em que regressei a Carviçais, ainda imaginei os castrejos, eles e elas, pastoreando os seus rebanhos, e os rapazes vigiando as armadilhas e laços aos coelhos, lebres, perdizes e outra passarada.

Desde então radicou-se no meu espírito um misto de admiração e de respeito pelas velhas ruínas dos nossos castros, onde viveram, durante séculos, várias tribos da remota Lusitânia.

É que, como já o escrevi algures, «as sociedades indígenas castrejas, primeiro celtizadas, a seguir romanizadas e depois cristianizadas, constituíram a base extreme em que entroncou, sólida e firme, a nacionalidade portuguesa.

«Nos castros implantam-se as velhas raízes da nossa nacionalidade.

«E assim, estudar os castros e a cultura castreja é fazer nacionalismo, do mais puro, do mais são.»

*

Entre os castros que tenho tido ensejo de estudar, avulta o Castro de Carvalhelhos ⁽¹⁾.

Há vinte e dois anos, que, todos os anos, em períodos de duração variável, por via de regra de duas a três semanas em cada ano, ali tenho trabalhado e feito escavações.

O Castro de Carvalhelhos situa-se em termo da freguesia de Beça, concelho de Boticas, distrito de Vila Real, e fica sobranceiro às justamente afamadas Águas de Carvalhelhos.

As primeiras campanhas foram subsidiadas pela Empresa destas Águas.

⁽¹⁾ Este castro é «imóvel de interesse público». (Decreto n.º 38 941 de 6 de Novembro de 1951).

À memória do meu querido amigo D. Francisco Gonzalez, que, durante muitos anos, foi inteligente e dinâmico Director da Empresa, presto a minha homenagem, recordando a prontidão e largueza com que subsidiou, e ajudou, os trabalhos iniciais, e, noutras oportunidades, concedeu novos subsídios e ajudas para prosseguimento das escavações.

O Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, então dirigido pelo meu querido Mestre, Prof. Mendes Correia concedeu-me, em alguns anos, pequenos subsídios para pagamento de serviços.

A Direcção-Geral dos Monumentos (Ministério das Obras Públicas), em três anos sucessivos concedeu-me subsídios da ordem de uma a duas dezenas de milhares de escudos, o que permitiu dar um acentuado avanço aos trabalhos de exploração arqueológica do castro.

O Instituto de Alta Cultura, num ou noutro ano, também concedeu pequenos subsídios que possibilitaram ampliar o âmbito das tarefas em curso.

Com as ajudas e os incentivos das referidas entidades pude, como disse, proceder a escavações no Castro de Carvalhelhos durante vinte e dois anos consecutivos.

Consegui restaurá-lo das ruínas a que o reduziram os ladravazes das pedras das casas e das muralhas, para, com elas, vedarem alguns lameiros e fazerem casas na aldeia de Carvalhelhos.

Pode asseverar-se que um bom número de casas da aldeia foram, em grande parte, construídas com pedras levadas do castro ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Em Março de 1954 um habitante de Carvalhelhos, de nome Alexandre Alves, resolveu fazer uma casa. Contratou quatro carreiros, cada um com seu carro de bois, e, durante uns dias, arrancou pedras da muralha reconstruída e das casas redondas por nós descobertas e em parte isoladas. Comuniquei superiormente o furto das pedras e a vandálica destruição daquilo que, com tanta despesa, gosto e carinho, tínhamos posto a descoberto e íamos procurando repor na sua feição primitiva. O Alexandre Alves foi processado pela Fazenda Pública. Julgado em Chaves não foi condenado a repor as pedras que, por vandalismo, estupidez, ignorância ou maldade, tinham sido tiradas do castro, «imóvel

Com as pedras espalhadas pela encosta do monte em cuja plataforma cimeira foi implantado o castro, mais as que estavam soterradas nos fossos e as caídas junto das muralhas, pudemos refazer as mesmas a uma altura de dois a três metros.

Quanto à restauração parcial do castro, a que procedi em 22 anos de trabalho, com os elementos que ia tendo à mão, apraz-me reproduzir o voto que a representação galega ao Colóquio de Carvalhelhos apresentou na sessão de encerramento do mesmo.

Foi apresentado nestes termos:

«A representação galega declara considerar modelar a restauração do Castro de Carvalhelhos e solicita às entidades portuguesas o referendo desta afirmação.»

*

O Castro de Carvalhelhos foi, digamos, o núcleo em torno do qual se resolveu organizar o 1.º Colóquio de Cultura Castreja.

Juntaram-se-lhe mais dois castros. O de S. Vicente da Chã (Pisões), no concelho de Montalegre, onde o Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia» realizou cinco campanhas de escavações subsidiadas pela Empresa Hidroeléctrica do Cávado, e mais o Castro de Sabrosa, no concelho do mesmo nome, onde, há uns dez anos, se vêm realizando escavações, que têm sido por nós orientadas.

Foram estes três castros trasmontanos e os trabalhos neles

de interesse público» havia já dois anos (Decreto n.º 38 941 de 6 de Novembro de 1951).

A impunidade é um incentivo para os manhosos, sob a capa do não sabia, do «não tinha conhecimento», continuarem a fazer destruições sucessivas.

Passados três anos, em Agosto de 1957 fui informado de que a importante estação de arte rupestre do *Outeiro Machado*, na Abobeira, perto de Chaves, tinha sido parcialmente destruída.

A cobiça no tesouro que a lenda dizia existir dentro daquele penedo, levou um vandálico pesquisador de tesouros a broqueá-lo e, a tiro, estilhaçar-lhe uma ponta.

Não era de mais que o destruidor fosse obrigado a repor na posição primitiva os pedaços que fizera saltar a tiro.

Não consta que tenha havido procedimento contra o vândalo.

A impunidade continua.

realizados, que fizeram surgir a ideia dum Colóquio de Cultura Castreja em Carvalhelhos.

A Empresa das Águas de Carvalhelhos acolheu a nossa ideia em imediata anuência, prontificando-se a receber os participantes do Colóquio como seus hóspedes de honra.

Com a pronta anuência e o franco incentivo dos Senhores Orlando Gonzalez e António Setas, Administradores da Empresa, pudemos dar início à organização do Colóquio em Carvalhelhos de 4 a 11 de Outubro deste ano de 1972.

A Empresa das Águas de Carvalhelhos, generosamente, e em louvável atitude mecénica, concedeu-nos amplitude para convite a participantes, chegando a pôr a hipótese de, se necessário fosse, transportar e instalar na Pousada de Chaves aqueles que, porventura, não pudessem ficar em Carvalhelhos na sua Estalagem.

Embora tal atitude fosse muito de louvar e de apreciar, julgou-se conveniente reduzir o número de participantes, convidando apenas alguns dos arqueólogos que mais especialmente se têm dedicado ao estudo dos castros do noroeste peninsular.

Sem dúvida que a participação de outros arqueólogos, quer portugueses quer espanhóis, seria altamente proveitosa para o estudo e esclarecimento de vários problemas em torno da cultura castreja, cujo desenvolvimento e evolução decorreu na Idade do Ferro, período post-halstático, e pode fixar-se desde o século V ou VI a. C. ao século II depois de Cristo.

No entanto, e por circunstâncias de várias naturezas, julgou-se conveniente que o I Colóquio de Cultura Castreja congregasse um pequeno número de arqueólogos.

Com a participação, já referida, da Empresa das Águas de Carvalhelhos, das Câmaras Municipais de Chaves e de Sabrosa, da Empresa Portuguesa de Electricidade, bem como da Fundação Gulbenkian e do Instituto de Alta Cultura pôde-se organizar o seguinte programa de trabalhos.

Dia 4 (4.^a-feira) — Chegada a Carvalhelhos e instalação.

Noite — Saudação e cumprimentos aos participantes no Colóquio pelo Presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia.

- Dia 5 (5.^a-feira) — Manhã 10 h — Visita ao Castro de Carvalhelhos; escavação do miolo duma casa castreja, que poderá prosseguir da parte de tarde.
Tarde 15 h — Colóquio.
Noite 21 h — Colóquio.
- Dia 6 (6.^a-feira) — Manhã 10 h — Colóquio.
Tarde — Ida a Chaves, que fica a 33 km de Carvalhelhos.
14,30 h — Visita ao Castro de Curalha, que fica a caminho de Chaves e a cerca de 3 km desta cidade. O Castro de Curalha fica a uns 800 metros da estrada.
16 h — Visita a Chaves — Ponte romana e Museu Municipal.
18 h — Recepção pela Câmara Municipal que oferece um pør-do-sol.
- Dia 7 (Sábado) — Manhã 10 h — Colóquio.
Tarde 15 h — Colóquio.
- Dia 8 (Domingo) — 08 h — Missa por alma de D. Francisco Gonzalez e de seu filho Orlando Gonzalez.
09 h — Abalada para visita ao Castro de Sabrosa.
Chegada a Sabrosa às 10,30 h, visita ao Castro, que, há cerca de 10 anos, está a ser escavado sob orientação do Inst. de Antropologia «Dr. Mendes Correia» da Universidade do Porto. As escavações têm sido acompanhadas pelos Senhores Joaquim Ervedosa, delegado concelhio da 1.^a Subsecção da 2.^a Secção da Junta Nacional de Educação, e pelo Delegado Escolar no concelho de Sabrosa, professor Manuel Alfredo Sousa Castro Marques.
Às 13 h — Almoço volante oferecido pelo Sr. Joaquim Ervedosa.
Às 15 h — Visita ao santuário de Panóias que fica a cerca de 4 km de Sabrosa.
- Dia 9 (2.^a-feira) — Manhã — Colóquio.
Tarde — Colóquio.
- Dia 10 (3.^a-feira) — Manhã — Colóquio.
Tarde — Visita ao Castro de Lesenho, situado a cerca de 1 000 metros de altitude e a uns 5 km de Carvalhelhos, ou ao Castro de S. Vicente da Chã (Pisões), onde o Instituto de Antropologia Dr. «Mendes Correia» realizou escavações durante 5 anos, subsidiadas pela Empresa Hidroeléctrica do Cávado.
Noite — Sessão de encerramento.
- Dia 11 (4.^a-feira) — Abalada de Carvalhelhos.

Acederam ao nosso convite alguns arqueólogos portugueses e espanhóis que gentilmente participaram no Colóquio com os trabalhos que figuram na lista que se segue.

Lista dos trabalhos anunciados

- Prof. A. Garcia y Bellido, Director do Instituto Español de Arqueologia «Rodrigo Caro», Madrid — *Los grupos de casas en las ciudades castreñas.*
- Prof. Juan Maluquer de Motes, Director del Museo Arqueológico da Universidade de Barcelona — *Tradición y novedades en el desarrollo de la cultura de los castros del noroeste peninsular.*
- José Filgueira Valverde, Director do Museo Municipal de Pontevedra — *O ouro nos castros galegos.*
- Fermin Bouza-Brey — *características e particularidades dos castros dos arredores de Compostela.*
- Joaquin Lorenzo Fernandez — *Metamorfosis de unha casa castrexa.*
- Modesto Rodriguez Figueiredo — *Outra vez co a ofiolatria: dous achadegos interesantes.*
- Jesus Taboada Chivite — *La romanización del habitat castreño.*
- Prof. Bairrão Oleiro, Director-Geral dos Serviços Culturais (Ministério da Educação Nacional) — *Notas sobre cultura castreja.*
- Prof. D. Fernando de Almeida, Director do Museo Arqueológico do Dr. Leite de Vasconcelos (Lisboa) — *A mineração e a ourivesaria castreja.*
- Prof. Arq.^o Rogério de Azevedo — *Uma teoria sobre os castros.*
- D. Domingos de Pinho Brandão, Bispo-auxiliar do Porto. *O Castro do Monte do Castelo — Penha Longa (Marco de Canaveses).*
- Dr. Adriano Vasco Rodrigues — *A Educação na cultura castreja.*
- Dr.^a D. Maria d'Assunção Carqueja Rodrigues — *Alguns Castros da região da Guarda.*
- Prof. J. R. dos Santos Júnior — *Notáveis condições de defesa do Castro de Carvalhelhos — Alguns problemas castrejos: cobertura das casas.*

Dr. Octávio da Veiga Ferreira — *Antecedentes pré-históricos dos Castros da Idade do Ferro: os Castros da Idade do Cobre em Portugal.*

Coronel Mário Cardoso — Convidado, pediu escusa por motivo de doença, o que muito se lamenta.

4 de Agosto de 1972

Sem dúvida que outros arqueólogos, quer portugueses quer espanhóis, era nosso desejo tê-los como companheiros no Colóquio.

Porém, como se referiu, houve que reduzir o número de convidados, embora, como já disse, a Empresa das Águas de Carvalhos se prontificasse a transportar e a instalar na Pousada e hotéis de Chaves um certo número de participantes.

Acompanharam os trabalhos do Colóquio as licenciandas da Faculdade de Letras de Lisboa, senhoras D. Nídia Maria Pereira de Almeida e D. Maria José Fialho Garção, alunas do Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, ilustre Director da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que teve a louvável iniciativa de as levar consigo.

Estas senhoras secretariaram as sessões do Colóquio, tendo prestado muito bons serviços.

Também foram participantes do Colóquio o Arquitecto Fernando Lanhas e o P. António da Eira e Costa, cujos trabalhos, respectivamente, *Continuidade de gravados rupestres (covichas) no âmbito castrejo* e *O Castelo do Mau Vizinho* não houve ensejo de serem apresentados (1).

Por amável deferência do Sr. Coronel Mário Cardoso, que não pôde tomar parte no Colóquio, é publicado o seu trabalho *La culture des «castros» du nord du Portugal.*

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»

Faculdade de Ciências — Univ. Porto

Outubro de 1972

(1) O Arq.º Lanhas não apresentou o trabalho prometido.

RECEPÇÃO AOS PARTICIPANTES NO COLÓQUIO

Na tarde do dia 4 de Outubro chegaram alguns arqueólogos portugueses e espanhóis, e suas esposas, que a Empresa das Águas de Carvalhelhos recebeu e aposentou nas primorosas instalações da sua Estalagem.

À noite o Prof. Santos Júnior, organizador do Colóquio e Presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia, numa primeira sessão de trabalhos, saudou aqueles que, acedendo ao seu convite, enviaram os temas dos trabalhos anunciados, e bem assim os presentes que ali vieram para expor os resultados dos seus estudos de anos de trabalho sobre os castros do noroeste peninsular.

Apresentou agradecimentos à Empresa das Águas de Carvalhelhos nas pessoas da Ex.^{ma} Senhora Dona Cândida Gonzalez, viúva de D. Francisco Gonzalez, o grande impulsionador da grande e próspera Empresa das Águas de Carvalhelhos e de seu genro, o Sr. António Setas, actual Presidente do Conselho de Administração da Empresa, por terem, desde a primeira hora, abraçado a sugestão do Prof. Santos Júnior de ali reunir, em torno do Castro de Carvalhelhos, um grupo de arqueólogos portugueses e espanhóis, recebidos como seus hóspedes de honra.

Agradecimentos são também devidos à Empresa pelo muito que tem auxiliado as escavações do castro, que, em alguns anos, têm sido por ela totalmente subsidiadas.

É bem de louvar a mecénica atitude desta notável empresa que também se prontificou a ajudar a publicação dos trabalhos deste Colóquio, se tal for preciso.

O Prof. Santos Júnior, informou que a Fundação Gulbenkian concederá um subsídio de duas dezenas e meia de milhares de escudos para a publicação dos trabalhos deste Colóquio, pelo que ao seu Conselho de Administração são devidos agradecimentos, que lhe é grato testemunhar, mais uma vez naquele momento.

Também ao Instituto de Alta Cultura são devidos agradecimentos pela verba concedida para a preparação do Colóquio e dos castros de S. Vicente da Chã (Pisões) e de Sabrosa, cujas

escavações têm sido feitas ou dirigidas pelo Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia» da Universidade do Porto, e que figuram no programa do Colóquio como estações arqueológicas a visitar.

O Prof. Santos Júnior leu uma carta que o Prof. Garcia y Bellido lhe escreveu poucos dias antes do inesperado falecimento deste ilustre arqueólogo espanhol, que estava inicialmente disposto a participar no Colóquio de Carvalhelhos com o trabalho atrás indicado.

Lamenta o desaparecimento daquele insigne Professor da Universidade Central de Madrid, espírito culto e brilhante e um dos mais distintos arqueólogos espanhóis. A sua morte foi uma grande perda para a Arqueologia peninsular, na qual era um reputado e consagrado Mestre.

Foram guardados alguns momentos de silêncio em homenagem à memória daquele insigne Professor e sábio arqueólogo.

Visita de estudo a Chaves

A tarde do dia 6 de Outubro foi dedicada a Chaves.

À meia tarde e à chegada àquela cidade os arqueólogos participantes no Colóquio dirigiram-se à Câmara e ali foram recebidos pela edilidade flaviense. O organizador do Colóquio numa breve saudação apresentou agradecimentos ao ilustre presidente Sr. Dr. José Agostinho Freire Pizarro.

A robusta ponte romana que atravessa o Tâmega foi visitada, e nela, demoradamente, apreciadas as duas colunas que se erguem a meio da mesma, uma delas com a indicação das «gens» ou tribos que participaram na construção daquela esplêndida ponte.

Seguiu-se a visita ao Museu Municipal, onde o ilustre Presidente da Câmara e alguns vogais da mesma aguardavam os arqueólogos visitantes.

O Sr. Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, distinto advogado em Chaves, que tem orientado a organização do Museu, dirigiu

saudações aos arqueólogos visitantes e fez uma breve resenha da criação e crescimento daquele Museu.

O organizador do Colóquio e o Sr. Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, disseram breves palavras de agradecimento, pelo modo como estavam a ser recebidos e de apreço e interesse pela visita àquele Museu.

Seguiu-se a visita, que foi demorada, pois ali estão expostos espécimes de grande interesse arqueológico que fornecem valiosos elementos para o conhecimento da história da região flaviense.

Foi especialmente apreciada a colecção lapidar que o Sr. Dr. Gonçalves Carneiro ciceronou na visita, dando, de cada objecto ou colecção expostas, eruditas informações complementares. Foi uma visita muito proveitosa.

Ao fim da tarde a Câmara brindou os arqueólogos portugueses e espanhóis com um pôr-do-sol, excelente merenda, primorosamente servida no moderno balneário das Termas de Chaves, de construção recente, que goza da justa fama de ser o melhor do nosso país e um dos melhores da península.

Houve trocas de brindes e saudações entre alguns arqueólogos portugueses e espanhóis e o ilustre Presidente da Câmara, que organizou tão excelente como cativante recepção.

Visita ao Castro de Sabrosa

No dia 8 de Outubro, domingo, o Senhor D. Domingos de Pinho Brandão, Reverendíssimo Bispo-Auxiliar do Porto, muito distinto arqueólogo e participante do Colóquio, celebrou missa por alma de D. Francisco Gonzalez, o inteligente e dinâmico impulsor da Empresa de Carvalhelhos, e de seu filho Orlando Gonzalez, este falecido havia meses. Foi brilhante a homilia pronunciada por Sua Excelência Reverendíssima.

No final da missa, em cortejo automóvel, seguiu-se para Sabrosa, onde se chegou um pouco depois das 10 horas e meia.

Foi-se directamente ao castro pela estrada que leva a umas escassas três centenas de metros da primeira muralha, ou muralha exterior.

Entre as muitas pessoas que nos esperavam estava o Sr. Joaquim Ervedosa, delegado no concelho de Sabrosa da 1.^a Sub-Secção da 2.^a Secção (Arqueologia e Belas Artes) da Junta Nacional de Educação. O Sr. Ervedosa tem sido o inteligente e dinâmico obreiro das escavações do castro de Sabrosa. Tem acompanhado os serviços, e até subsidiado um certo número de trabalhos feitos no castro.

Tem sido seu braço direito, e mais directo acompanhante do pessoal em trabalhos de escavação e de restauro do castro, o Sr. Prof. Manuel Alfredo Sousa Castro Marques, distinto Delegado Escolar em Sabrosa.

Muito se deve a estes dois dedicados e entusiastas obreiros da grande valorização daquele grande castro, já classificado imóvel de interesse público, com manifesto interesse turístico crescente, dada a frequência e o número dos visitantes que tem tido.

A visita incidiu especialmente no recinto cimeiro circundado por uma muralha em arco, com cinco rampas de acesso. Ali se vê uma sucessão de paredes ou muros que podem ter formado a borda de rampas que hajam sido abandonadas, e agora estão a desempenhar o papel de reforço, ou calço, ao torreão que lhe fica por cima, no ponto mais alto do castro.

Os problemas levantados com o aparecimento daquela sucessão de paredes e outros referentes a dúvidas surgidas durante as escavações, foram postos a alguns dos arqueólogos visitantes, solicitando-lhes os respectivos pareceres ou opiniões. Houve diálogos francamente construtivos. Pelo que se viu e se discutiu foi muito proveitosa a visita àquele castro.

Seguiu-se a visita ao que se pode chamar o museu do castro.

Numa grande sala de um barracão, propriedade do Sr. Joaquim Ervedosa, estão guardados e expostos os materiais que têm sido recolhidos nos trabalhos até agora realizados.

Foi grande o interesse manifestado pelo abundante material de várias naturezas, pedra, cerâmica, ferro, bronze e de vidro, exposto em mesas e prateleiras, que bem merece ser publicado numa próxima oportunidade.

Já passava muito das 13 horas quando o cortejo automóvel seguiu para a Câmara Municipal de Sabrosa onde nos esperava

um esplêndido almoço oferecido pelo Sr. Joaquim Ervedosa. A refeição, primorosamente servida por senhoras de Sabrosa, foi acompanhada por um conjunto musical que deu àquela reunião um ar festivo com grande animação.

Aos brindes o Sr. Joaquim Ervedosa, como anfitrião, saudou os arqueólogos presentes e fez algumas, justas e bem oportunas, considerações sobre as escavações feitas no castro, trabalhos que tem acompanhado de perto com todo o interesse, na valorização progressiva daquele monumento arqueológico, que, além do seu valor científico, poderá vir a ser um elemento de atracção turística para Sabrosa.

Falou depois o Sr. Manuel Teixeira de Sousa Serôdio, ilustre Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, que manifestou a sua satisfação pela visita de um grupo de tão distintos arqueólogos portugueses e espanhóis, apresentando a todos cumprimentos de boas-vindas.

O organizador do Colóquio, em breves palavras, agradeceu ao seu prezado amigo Sr. Joaquim Ervedosa a maneira, tão distinta e cativante, como quis homenagear os participantes do Colóquio de Cultura Castreja na visita feita ao castro de Sabrosa. O Sr. Ervedosa pelo muito que tem feito pelo castro, acompanhando os trabalhos com todo o interesse e entusiasmo, inclusive subsidiando de seu bolso os trabalhos quando se esgotam as verbas, bem lhe podia chamar o *seu castro*.

A valiosa colaboração para os trabalhos de valorização do castro, prestada pelo ilustre Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa foi, a seguir, realçada pelo Prof. Santos Júnior, que o felicitou pela inteligente cooperação que tem prestado às iniciativas do Sr. Joaquim Ervedosa. Em nome dos arqueólogos portugueses falou o Prof. Doutor D. Fernando de Almeida e em nome dos arqueólogos espanhóis D. Modesto Rodriguez Figueiredo, distinto advogado pontevedrês. Ambos exaltaram a atitude que tem presidido e orientado as escavações do castro de Sabrosa e o encanto e gallardia da forma como estávamos a ser recebidos. O jornalista Sr. Rogério Reis, apaixonado pelas belezas da imponente região trasmontana, fez oportunas considerações sobre o grande interesse dos estudos arqueológicos e valorização dos

castros e outros arcaicos monumentos, como por exemplo o Santuário de Panóias, inexplicavelmente abandonado.

No final o Senhor D. Domingos de Pinho Brandão, num brilhante improviso fez considerações sobre a visita ao castro, aos abundantes materiais nele colhidos, e àquela festa que era bem o reflexo do nobre sentimento trasmontano de bem receber os amigos. Daí a gratidão dos presentes e as justas saudações de efusivo agradecimento aos organizadores da tão distinta como afectuosa recepção, feita aos participantes no Colóquio de Cultura Castreja em Carvalhelhos, que a todos deu grande satisfação e, certamente, por todos será lembrada com aprazimento.

À meia tarde, e antes do regresso a Carvalhelhos, fez-se a visita ao Santuário de Panóias, que muito impressionou aqueles que o viram pela primeira vez.

Todos foram concordes na necessidade que há em defender e valorizar aquele notável monumento arqueológico que tão desprezado tem sido, apesar de há muito ser considerado monumento nacional.

Visita ao Castro de S. Vicente da Chã (Pisões)

No programa do Colóquio referente a 10 de Outubro, aludia-se à possibilidade de visitas de estudo ao castro de Lesenho ou ao castro de S. Vicente da Chã.

O castro de Lesenho fica a uns 3 ou 4 quilómetros de Carvalhelhos, perto da aldeia de Campos, píncaro dum grande monte cónico, com uma altitude de mil metros ou um pouco mais.

Nele apareceram duas estátuas de guerreiros lusitanos que hoje se encontram em Lisboa, no Museu Etnológico «Dr. Leite de Vasconcelos».

Naquele castro o Prof. Santos Júnior trabalhou alguns dias, apenas com três homens, pelo que se limitou a desobstruir uma entrada ou porta rasgada na muralha exterior, e a repor na muralha um certo número de pedras caídas da mesma.

As duas estátuas deram ao castro grande nomeada.

Na base daquele monte cónico, do lado do norte, há uma

boa fonte onde, certamente, os castrejos se abasteciam de água. Ao lado da fonte há um penedo com muitas gravuras rupestres. Na encosta do lado nascente, quase a chegar ao alto, há um penedo balouçante.

A visita a este castro teria certo interesse. No entanto deu-se prioridade ao castro de S. Vicente da Chã, pois que nele se fizeram 5 campanhas de trabalhos de escavação e restauro de algumas casas. Aquelas campanhas foram feitas pelo Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia» da Universidade do Porto, com subsídios de Empresa Hidroelétrica do Cávado, hoje incorporada na Empresa Portuguesa de Electricidade.

Em 10 de Outubro, um pouco depois das 9 horas, abalou-se de Carvalhelhos para Pisões. Seguiu-se pela estrada da Serra de Barroso com amplo horizonte de serranias e belo panorama sobre a grande albufeira da barragem de Pisões construída no rio Rabagão.

Demorou cerca de duas horas a visita de estudo ao Castro de S. Vicente da Chã, cuja muralha exterior fica submersa pela albufeira quando em pleno enchimento.

No final da frutuosa visita ao castro, a caravana automóvel dirigiu-se à esplêndida Pousada de Pisões, onde a Empresa Portuguesa de Electricidade recebeu gentilmente os participantes do Colóquio de Carvalhelhos num almoço que foi presidido pelo Sr. Dr. António Ferreira Pinto, ilustre Presidente da Câmara Municipal de Montalegre.

Depois do almoço seguiu-se a visita à central da barragem que foi ciceronada pelo Engenheiro residente. Visita que a todos deixou excelente impressão, pela grandiosidade daquela imponente obra de engenharia.

Última sessão de trabalho

À meia tarde do dia 10 de Outubro, após o regresso de Pisões, fez-se a última sessão da trabalho.

O Dr. D. Joaquin Lorenzo Fernandez fez a sua comunicação sobre «Metamorfose de uma casa castreja», na qual apresentou

e analisou, com notável espírito crítico e saber arqueológico, a transformação duma casa redonda em casa rectangular, no castro galego, conhecido pelo nome de Castro Mau (Celanova-Ourense), onde há anos tem realizado frutuozas campanhas de cuidadas escavações.

Em seguida o Dr. D. Modesto Rodrigues Figueiredo, apresentou a sua comunicação, «Outra vez coa ofiolatria-dous achadegos interessantes», na qual apresentou gravuras rupestres de serpentes insculpidas em penedos na proximidade de castros. Uma delas é formada por duas serpentes geminadas, na «Pedra da serpe» no castro de Penalba (Campo Lameiro-Pontevedra); a outra na «Pedra da Beilosa, no monte da Fontela, freguesia de Santa Marinha de «As Fragas», também no concelho de Campo Lameiro. Esta gravura interpreta-a o conferente, e parece que bem, não prôpriamente como representação de uma cobra viva mas «senón como a pelexa aberta de ise ofidio». Fez eruditas considerações sobre a ofiolatria, citando exemplos de outras gravuras rupestres serpentiformes, e algumas tradições populares referentes a cobras.

Estas duas brilhantes comunicações foram apreciadas por vários assistentes, nomeadamente pelo Prof. Santos Júnior, que agradeceu a comparticipação dos arqueólogos galegos, e, dada a excelência das duas comunicações, disse poder afirmar-se que o Colóquio fechou com chave de ouro.

Organizou-se a mesa com a presidência do Prof. Santos Júnior, secretariado pelos arqueólogos galegos D. Joaquin Lorenzo Fernandez e D. Modesto Rodrigues Figueiredo.

O prof. Santos Júnior, organizador e presidente do Colóquio, agradeceu, mais uma vez, aos arqueólogos portugueses e espanhóis os seus trabalhos que foram apresentados e discutidos.

Disse que agradecimentos eram também devidos às entidades oficiais e particulares que com o seu valioso patrocínio tornaram possível este Colóquio: Instituto de Alta Cultura, Fundação Calouste Gulbenkian, Câmaras Municipais de Chaves e de Sabrosa e Empresa Portuguesa de Electricidade.

Neste particular merece muito especial referência o valioso patrocínio da Empresa das Águas de Carvalhelhos, sem o qual

não teria sido possível realizar o Colóquio no ambiente de distinção e de conforto em que decorreu.

À Rádio Televisão Portuguesa endereçou cumprimentos de agradecimento por ter enviado uma brigada que se deslocou a Carvalhelhos para fazer a reportagem de alguns dos trabalhos e sessões de abertura e encerramento.

Por último em prosseguimento de troca de impressões havida nos dias anteriores foram discutidos, e aprovados, os seguintes votos, que se acordou serem oportunamente enviados, às entidades superiores.

Votos

Dado que as sociedades indígenas castrejas, primeiro celtizadas, a seguir romanizadas e depois cristianizadas, constituíram a base extreme em que entroncou, sólida e firme, a evolução social posterior, importa fazer o seu estudo, e assim o Colóquio Luso-Espanhol de Cultura Castreja, formulou os seguintes votos:

- a) Chamar a atenção das entidades oficiais competentes no sentido de se combater eficazmente a destruição dos castros, e bem assim de outros monumentos arqueológicos, muitos dos quais estão a ser vandàlicamente mutilados ou destruídos, com perda irreparável de elementos utilíssimos para o estudo da história e da cultura nacional.
- b) Importa proceder ao inventário dos nossos castros, num inquérito convenientemente orientado, para ficarmos a saber o número de castros que existiram no noroeste peninsular na Idade do Ferro.
- c) É preciso que os castros, conhecidos por múltiplas designações regionais, das quais as mais frequentes são talvez as de crastro, castelo dos mouros, cerca, coroa, muro e cidade, dado o seu grande interesse arqueológico, fiquem, desde já, sob custódia das entidades oficiais, nomeadamente das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, de modo a evitar a sua mutilação ou total destruição.

- d) Aconselhar que, segundo normas ou métodos de apurada técnica científica, se proceda à escavação dum certo número de castros, convenientemente escolhidos, um ou mais em cada distrito ou em cada região natural.

Com os materiais encontrados se proceda, com todo o cuidado, a uma ou outra reconstrução parcial.

Os achados, devidamente localizados, sejam conservados em museus regionais ou nacionais.

- e) Que nas escavações a que se refere o voto anterior seja interessada a juventude do país, convenientemente dirigida por técnicos responsáveis e de acordo com o questionário, ou normas gerais para o inventário dos castros, elaborado em sessão de estudo deste colóquio.

Os dois votos que seguem foram apresentados pela representação galega, e, como todos os outros, foram aprovados por unanimidade.

- f) Que dada a identidade da cultura castreja do Norte de Portugal e da Galiza, os estudos da mesma sejam realizados em íntima colaboração e participação mútua de especialistas das duas regiões.
- g) A representação galega declara modelar a restauração do Castro de Carvalhelhos e solicita às entidades portuguesas o referendo oficial desta afirmação.

Estes votos foram elaborados no decurso dos vários dias do Colóquio com as sugestões e pareceres dos arqueólogos participantes.

Lidos em sessão plena foram aprovados por unanimidade.

Jantar de encerramento do Colóquio

Na noite do dia 10 de Outubro, a Empresa das Águas de Carvalhelhos deu um jantar, em honra dos arqueólogos portugueses e espanhóis, em que participaram grande número de convidados do concelho de Boticas e da cidade de Chaves.

Presidiu o Sr. Dr. Rogério Bráulio Martins, ilustre Presidente da Câmara Municipal de Boticas, que tinha à direita a Senhora D. Cândida Gonzalez, viúva de D. Francisco Gonzalez, e à esquerda a Senhora de Santos Júnior.

Foi um jantar primorosamente servido, em que cerca de 80 participantes viveram umas horas de cativante e alegre convívio num ambiente de requintada distinção.

Aos brindes o Sr. António Setas, Presidente do Conselho de Administração da Empresa de Carvalhelhos dirigiu saudações às entidades oficiais presentes e aos arqueólogos participantes no Colóquio. Realçou o aprazimento com que a Empresa prestou o seu concurso à realização do brilhante colóquio de cultura castreja realizado em torno do castro de Carvalhelhos.

O prof Santos Júnior, num curto brinde, evocou a memória do seu querido amigo D. Francisco Gonzalez, a cuja inteligência, dinamismo e tacto administrativo, se ficou a dever o grande desenvolvimento desta grande Empresa, à qual augurou as maiores prosperidades.

Testemunhou agradecimentos à Empresa nas pessoas da Sr.^a D. Cândida Gonzalez, e do Presidente do Conselho de Administração, seu genro, Sr. António Setas, por tudo quanto se têm dignado fazer pelos trabalhos no castro de Carvalhelhos e pelo seu alto patrocínio ao Colóquio.

Aos brindes falaram, D. Domingos de Pinho Brandão, Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, Dr. Joaquin Lorenzo Fernandez, Dr. Modesto Rodrigues Figueiredo e P.^o António da Eira, participantes do Colóquio. Dos convidados da Empresa para aquele jantar falaram, Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, advogado em Chaves, e Dr. Manuel Ribeiro Ferreira, distinto médico portuense. Todos se referiram com apreço e louvor aos trabalhos do Colóquio e exaltaram a atitude mecénica da Empresa, exemplo que devia ser seguido por outras empresas, em prol do desenvolvimento do conhecimento científico.

Encerrou a série de brindes o Sr. Dr. R. Bráulio Martins, Presidente da Câmara de Boticas que saudou os arqueólogos

portugueses e espanhóis e pôs no justo e devido realce o importante papel que tem sido desempenhado pela Empresa das Águas de Carvalhelhos no desenvolvimento sócio-económico do concelho.

Uma demorada e vibrante salva de palmas foi o testemunho de homenagem de todos os presentes à Empresa, nas pessoas da Sr.^a D. Cândida Gonzalez e de seu genro Sr. António Setas.



Fig. 1 — Um grupo de participantes do colóquio na muralha do Castro de Carvalhelhos



Fig. 2 — Numa rampa de acesso à muralha do Castro de Carvalhelhos



Fig. 3 — No início de outra rampa de acesso à muralha



Fig. 4 — Acentuando um pormenor do alargamento da muralha para fazer a rampa



Fig. 5 — Ouvindo um parecer do grande etnógrafo e distinto arqueólogo galego Dr. Joaquim Lorenzo Fernandez, na visita às escavações do Castro de Carvalhos



Fig. 6 — Grupo de alguns participantes no Colóquio



Fig. 7 — Início da escavação da grande casa rectangular da vertente leste do Castro de Carvalhelhos



Fig. 8 — O distinto arqueólogo D. Domingos de Pinho Brandão, quis manobrar a ciranda com terra do miolo da casa



Fig. 9 — Na escolha da crivagem da terra da casa

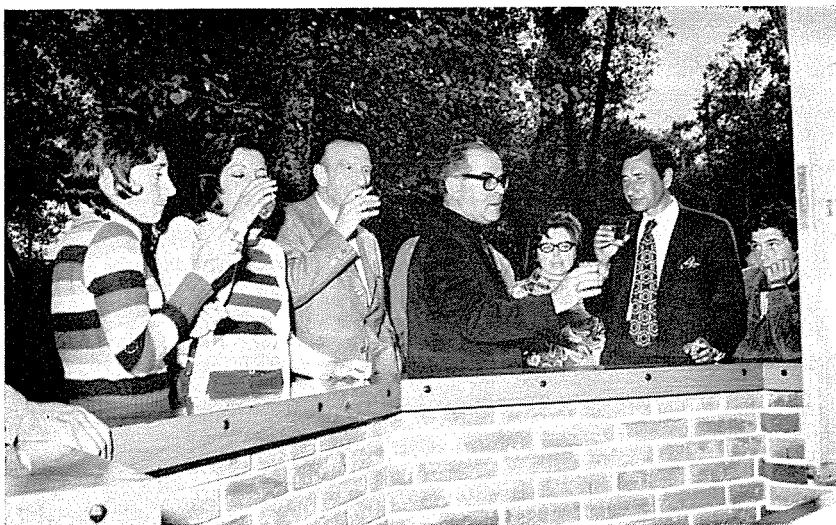


Fig. 10 — Participantes do Colóquio apreciando a excelência da Água de Carvalhos



Fig. 11 — Tapete rolante para o transporte do vasilhame pelas diferentes secções do engarrafamento da Água de Carvalhos

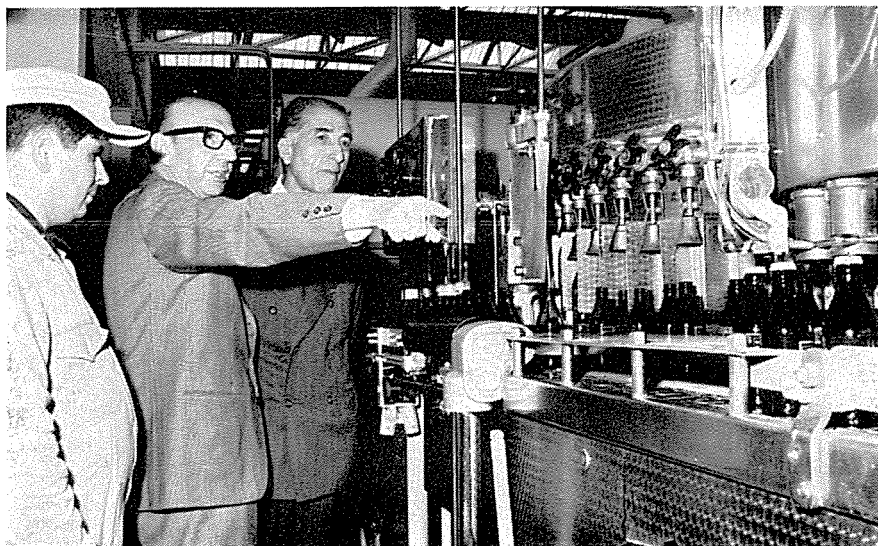


Fig. 12 — Vista parcial do engarrafamento: máquina de encher e capsular

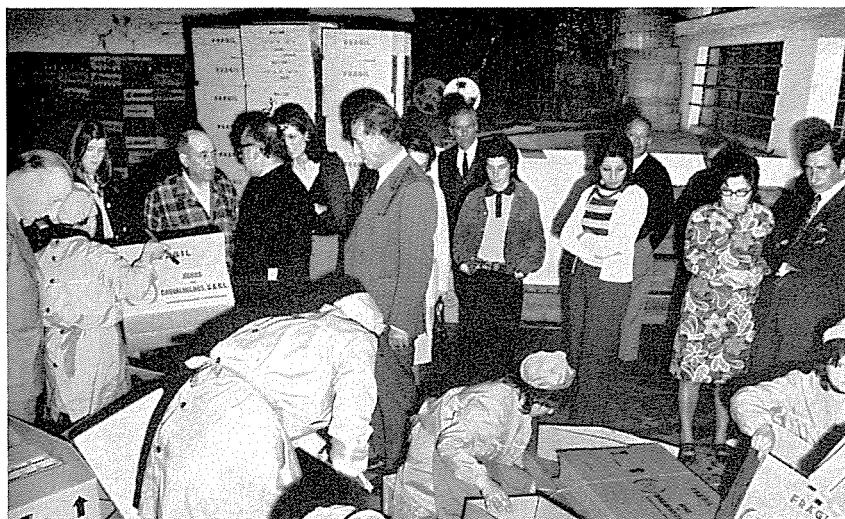


Fig. 13 — Os participantes do Colóquio visitaram as instalações do engarrafamento das Águas de Carvalhos. Nesta fotografia a embalagem de águas a exportar para a América do Norte



Fig. 14 — Parte do recinto cimeiro do Castro de Sabrosa. Avulta o torreão com várias paredes a circundá-lo, que parece desempenham o papel de calço ou reforço da sua base



Fig. 15 — Castro de Sabrosa. Aspecto da porção do lado nascente da muralha do recinto cimeiro, com três rampas de acesso à mesma e uma porta. No primeiro plano duas casas circulares



Fig. 16 — Santuário de Panóias. Inscrição gravada no lado de um penedo que tem à parte de cima uma pequena pia rectangular



Fig. 17 — Santuário de Panóias. Penedo com degraus rasgados no granito formando escada de acesso ao cima onde existem várias grandes pias rectangulares escavadas na rocha

As notáveis condições de defesa do Castro de Carvalhelhos

POR

J. R. dos Santos Júnior

Prof. Cat. da Fac. de Ciências da Universidade do Porto
e Presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia

O pequenino castro de Carvalhelhos ⁽¹⁾ fica em termo da aldeia do mesmo nome, anexa da freguesia de Beça, concelho de Boticas e distrito de Vila Real.

Ali tenho feito escavações há 22 anos, com subsídios do Ministério das Obras Públicas (Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais), do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»

(1) Sobre o castro de Carvalhelhos publiquei os trabalhos que a seguir se indicam.

J. R. dos Santos Júnior, *O Castro de Carvalhelhos*, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», publicação da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, fascs. 1-2, vol. xvi, Porto, 1957, págs. 25 a 26, 29 figs.;

Rampas de acesso às muralhas do Castro de Carvalhelhos. in «Boletim de la Comission de Monumentos de Orense», Tomo xx, Orense, 1959-60, 8 págs. e 4 figs.;

Escavações no Castro de Carvalhelhos-Campanha de 1963, in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», fasc. 2, vol. xix, Porto, 1963, págs. 187 a 193, 3 figs.;

Escavações no Castro de Carvalhelhos-Campanha de 1964, in idem, fascs. 3-4, vol. xix, Porto, 1965, págs. 360 a 365, iv Est. com 8 figs.

Duas campanhas de escavações no Castro de Carvalhelhos (1965-1966) in idem, fascs. 1-2, vol. xx, Porto.

Escavações no Castro de Carvalhelhos-Campanha de 1970, in idem, fasc. 1, vol. xxii, Porto, 1971, 4 págs. e 4 figs.

da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e, bem assim, da Empresa das Águas de Carvalhelhos.

Eram notáveis as condições de defesa daquele castro, asseguradas por muralhas, fossos e pedras fincadas.

Muralhas

São três as linhas de muralhas do castro.

A *primeira muralha* forma um anel cimeiro a rodear um reduto arredondado com 80 metros do sentido N. S. e 57 metros no sentido E. O.

Esta muralha, em alguns pontos, tem uma largura de 3 metros.

Reconstruída com pedras caídas da mesma levámo-la, em alguns troços, a um pouco mais de 2 metros de altura.

Um velho que ali conheci em 1950, e que então tinha 85 anos, disse-me que se lembrava, quando rapaz, de ver aquelas muralhas, em alguns sítios com a altura de quase dois homens, antes de lhe terem sido arrancadas pedras para fazer casas que, de sua lembrança, algumas foram construídas com pedras levadas do castro.

Quer dizer: Esta primeira muralha atingiria, há cerca de 100 anos, 3,5 a 4 metros de altura.

A *segunda muralha*, a que talvez pudéssemos chamar muralha exterior, entesta na primeira muralha ou muralha cimeira junto da porta do castro, segue uns 5 a 6 metros no alinhamento E. O., depois encurva para descer a encosta e seguir para norte, a cerca de 30 metros da primeira muralha, em direcção ao ribeiro que corre na base da encosta.

As pedras caídas desta muralha, que bem se conhecem por terem uma das faces cuidadosamente afeiçoada a pico, permitiram erguê-la a uma altura média de 2 metros.

Na zona do alto, junto da passagem estreita nela rasgada, por onde se passa para a porta de entrada no recinto cimeiro,

tem pela face externa um pouco mais de 3 metros de altura. Internamente, muito mais baixa, tem apenas cerca de 1 metro.

Nesta segunda muralha, a uns 70 metros da passagem estreita referida, sai um pequeno troço para leste com uma portada, que, por ficar ao fundo da encosta e a uns 40 ou 50 metros do ribeiro, se poderá chamar «porta da água».

Para baixo do referido troço só foi possível refazer a segunda muralha num comprimento de poucos metros.

Não conseguimos encontrar o alicerce do seu alinhamento, por isso paramos com o restauro sem ter sido possível apurar como, e onde, ela se ia inserir, continuando-se, na muralha do fundo, a que podemos chamar terceira muralha, e segue paralela ao ribeiro a uma distância de 15 a 20 metros.

A *terceira muralha*, ou muralha da base, que, por mais de 100 metros, se estende paralela ao ribeiro a curta distância do mesmo, só foi possível erguê-la a um escasso metro de altura, por falta de pedra caída junto dela e que se verificasse ter-lhe podido pertencer.

Pouco mais pudemos fazer do que desafogá-la do mato que a encobria.

Por ali ser mais fácil o carregadouro dos carros de bois, o rapinço das pedras deve ter sido maior.

Além disso os lameiros que marginam o ribeiro estão murados de pedra solta, muita da qual, senão toda, deve ter pertencido, sobretudo, a esta terceira muralha ou muralha da base.

Rampas de acesso às muralhas

As rampas de acesso às muralhas são nada menos de dezasseis.

Constituem uma particularidade notável do castro de Carvalhelhos.

Não tínhamos conhecimento de haverem sido assinaladas noutros ou em qualquer outro dos nossos castros.

Posteriormente, nas escavações do castro de S. Vicente da Chã (Pisões), no concelho de Montalegre, descobrimos uma rampa de acesso no troço da muralha que escavamos a meio da encosta do lado poente.

Também no castro de Sabrosa, cujas escavações dirigimos há uns 10 anos, vão, até agora, descobertas 5 rampas de acesso à muralha do recinto cimeiro.

Estas rampas, permitindo a subida rápida à muralha, em maré de ataque do inimigo, constituem factor que se me afigura de certa valia como elemento de defesa.

Podemos dividir a muralha cimeira em quatro sectores segundo os pontos cardiais.

No sector do lado sul há quatro rampas de acesso, assim distribuídas: a primeira a 5,50 metros da porta principal; a segunda 12 metros adiante desta; a terceira segue-se à segunda outros 12 metros; a quarta apenas 2 metros além desta última.

O sector ou alinhamento do lado leste começa no ponto onde a muralha do lado sul acentua o seu encurvamento para seguir para norte na direcção do penedo a que o povo chama «cavalo dos mouros».

Neste alinhamento há duas rampas e, talvez, uma terceira.

A primeira, de pendor suave, fica a 4 metros adiante da última rampa do sector precedente; a segunda 6 metros adiante; uma provável terceira 4 metros depois.

No sector do lado poente, à esquerda da porta principal do castro, a muralha tem 4 rampas de acesso. A primeira a 12 metros da porta a segunda 2,80 metros a seguir; mais 7 metros além está a terceira; a 11,50 metros desta a quarta.

No sector do lado norte há só uma rampa, pequena e suave, perto de uma larga abertura por onde se pode descer para o ribeiro, e onde a muralha termina formando um espessamento em divertículo.

Na segunda muralha há 5 rampas que, na parte do seu alinhamento rectilíneo se distribuem do seguinte modo: a primeira a 12,50 metros da estreita passagem nela rasgada a cerca de 2 metros do seu encontro na muralha cimeira; a segunda

3,50 abaixo; a terceira 15 metros depois; a quarta 14 metros além; a quinta separada da anterior apenas por 7 metros.

As rampas têm 45 a 50 centímetros de largura e o seu pendor é suave permitindo subida fácil.

Pedras fincadas

Em trabalhos anteriores referi-me ao ouriçado de pedras fincadas de que se mantêm alguns restos a seguir ao rebordo do fosso mais externo.

Pelos restos ainda ali patentes pode admitir-se que nessa parte, a de mais fácil acesso ao castro, e, por consequência, a mais vulnerável ao ataque do inimigo, a faixa de pedras fincadas se estenderia num comprimento de 40 a 50 metros e numa largura de 8 a 10 metros.

Há ainda, e bem, patentes, restos escassos de pedras fincadas implantadas nas cristas de separação dos fossos na parte onde os mesmos terminam na encosta pendente para o ribeiro. Tais restos permitem pôr a hipótese de que, talvez, todos os cumes de separação dos fossos deveriam ter pedras fincadas em toda a sua extensão, ou na sua maior parte.

Por isso nos permitimos indicar tal possibilidade no desenho que, na fig. 1, fizemos dos três fossos do castro.

Fossos

Na maior parte do perímetro do castro os fossos são dois. No entanto o segundo fosso, que do lado da encosta do noroeste a vem subindo, ao chegar ao alto bifurca-se, desdobra-se em dois, dos quais o mais externo de boca mais larga e mais fundo.

Nas campanhas de 1969 e 1970, com subsídios da Empresa das Águas de Carvalhelhos, iniciamos a escavação do primeiro fosso, o mais próximo da muralha.

Fiquei impressionado com a forma em V e com a profundidade que o mesmo tinha, cerca de 4,50 metros na zona escavada.

As muitas e grandes pedras que, com terra e pedras miúdas, o atulhavam permitem admitir que o enchimento do fosso foi intencional e com o propósito de eliminar aquele importante elemento de defesa.

Na campanha de Agosto de 1971, também inteiramente subsidiada pela Empresa, procedi a escavações nos segundo e terceiro fossos. Cada um deles foi escavado até à rocha firme do fundo e dos lados, mas apenas numa extensão de 3 a 4 metros.

O esquema da fig. 1 dá a indicação das profundidades dos mesmos.

Na campanha de Agosto de 1972 prossegui na escavação dos segundo e terceiro fossos, com subsídio do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia» da Universidade do Porto e com ferramentas fornecidas pela Empresa das Águas de Carvalhelhos, nomeadamente um «damper» para o transporte da terra e das pedras que entulhavam os fossos.

Têm sido completamente estéreis os trabalhos do desentulhar dos fossos, cuja escavação iniciamos em 1969 e continuamos em 1971 e 1972.

Nos muitos metros cúbicos de terra e pedras removidas não apareceu nem um só fragmento de cerâmica ou quaisquer outros materiais.

Em face do exposto verifica-se que, sem a menor dúvida, são notáveis as condições de defesa do castro de Carvalhelhos. Impressiona a profundidade dos fossos.

Interessa estender a escavação dos mesmos até à zona ou alinhamento da entrada do castro aberta na segunda muralha.

Se a profundidade dos fossos se mantiver até ali, como parece poder concluir-se pelos trabalhos já iniciados nessa zona, põe-se o problema de saber como se faria a transposição dos mesmos nas condições de vida normal dos castrejos.

Isso implicaria a existência de passadiços que podiam ser formados por dois ou mais troncos de árvores, postos lado a lado, com as pontas assentes nas cristas de cada fosso.

O acesso poderia também fazer-se em rodeio, por sítios onde os flancos dos fossos tivessem como que degraus ou escalões, a permitirem a subida e a descida fáceis.

CORTE SEGUNDO ORIENTAÇÃO NORTE - SUL
(da direita para a esquerda)

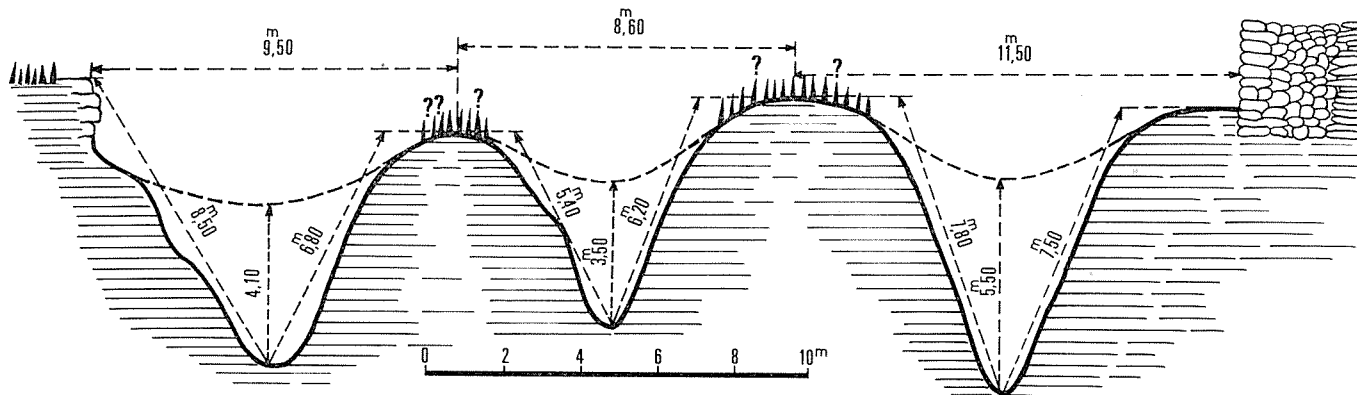


Fig. 1 — Esquema dos fossos no Castro de Carvalhelhos. À direita a muralha do recinto cimeiro. À esquerda no rebordo do terceiro fosso as pedras fincadas que ainda se estendem irregularmente numa faixa de mais de 30 metros por 8 a 10 de largura. Como se refere no texto, pág. 211, é de admitir que as cristas de separação dos fossos também tivessem pedras fincadas.

Só a desobstrução de maior extensão dos fossos permitirá averiguar se esta última hipótese terá ou não confirmação, hipótese que aliás se nos afigura menos provável.

De qualquer modo a grande profundidade dos fossos veio reforçar a primeira linha de defesa formada pelo ouriçado de pedras fincadas que, numa largura de 8 a 10 metros, se devia espriar ao longo do bordo externo do terceiro fosso, numa faixa de que ainda subsistem vários restos, que se estendem num comprimento de um pouco mais de 30 metros.

Pedras fincadas, três fossos, bem difíceis de transpor, com os seus 6 a 8 metros de largura de boca e 5 a 8 metros de profundidade, e as muralhas, com numerosas rampas de acesso às mesmas, são elementos que se conjugam, formando notáveis condições de defesa àquele pequenino castro.

É certo que na grande maioria dos castros do norte do nosso país é bem patente a sua finalidade defensiva, já por assentarem no alto de montes de encostas por via de regra empinadas, já por estas naturais condições de defesa serem reforçadas por uma ou mais linhas de muralhas e pedras fincadas.

Estes elementos de defesa constituíam um resguardo por detrás do qual se abrigavam pessoas e seus bens de possíveis ataques, quer das gentes de outras tribos, quer dos animais silvestres, nomeadamente lobos e ursos, predadores dos animais domésticos castrejos.

De qualquer modo, pelo que me tem sido dado ver em alguns castros da região de Barroso, à volta do de Carvalhelhos, afigura-se, poder concluir que o pequenino castro de Carvalhelhos, mais do que qualquer dos outros, organizara de modo fortemente defensivo as suas condições de abrigo contra possíveis atacantes.

Haveria qualquer razão a justificar tão notáveis condições de defesa?

Vejamos.

A algumas centenas de metros acima do castro há restos bem patentes de remotas explorações mineiras. Um deles é um grande fojo, chamado do Alto do Coto ou da Agróvia, que fica ao lado da estrada para Lavradas. Aquele fojo, onde ainda hoje

aparece cassiterite, o tão útil e cobiçado minério de estanho, tem forma circular com 90 a 100 metros de diâmetro por 20 a 25 metros de fundo ⁽¹⁾.

Os castrejos de Carvalhelhos seriam mineiros, e naquele fojo teriam explorado afanosamente o estanho, ou seja, a cassiterite.

(1) O castro assenta em zona de contacto de xisto com granito. A região é rica de minério de estanho e de volfrâmio. Num cabeço sobranceiro ao castro, junto da aldeia do Carvalho, há vultuosos restos de velhas explorações mineiras, ditas do tempo dos romanos. São quatro fojos. Um enorme, o do Alto do Coto ou da Agróvia referido e, mais abaixo, logo por cima das casas da aldeia de Carvalhelhos, o fogo das Corgas, mais pequeno, com 70 a 80 metros de boca e 7 a 8 metros de profundidade, quando muito.

No alto da Agróvia há outros dois, muito mais pequenos, do lado da aldeia do Carvalho.

O cabeço do Coto foi concessão da Empresa Mineira do Norte de Portugal que ali, durante muitos anos, arrancou grandes quantidades de volfrâmio e de estanho.

É de crer que os quatro velhos fojos referidos tenham sido trabalhados pelos castrejos, e que dali tenham vindo os 200 quilos de minério de estanho topado no esconderijo.

A cassiterite, valioso minério de estanho, teve, na antiguidade uma importância extraordinária para o fabrico de objectos de bronze. Historiadores e geógrafos da antiguidade, Ptolomeu e outros, referem-se às Ilhas Cassitérides, as ilhas do estanho (*in Occidentali Oceano Cassiterides insula decem, quarum pars media sita est 4, 45, 30, II, 6, 73*) e sobre as quais e sua justa situação muito se tem escrito.

Sobre a localização geográfica das Cassitérides o distinto arqueólogo espanhol Dr. Luís Monteagudo escreveu o trabalho *Localização das Cassitérides e Oestrymnides*, publicado na «Revista de Guimarães», vol. LXVII, n.º 3-4, Julho-Dezembro 1957, Barcelos, 1957, págs. 372 a 416 e 2 mapas.

Na pág. 372, logo de entrada, o A. diz que as Cassitérides, para os gregos, púnicos e romanos, eram as ilhas do estanho, «das quais extraíam essa matéria-prima de transcendente importância para o fabrico do seu armamento e utensílios».

Este trabalho do Dr. Monteagudo foi também publicado na revista madrilenha «Emérita», vol. xxv, Madrid, 1957, págs. 14-32.

Dado o interesse do assunto, o ilustre Director da «Revista de Guimarães» e distinto arqueólogo, Coronel Mário Cardoso, resolveu, e muito bem, reproduzir em português este trabalho, «elaborado com inexecedível método e segurança crítica, e baseado numa sólida erudição e cultura científica».

Atesta-o um esconderijo deste mineral encontrado na área do castro, na sua encosta leste, a uns 60 ou 70 metros abaixo de penedo «o Cavalo dos mouros».

Em 1944 ou 1945 quatro rapazes de Carvalhelhos deram com aquele esconderijo de estanho que escavaram em proveito próprio. Lavaram a terra e, em quatro dias, apuraram 200 quilos (!) de cassiterite que venderam a 30\$00 o quilo.

Foi um levante.

A notícia do aparecimento daquele tesouro espalhou-se rápida. Muita gente de Carvalhelhos escavou e lavou a terra dos sítios em volta, onde iam aparecendo uns pedacitos de cassiterite, mas nada que se parecesse com aquele montão inicialmente descoberto pelos quatro rapazes que, em quatro dias, ganharam seis mil escudos.

Só consegui falar com um deles, que me contou o seguinte.

Um dia, ao passar no sítio, viu uns pedacitos negros no chão. Apanhou-os e viu que era cassiterite. Esgaravatou na terra e foi aparecendo mais.

Com três companheiros fez-se a escavação em forma.

Tratava-se de um penedo em cova onde tinham escondido o minério tapado com terra, e, por cima desta, bastantes pedras.

No dizer do meu informador naquela cova estava «escondida» a cassiterite «misturada com pedras brancas (quartzito); muito carvão; muitos cacos; alguns púcaros; pregos de ferro; muitas rodelinhas de barro com um furo no meio (cossoiros); uma grade de metal com as cabeceiras, dum lado e do outro, e os varais, tal e qual como uma grade de agradar a terra, mas pequenina, aí do comprimento de um dedo e da largura de dois dedos postos a par; dois ou três estribos de metal verde e outros pedacitos de metal».

A princípio supus que seriam verdadeiros estribos para os cavaleiros firmarem os pés. Afinal, depois de um largo inquérito, e não sem alguns embaraços à mistura (não queria suggestionar) parece poder concluir-se que os tais estribos eram fíbulas.

É de crer que tais peças tenham sido arrecadadas. O informador dizia que se devem ter perdido com outros pedacitos de metal, a que os garotos iam deitando a mão.

Os púcaros quebraram-nos e tudo se perdeu.

Constou-me, vagamente, (parece ter havido receio de dizer tudo o que apareceu no esconderijo), que apareceram outros objectos de metal e algumas moedas, uma ou duas de prata.

Fui ver o sítio.

Lá está o penedo com a cova em fundo de bacia.

A cova tem forma irregularmente elipsóide com o diâmetro maior de 4 metros e o menor de 3 metros. A profundidade deve ir a pouco mais de 1 metro. A cova fica no meio dum grupo de penedos baixos, a 4 metros à esquerda e acima do caminho que conduz aos lameiros.

A alguns metros abaixo, num rego de água, procederam à lavagem da terra e do minério que tiraram da cova. Ali apanhei alguns fragmentos de cerâmica micácea de tipo nitidamente castrejo. Entre os fragmentos, todos pequenos, apanhei um maior, bordo em asa perfurada que publiquei na fig. 6, pág. 57 do trabalho *O castro de Carvalhelhos* in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XVI, Porto, 1957.

É de crer que, perante a ameaça dos romanos invasores, os castrejos tivessem escondido o seu tesouro de cassiterite com o intento de o reaverem.

Vencidos não repugna acreditar que fossem obrigados, pelos romanos vencedores, a atulharem os fossos, neutralizando aquela importante linha de defesa. Mortos, ou levados como escravos, é de crer que nenhum voltou, e, por isso, o tesouro ali ficou enterrado até ao dia em que os seus achadores o arrancaram, lavaram e venderam.

Julgo que se poderá realçar o sentimento colectivo de bem guardar o segredo daquele esconderijo.

O enterramento de tal quantidade de minério de estanho, e mais tudo aquilo que atrás se referiu, não teria sido fácil fazê-lo sem que um certo número de pessoas, senão mesmo todos os habitantes do castro, dele tivessem conhecimento.

É bem sabido quanto, então, o minério de estanho era cobiçado.

É de supor que os romanos vencedores ou quem quer que venceu aqueles castrejos, quisesse tomar como presa de guerra

todo o minério de estanho a que pudessem deitar a mão, e que fizessem apertado inquérito da sua existência como fruto das explorações mineiras dos habitantes daquele castro.

Em face do que ficou dito parece podermos concluir que ao ânimo varonil dos castrejos, atestado na valentia com que lutaram contra os romanos invasores, se associava um amplo sentido comunitário e uma tal rigidez de carácter, com que todos souberam guardar o segredo do sítio onde fora escondido aquele montão de minério de estanho e o mais que se referiu. Aquele conjunto constituiria, muito provavelmente, o seu tesouro colectivo.

Pelo que dos castrejos contaram alguns historiadores gregos e romanos e pelo que a arqueologia nos vai revelando podemos inferir que bem nobres e dignos sentimentos foram atributo daqueles nossos remotos e valorosos ascendentes.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências — Univ. Porto
Outubro de 1972

Seguem-se as intervenções em colóquio respeitantes à comunicação do Prof. Santos Júnior, *As notáveis condições de defesa do Castro de Carvalhelhos*.

O Dr. D. Joaquim Lourenço Fernandez disse: considerando que o castro é relativamente pequeno, pode perguntar-se: Não seria o castro dominado pelas gens, dos castros à volta que ali acorreriam quando se quisessem defender?

Não seria pois a defesa de um aglomerado que ali teria uma fortaleza?

Prof. Santos Júnior.

É possível, porque perto deste, há pelo menos seis castros e é bem possível que vivessem em comunidade de boa vizinhança e por isso ali se juntassem em caso de perigo.

Dr. D. Joaquin Lourenço Fernandez.

Reforça a sua sugestão lembrando que este castro é o mais pequeno e o de maiores defesas.

D. Domingos de Pinho Brandão.

A designação local, chama-o de castelo, «Castelo dos Mouros».

Nós designamo-lo de castro. Esta é uma designação muito genérica, que não diz nada.

A designação de «Castelo dos Mouros» não terá um sentido de castelo fortaleza?»

Prof. Santos Júnior.

Não repugna acreditar que o Castro de Carvalhelhos fosse um «castelo fortaleza», se bem que todos os castros sejam fortalezas, todos muralhados e alguns com tripla fiada de muralhas.

Pode bem ter sido um castro de refúgio da gente dos castros da região, que em caso de perigo ali se acoitariam ao abrigo das suas notáveis defesas.

No entanto é bem lembrar que uma habitual aquista das Águas de de Carvalhelhos, a Ex.^{ma} Senhora D. Maria da Conceição Pinto de Azevedo, portuense muito inteligente e culta, me informou que em 1924 subiu pela primeira vez ao castro, e lembra-se de ter visto no recinto cimeiro umas 20 casas, onde até à data só pudemos destacar restos de 7. Desapareceram 13, e quem sabe se mesmo mais não teriam desaparecido antes.

Com as casas que há fora do recinto cimeiro, teríamos portanto 24 casas.

Pode também admitir-se que nelas vivesse uma população sedentária, que se ocuparia especialmente da exploração do estanho no «Alto do Coto» ou da «Agróvia» e nas «Corgas», onde se vêem os grandes fojos a que me referi e atestam intensas e remotas explorações mineiras.

O castro de Carvalhelhos seria pois, neste caso, um castro de mineiros de estanho, como leva a assim supor, o referido esconderijo de 200 quilos de estanho (cassiterite).



Fig. 2 — Troço do lado nascente do 2.º fosso

Normas para o estudo geral dos Castros

A sessão do Colóquio da parte da manhã do dia 6 de Outubro foi especialmente dedicada ao delineamento geral do estudo dos castros do norte de Portugal que, com os castros galegos, formam a bem característica região castreja do noroeste peninsular.

Foi realçada, por todos os presentes, portugueses e espanhóis, a necessidade de se realizar um inquérito, para, antes de mais nada, ficarmos a saber o número de castros existentes, número que se desconhece, e bem assim o seu estado de conservação.

Foi geral o acordo quanto à necessidade e urgência, de serem tomadas medidas de protecção para evitar que os castros, especialmente as suas muralhas, continuem a fornecer pedra para construção de casas particulares, ou para coisas públicas, como sucedeu há anos com o Castro de Curalha, em que foi derrubado um troço da muralha para com a pedra arrancada calcetar uma rua da aldeia do mesmo nome, situada a cerca de 3 km de Chaves.

Reflectindo precisamente a necessidade e urgência de proteger os nossos castros, um dos votos finais do Colóquio foi redigido nestes termos:

«Chamar a atenção das entidades competentes no sentido de combater eficazmente a destruição dos castros, e, bem assim, de todos os monumentos arqueológicos que estão a ser vandálicamente destruídos, com perdas irreparáveis para a história e cultura nacionais».

Na sequência da ampla troca de impressões sobre o modo como devem ser estudados os nossos castros, ajustaram-se em pleno acordo as seguintes normas.

- Nome ou nomes do Castro* — Designações locais.
- Localização* — Lugar, freguesia, concelho e distrito.
- Implantação* — Ambiente geográfico; constituição geológica do terreno (xisto, granito, calcário, terra, etc.).
- Abastecimento de água* — Fontes naturais e cursos de água.
- Vias de acesso ao Castro* — Antigas e actuais.
- Ambiente arqueológico* — Estações e monumentos mais ou menos próximos, e quaisquer outros elementos de interesse arqueológico.
- Configuração* — Planta esquemática, e perfis, com esquemas, segundo dois eixos N.S. e E.O., ou outros eixos julgados convenientes.
- Muralhas* — Número, estado de conservação, medidas, opus, portas, acessos às muralhas (rampas, escadas ou outros).
- Fossos* — Número e medidas.
- Outros meios de defesa* — Pedras fincadas, etc.
- Recinto castrejo* — Descrição, solo, vegetação, casas, arruamentos, insculpturas rupestres e outros elementos.
- Pesquisas realizadas.*
- Achados e seu paradeiro*
- Lendas e tradições.*
- Outros elementos que se julgue de interesse* — Fotografias.
- Bibliografia impressa e manuscrita.*

Esta sessão do Colóquio do dia 6 de Outubro foi presidida pelo Prof. Santos Júnior que apresentou uma «proposta sobre um inquérito numérico dos castros e seu estudo geral», a qual depois de ampla troca de pareceres e sugestões, originou as *Normas para o estudo geral dos castros*.

Seguem-se algumas das intervenções em colóquio.

Prof. D. Fernando de Almeida.

Planeamento de acordo com a organização de um questionário para avaliar a existência e o estado de conservação dos nossos castros.

Pode a Associação dos Arqueólogos encarregar-se destas publicações, se assim o entenderem.

Dr. Modesto Rodriguez Figueiredo.

Propõe que se arranque dentro de uma associação de Arqueologia portuguesa, uma secção de arqueólogos, galegos, com uma direcção portuguesa.

D. Domingos de Pinho Brandão.

É uma questão de articulação com os arqueólogos galegos. Formar uma equipa de galegos e estudarem os assuntos galegos dentro da associação dos arqueólogos portugueses.

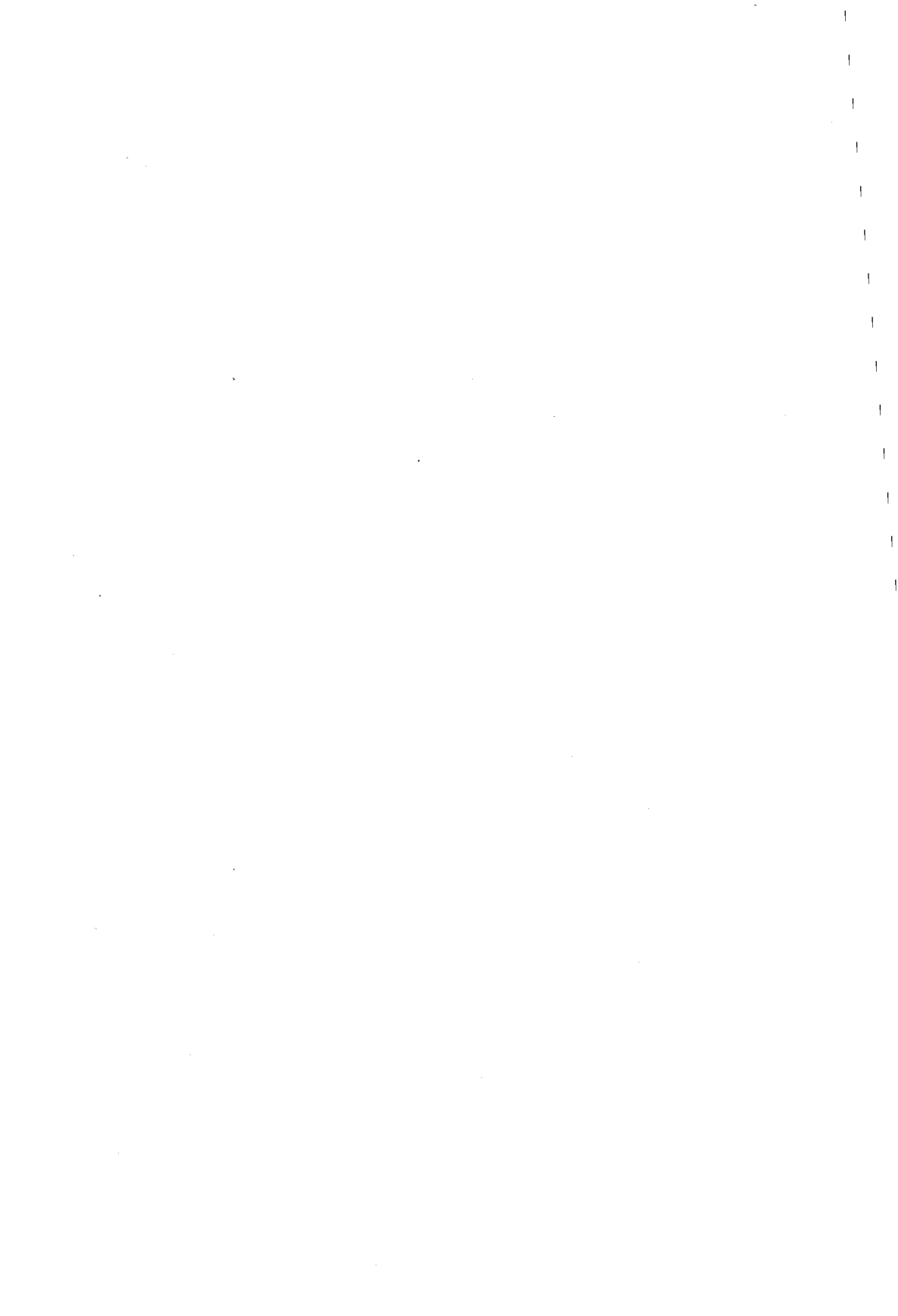
Concorda com a necessidade de se fazer o inquérito numérico dos nossos castros e seu estado de conservação a faz a pergunta: «Mas qual será o modus faciendi do inquérito?»

Prof. Santos Júnior.

A tarefa é vasta e terá de ser realizada por várias equipas, que trabalharão por concelhos ou regiões naturais. O aspecto económico tem que ser tido em consideração. Há pois que considerar a importância de verbas para despesas de viagens, e estadia, bem como para o decorrer dos trabalhos de gabinete e ulterior publicação. Esta poderá ser feita na revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia.

Dr. Joaquin Lorenzo Fernandez.

Afirma a existência de fundos monetários espanhóis e a organização de um grupo de estudiosos a trabalhar na província de Orense.



Metamorfosis de unha casa Castrexa

POR

Xaquín Lorenzo Fernández

Un dos problemas máis intresantes que nos presenta a cultura dos castros é o tránsito das casas circulares a rectangulares.

A tendencia dos castrexos ás construcións circulares tense intentado explicar de moitos xeitos máis ou menos convincentes; en realidade parez que se trata, en resume, de considerar estas vivendas coma traducións en pedra das cabanas de madeira, construcións ambas que coeexisten en moitos poboados castrexos, como o demostra a eistencia de fogares, sen máis restos de edificación, no meio das casas de pedra.

Mais non é iste o problema que eu matino analizar eiquí, senon outro até certo punto desconcertante: trátase dos esquinales das vivendas.

Cando a casa rectangular comenza a se introducir nos castros, en xeral en época tardía, os construtores castrexos enfrentáronse cun problema: o feitío dos esquinales.

A técnica, aparentemente sinxela de resolvelo por meio dos chamados *agullas* e *tranqueiros* era iñorada polos canteiros das citanias, que recurrían a sistemas máis ou menos inxenosos pra salvar esta dificultade.

De primeiras, limitáronse a faguer os edificios rectangulares, mais coas esquinas arredondadas por dentro e por fora ou samente por fora, eludindo así o problema, xa que iles coñecían ben a técnica das paredes curvas (Fig. 1, A-B). Tal é o caso de algunhas vivendas do castro de San Gibrán das Lás, entre outros.

No castro de Armea e na vila romana de Abelenda das Penas, os dous na provincia de Ourense, atopamos un intento de esquina aparentemente perfecto, mais que falla no aspecto técnico; trátase de dous muros que se artellan en ángulo recto,

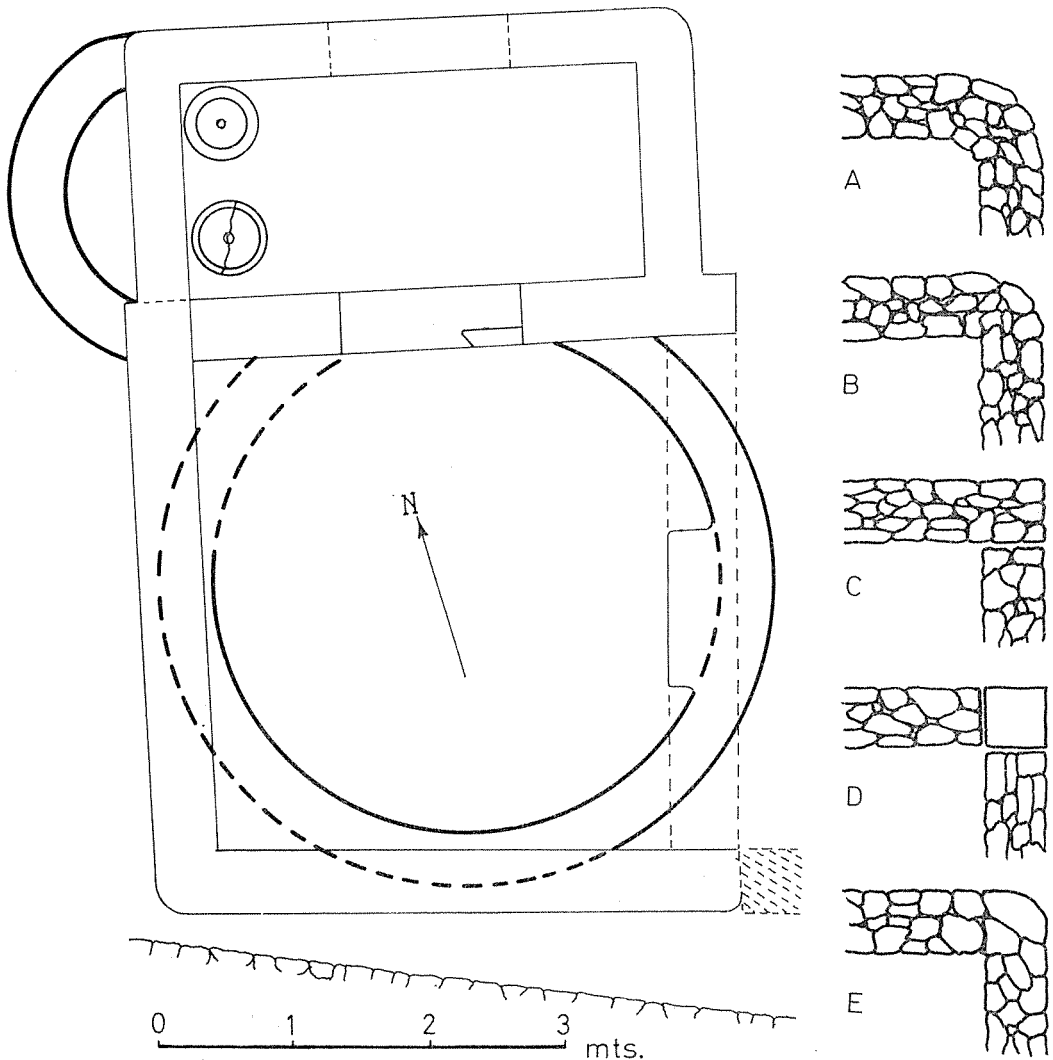


Fig. 1

mais sen enlace antre si (Fig. 1, C). O sistema resulta falso, xa que os esquinales non teñen consistencia por falla de algúns elementos que os xungan.

Non deixa de ser interesante unha solución atopada por min na vila romana de Abelenda das Penas: un prisma de base coadrada forma a esquina e contra íl entestan os muros laterales en dúas caras contiguas. No exemplar que puiden examinar, a pedra do esquinaal tiña 1,50 mts de ouro (Fig. 1, D); ñoro como serían as paredes máis arriba pois non atopei outros restos que permitisen determiñalo.

Un procedemento intermedio atópase no Castromao, en que dúas paredes entestan sen enlace, mais algunhas pedras de forma triangular cun lado curvo manteñen as formas arredondadas dos esquinales (Fig. 1, E).

Esí, por istes sistemas, van as casas circulares pasando a rectangulares deica chegar iste tipo a un comploto predomiño, xa en pleno periodo de romanización.

Un exemplo de iste tránsito a que me refiro apareceu no Castromao, preto de Celanova, na provincia de Ourense, nas derradeiras campañas das escavacións que elí estamos levando a cabo o Director do Museu Arqueolóxico de Ourense, D. Xesús Ferro Couselo, e mais eu (Figs. 2 e 3).

No sector norte de iste castro foi posta ao descuberto unha vivenda rectangular con vestíbulo, tamén rectangular, de esquinas arredondadas polo exterior, anque a correspondente á vivenda polo NE debía de estar feita por paredes que se axuntaban sen enlace, tal como sinalamos na figura 1, C.

Agora ben; cando se afondaron as paredes de esta vivenda apareceron por baixo de ela os cimentos de outra circular, sobor da que se asentaba a rectangular, aproveitando algúns dos seus elementos e tendo as dúas a mesma disposición de casa con vestíbulo (Fig. 1).

Duas particularidades son de notar na posta ao descuberto de esta vivenda:

A primeira é que apareceu cuberta por unha grande cantidade de pedras que procedían, non de ela, senon de unha coadrada que había a seu carón e na que se descubrira pouco denan-

tes unha «tessera hospitalis» do ano 132 p. C. A ruiña de esta casa e da outra é, pois, posterior o citado ano.

A outra novidade consistiu en que ao chegar aos cimentos da construción rectangular da casa que nos ocupa, apareceu unha pequena vasixa de barro que contiña 64 moedas romanas de prata e unha de ouro que corresponden ao periodo comprendido entre o século I a. C. e o I p. C. Elo ven a nos confirmar a datación amostrada pola «tessera» podendo sinalar prá ruiña destas construcións os meados do século II p. C.

Os restos atopados no edificio de que tratamos e as incidencias da escavación, permítennos refaguer a metamórfosis da vivenda do seguinte xeito:

En data que ñoramos foi construída unha vivenda circular con vestíbulo, tipo ben coñecido na cultura castrexa e que abonda no mesmo Castromao.

Algún dia indeterminado a casa circular foi substituída por unha rectangular, cecais polo mesmo propietario ou por outro, anque parez ser que se debeu o troque a unha millora na situación económica dos seus habitantes se xuzgamos polas moedas que alí estaban soterradas.

A nova casa fígo-se aproveitando o mesmo solar e algúns elementos da vella, asentando os muros rectos sobor dos circulares até onde foi posible; a ausencia de restos de tellas amostranos que a casa estaba cuberta con palla ou *colmo*.

Seguramente foi entón tamén cando se endousou o camiño fronteiro da casa, no que parez que se utilizaron algunhas pedras que semellan proceder da casa circular anterior, entre elas unha lousa partida que ten un lado curvo e um burato prao xiro do eixe de unda porta, o que amosta tratarse de unha lumieira.

O vestíbulo da nova vivenda ocupa o mesmo sitio que o anterior, mais un sector do correspondente a esta quedou fora e foi aproveitado pra escombreira, aparecendo níl unha grande cantidade de anacos de cerámica procedentes de vasixas de diversos grandores e formas. Un caso semellante de aproveitamento de un edificio anterior atópase tamén noutra casa do castro, anque niste non sexa doado ollar craramente e transformación da vivenda.

Xa dixen que por riba de esta casa de que tratamos estaban os materiais procedentes da ruiña da edificación coadrada na que aparecera a «tessera»; é posible que fosen precisamente estes materiais os que ocasionaron o derrumbamento da vivenda cuia metamorfosis estamos a ollar. Logo, por calque razón, nin esta casa nin a outra foron refeitas; somentes así teñen razón de ser os dous achádegos referidos, xa que en caso contrario houberan sido retirados de elí ao seren deshabitados os edificios por haberse ido caíndo pouco a pouco, ou por seren abandonados polos seus moradores por outra razón calquer.

Esta vivenda amóstranos ben craramente como num intre determinado as casas de paredes curvas foron pasando a telas rectas.

Cecais non seña somentes a influencia de Roma, pois pode ser que xa denantes da conquista os castrexos figuran casas rectangulares, anque con esquinas curvas, pois o certo é que iñoraban a técnica do fetío dos esquinales.

Cando os romanos impoñen a sua cultura, as casas rectangulares vanse fagendo máis comúns e rematan por sobrepasar ás circulares pola sua abundancia, anque a substitución non se figo nun soio intre, senon que a nova técnica foi daprendida lentamente e non sen fracasos e vacilacións.

A casa do Castromao de que estamos a tratar preséntanos unha síntesis de iste proceso e de ehí o intrés que coído que apresenta prao estudo da cultura castrexa nunha das suas máis apaixonantes manifestacións: a das vivendas e os seus problemas.

Intervenção.

Prof. Santos Júnior.

Felicita o conferente pelo grande interesse da sua comunicação, na qual se reflectem as suas apuradas qualidades de observação e o cuidado com que realizou a escavação.

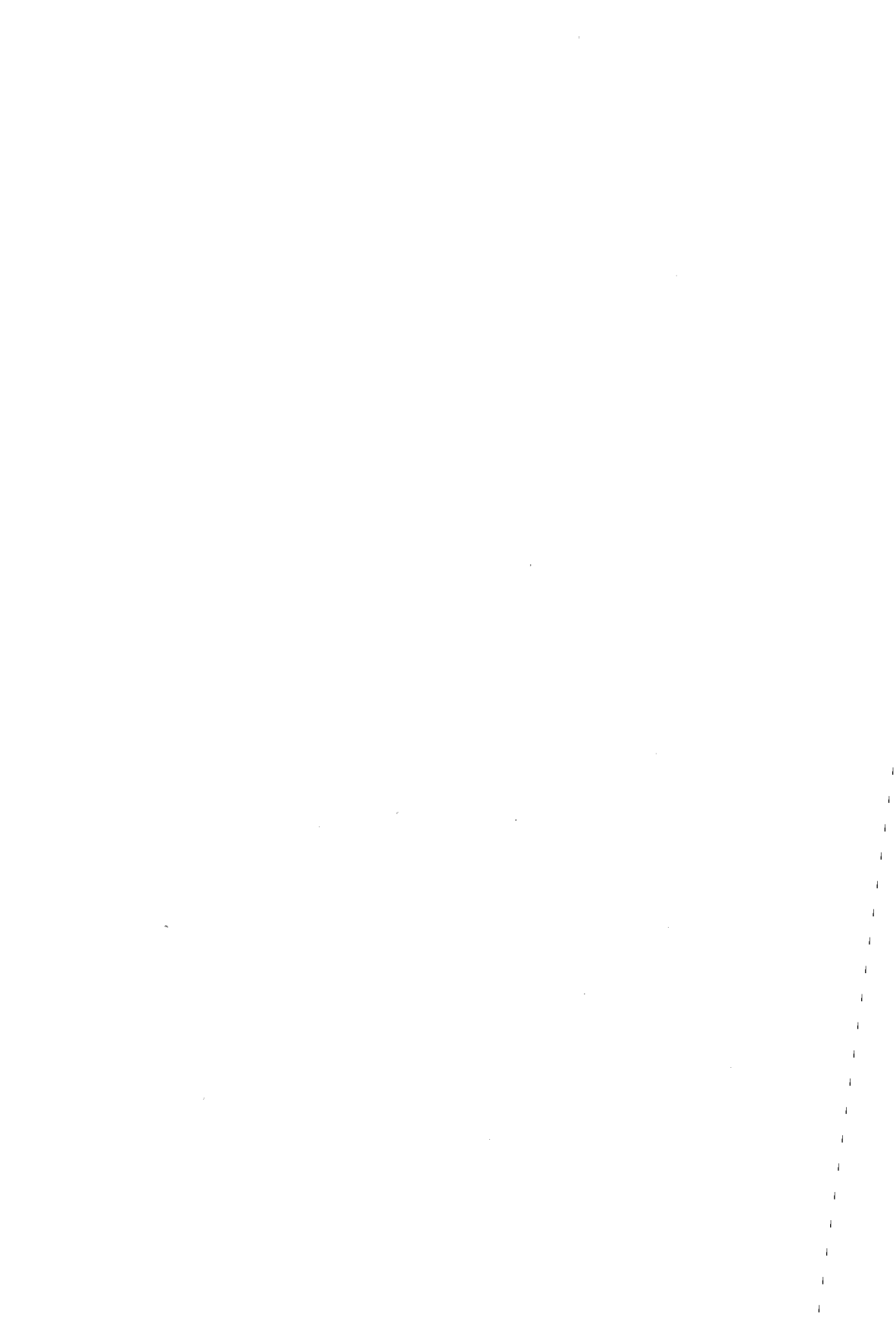




Fig. 2



Fig. 3

Alguns problemas castrejos: cobertura das casas

POR

J. R. dos Santos Júnior

Prof. Cat. da Fac. de Ciências da Universidade do Porto
e Presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia

São muitos os problemas postos em torno dos castros e da cultura castreja.

Não pretendo sequer enunciá-los.

Apenas apresentar mais um tentame referente a casas castrejas e sua cobertura.

Casas grandes

O primeiro é respeitante a casas excepcionalmente grandes que aparecem em alguns castros ou citânias.

Na citânia de Briteiros, por exemplo, há uma grande casa circular com 11 metros de diâmetro.

No castro de Carvalhelhos, na sua vertente leste, a poucos metros da muralha do recinto cimeiro, há uma casa rectangular com 6,20 metros de comprimento por 2,30 metros de largura.

Para que serviriam estas casas grandes?

A primeira hipótese que pode pôr-se é a de que poderiam bem ser, como que, armazéns, onde se guardassem coisas que, pelo seu volume, necessitassem de grande espaço para conveniente abrigo.

Poderiam servir para armazenar bens comunitários.

Outra hipótese.

Sabe-se que, um grande número de casas circulares têm, em média, 3,50 a 4 metros de diâmetro.

Nelas viveria o casal.

Enquanto os filhos eram pequenos, muito naturalmente, dormiriam com os pais ou ao lado.

Quando os filhos atingem certa idade impõe-se o seu afastamento.

Em alguns castros e citânias em que são patentes grupos de casas, ou melhor, casas em grupo, consideradas familiares, muito naturalmente os filhos passariam a dormir à parte nas casas anexas.

É bem provável que fosse esta a regra geral.

No entanto, noutros casos podia bem ser que as coisas se passassem como se passam em certas aldeias indígenas africanas.

Numa das campanhas da Missão Antropológica de Moçambique, que tive a honra de chefiar, numa aldeia zambeziana de Moçambique, com cerca de uma dúzia de famílias, vi duas grandes palhotas que me impressionaram pelo seu grande tamanho. Eram, uma, o *goéro* dos rapazes, a outra, o *goéro* das raparigas. Numa dormiam os rapazes desde os 6 ou 7 anos até se casarem. Na outra as raparigas em iguais condições.

Pode bem ser que pelo menos em alguns pequenos castros, se neles existirem duas casas excepcionalmente grandes, as mesmas tenham desempenhado o mesmo papel dos *goéros* indígenas zambezianos.

É de crer que as casas grandes castrejas pudessem ter outras finalidades, e certamente teriam.

Julgo porém que não será inteiramente descabido atribuir a algumas o papel de dormitório colectivo de jovens do mesmo sexo, e, nas grandes citânias, do mesmo bairro.

Cobertura das casas castrejas

Entre os problemas relacionados com as casas dos castros do noroeste peninsular, o da cobertura das mesmas tem sido abordado por vários autores, e, como é natural, as opiniões e pareceres têm sido vários.

As casas dos nossos castros do norte de Portugal e dos da Galiza, são, fundamentalmente, de dois tipos; redondas ou circulares e rectangulares. Há-as grandes e há-as pequenas.

Das casas redondas o tipo mais frequente é o que tem cerca de três a quatro metros de diâmetro, embora as haja bem maiores. Uma na citânia de Briteiros, tem um diâmetro de nada menos de onze metros.

Na citânia de São Julião de Caldelas, que ocupa o alto e as vertentes E, S e O dum monte situado entre as freguesias de São João de Coucieiro e S. Vicente da Ponte de Caldelas, ambas no concelho de Caldelas, há também uma grande casa com 11 metros de comprimento.

Esta grande casa vem citada no trabalho *Citânia de São Julião de Caldelas*, do Reverendo P.^o João de Freitas e publicado em «O Arqueólogo Português». Série III, vol. v, págs. 133 a 138 e 7 figs.

A pág. 136 deste trabalho a casa vem assim descrita: «Casa n.^o 6 — ... formada pela união de duas casas circulares cilíndricas, sendo a do extremo norte, de diâmetro menor. Mede de comprimento 11 metros, nela estão duas pedras rectangulares que seriam bancos, outra semelhante um cachorro de suporte. Encontraram-se no entulho desta, sessenta pesos de tear de barro, alguns deles, feitos de pedaços de tégula com o respectivo orifício e mais um de pedra. Destes pesos, um com dois orifícios e num dos orifícios um ferro».

Quem sabe se esta grande casa não teria sido oficina de tecelagem?

Como em muitas casas redondas aparece no centro do pavimento uma pedra com um buraco na face superior, muito logicamente se conclui que nela assentaria a ponta duma vara bem seca, a qual, posta a prumo, serviria como que de coluna, aguentando em parte a cobertura da casa.

As mais das vezes tal cobertura seria de natureza vegetal, de palha ou giestas, mas também podia ser formada por placas de xisto.

Pois bem: a existência da tal pedra a meio da casa redonda implicando a ideia lógica da vara posta ao alto, levou alguns autores a concluir que a cobertura de tais casas seria cônica.

Evidentemente que o podia ser embora nos pareça que o não devia ser.

Vejamos porquê.

Sem dúvida que é muito mais simples estender a palha num plano, do que distribuí-la por uma superfície cônica.

É simples, e fácil, pôr um grosso ramo de árvore com as pontas assentes na parede da casa e, a meio, especado pela vara posta ao alto, o que, além do mais, assegura o conveniente e perfeito aprumo da vara.

Também é mais simples fazer uma espécie de grade de ramos delgados assentes, dum lado na parede, e, do outro, no ramo grosso posto ao través e especado na vara, do que fazer uma armação cônica.

Feita a grade com os ramos delgados em malhas de dimensões convenientes, pronta e facilmente se lhe assentava a palha ou até placas de xisto.

A palha seria aguentada com pedras ou ramos de árvore como hoje se pode ver nas casas cobertas de colmo de algumas das serras do norte de Portugal, como por exemplo na de Barroso.

Outra vantagem seria a de darem maior altura à parede da casa do lado donde soprassem os ventos dominantes. Deste modo a palha da cobertura não estava tão sujeita a ser levantada pela impetuosidade dos ventos fortes, como está a palha de uma cobertura cônica que fica, digamos, aberta a todos os ventos, qualquer que seja o quadrante de que soprem.

Nas casas de pequeno diâmetro, quando o ramo posto ao través fosse suficientemente grosso, a sua conveniente resistência podia bem dispensar o espedaço da vara posta ao alto.

A substituição da cobertura de palha por telha é fácil numa cobertura de uma água só, ou mesmo de duas águas.

Um telhado de tégulas e imbrices, isto é de telhões rectangulares e de telhas caneladas, estas postas de capelão a cobrir as frinchas de ajuste ou encosto das tégulas, seria muito fácil montá-lo num arranjo quer de uma água só, quer de duas águas.

A Etnografia ajuda a credenciar aquilo que acabamos de expor quanto à cobertura das casas redondas castrejas.

Em muitas aldeias do leste trasmontano é frequente ver nas faceiras que rodeiam o povoado um maior ou menor número de pombais, que são quer redondos quer em ferradura, e sempre com telhado de uma água só.

Num grupo de palheiros da aldeia de Maçores, que visitei há cerca de vinte anos, o telhado era em duas águas com telhas caneladas postas em fiadas alternas de caleira e de capelão.

Há anos, em Fevereiro de 1966, numa volta pelo Alentejo, vi, na freguesia de Gomes Aires, concelho de Almodôvar, à borda da estrada, as duas velhas casas redondas que vão reproduzidas na fig. 1 nas quais são patentes, lado a lado, dois tipos de cobertura, numa água só e em duas águas. Ao lado havia um terceiro velho moinho de cobertura em duas águas.

Velhos moinhos? É possível.

A fig. 2 reproduz um pombal de cobertura numa água só.

Pelas considerações que fizemos parece não ser descabido supor que a cobertura das casas castrejas redondas seria de uma água só, e, nas casas de maior diâmetro, talvez em duas águas, embora pudesse ser também só de uma água.

Esta hipótese, falível como quase todas as hipóteses, tem pelo menos a força e o nível da simplicidade e o apoio comparativo da Etnografia com a objectividade de casas de planta circular e, como dissemos, com telhados de uma ou de duas águas.



Fig. 1 — Moinhos velhos, à borda da estrada para Ourique, na Aldeia dos Fernandes, freguesia de Gomes Aires, concelho de Almodôvar. Um com o telhado em duas águas e o outro de uma água só.

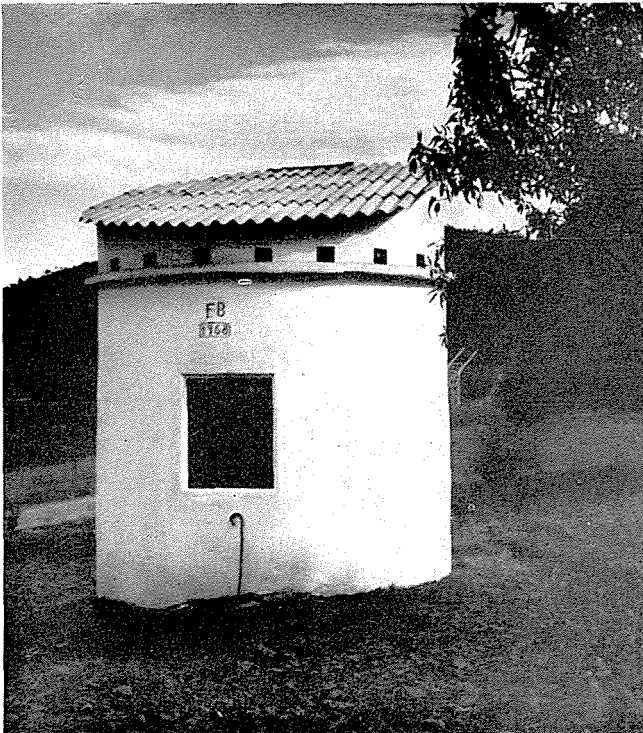


Fig. 2 — Pombal na freguesia do Felgar, concelho de Moncorvo.

La romanización del hábitat Castreño

POR

Jesús Taboada Chivite

La romanización del NO peninsular ha sido idóneamente estudiada por diversos investigadores. No es, pues, el objeto de esta comunicación el reiterar sobre trabajos hechos con toda competencia. Lo que se intenta aquí es indicar, someramente en primer lugar el proceso de romanización en los propios castros, como una lenta simbiosis ya antes de la conquista y total consolidación de los romanos en el país; en segundo lugar la permanencia, en muchos más casos de los que se cree, de los moradores en sus poblados, inobedientes a las órdenes de abandono, y la larga vida, también, de sus manifestaciones etnográficas; las excavaciones apenas en algún castro, como Cameixa, el doble estrato indígena y romano de *Conimbriga* y los de la Lanzada, han acusado la existencia de niveles. No se puede, pues, con certeza testificar el inicio de las infiltraciones romanas en Galicia.

Las relaciones marítimas del NO comenzaron tempranamente ⁽¹⁾ y pruebas arqueológicas de contactos marítimos y terrestres con el Sur lo atestiguan, p. ej., los collares de rasgos mariánicos, cierta clase de fíbulas, la cerámica a torno de Guifões, algunos tipos de arracadas castreñas, las cuentas vítreas de

(1) Florentino López Cuevillas: «La Oestrimnida y sus relaciones marítimas». CE Gall. xxiv, 1953.

progenie cartaginesa, etc. En lo que aquí interesa, hay que suponer que desde el primer choque de romanos y galaicos, y aún antes, existió una influencia de aquéllos sobre éstos: las fibulas denominadas por J. Fortes ⁽²⁾ de longo travessão, que aparecen en Briteiros, Vilar de Mouros, etc., e incluso en el castro no romanizado de Sabroso, atestiguan tempranos intercambios mercantiles con el pueblo latino; en Cameixa surge este tipo en el nivel II, cuando las casas de piedra y molinos circulares aparecen en el V. Trozos cerámicos, ornamentados con pinturas, se ha supuesto puedan ser oriundos de alfares romanos de la meseta norte de la península. La escultura castreña tiene, para algunos investigadores, abolengo griego con elementos de estirpe itálica.

En las guerras de Aníbal ya luchaban los galaicos en los ejércitos púnicos, entonando *barbara nunc patriis ululantem carmina linguis*, según nos dice Silio Itálico ⁽³⁾. Y supone Grosse ⁽⁴⁾, al comentar lo que Silio ⁽⁵⁾ manifiesta en los versos precedentes, que los vaticinios que sacaban los galaicos del vuelo de las aves y de los relámpagos, pudieran ser influencias etruscas.

De todos modos hay que admitir, de pueblos en lucha, lo que se ha llamado *aculturación pirática* y pensar, por tanto, que estos soldados habrían de captar ciertos influjos romanos que llevarían al tornar a sus hogares. Don A. García y Bellido ⁽⁶⁾, afirma que: «La llegada de las Legiones romanas a España con ocasión de la segunda Guerra Púnica, a finales del siglo III antes de J. C. tuvo que dar origen a las primeras mezclas sanguíneas entre itálicos e ibéricos». En lo que a los *kallaikoi* se refiere, aun

⁽²⁾ «As fibulas do Noroeste da Península», Portugalia, II, p. 22.

⁽³⁾ «Púnica», III, 346.

⁽⁴⁾ F. H. A., VIII, 222.

⁽⁵⁾ Id., III, 344-345.

⁽⁶⁾ «La península ibérica en los comienzos de su historia», Madrid, 1953, p. 66.

cuando sean contactos bélicos, no es aventurado suponer las dichas influencias culturales.

Pocos años más tarde, en 193 a. J. C., ocurre el primer encuentro entre lusitanos y romanos en una incursión de rapiña que aquellos realizan hasta tierras béticas. Los lusitanos son atacados y vencidos por el pretor Nasica en las proximidades de Ilipa (Alcalá del Río), (7), y ya se sabe la vinculación entre las tierras del Norte y Sur del Duero que aparece en Strabon.

El primer choque de transcendencia histórica entre romanos y, propiamente, galaicos ocurrió el año 139 a. J. C., campaña emprendida por Quinto Servilio Cepión, que refiere Apiano Alejandrino (8). Al año siguiente comienza Décimo Junio Bruto la expedición que llega hasta el Miño (138-136 a. J. C.) (9). La incursión no tuvo otro fin que una operación de castigo, sin que con ella se consiguiese consolidar el poderío romano en Galicia. Pero la asimilación cultural que pudo tener — como queda dicho — leves precedentes, ahora se intensifica.

Otras referencias de cierta importancia en lo que atañe a testimonios de romanización son: el viaje de P. Licinio Craso el 93 a. J. C. hasta las Cassitérides; de Perpenna, general de Sertorio en el 73 a. J. C.; de Julio César a *Brigantium* y el de su legado Fabio Máximo en 47-46 a. J. C. La presencia de estos personajes durante el período que abarca desde la expedición de Bruto a la victoria del Medulio afianza una relación constante con elementos romanos y la seguridad de aportaciones foráneas sobre el substractum indígena que, sin exacta precisión cronológica, acreditan las excavaciones.

De interés decisivo en el desarrollo de la romanización fueron las campañas de los generales de Augusto en el 26 a. J. C.,

(7) Pedro Bosch Gimpera y Pedro Aguado Bleye: «Conquista de España por Roma», in *Historia de España* de M. Pidal, T. II, Madrid 1935, p. 65.

(8) Iberika, LXX.

Orosio, v, 12; etc.

(9) Livio: *Per*, 55; Strabon, III, 3, 1; 3, 2; 3, 4; 3, 7; Floro, 1, 33, 12.

terminadas con la victoria del monte Medulio. Floro ⁽¹⁰⁾ y Orosio ⁽¹¹⁾ dan detallada referencia de la esforzada lucha sostenida por los aborígenes. No obstante, alguna aislada resistencia, la conquista romana está consolidada aunque interese recalcar que ya antes existen infiltraciones romanas en el hábitat castreño.

La simbiosis cultural es ahora más intensa, si bien la etnia indígena mantenga tercamente sus características. La asimilación ideológica y material es muy lenta. En el estudio, p. ej., de la religión castreña se advierte el acatamiento a los dioses indígenas en la fusión de elementos teológicos; se observa siempre como una traducción mítica de las divinidades romanas al contexto originario. Los trabajos de Cuevillas y Serpa Pinto ⁽¹²⁾ demuestran, claramente, tal acomodación en las matizaciones romanas que impregnan la mitología castreña. Comprendió el pueblo invasor las dificultades de una rápida integración cultural, como se ve, también, en la aceptación de la permanencia de las organizaciones aborígenes: tribus y gentilidades — aunque se ordene el abandono de los castros como centros posibles de reacción

⁽¹⁰⁾ «Captum tamen postremo fuit Medulli montis obsidio, quem perpetua xv milium fossa comprehensum undique simul adeunte Romano postquam extrema barbari vident, certatim igne ferro inter epulas venenoque, quod ibi volgo ex arboribus taxeis exprimitur, praecepere mortem seque pars maior a captivitate, quae morte gravitor ad id tempus indomitis videbatur, vindicaverunt». (II, 33, 50).

⁽¹¹⁾ «Praeterea ultiores Gallaeciae partes, quae montibus silvisque consitae Oceano terminantur, Antistius et Firmius legati magnis gravibusque bellis perdomuerunt: nam et Medullium montem Minio flumini inminentem, in que se magna multitudo hominum tuebatur, per quindecim milia passuum fossa circumsaeptum obsidione cinxerunt: itaque, ubi se gens hominum trux natura et ferox neque tolerandae obsidioni sufficientem neque suscipiendo bello parem intellegit, ad voluntariam mortem servitutis timore concurrat. Nam se paene omnes certatim igne ferro ac veneno necaverunt» (VI, 21, 6, 7 y 8).

⁽¹²⁾ Florentino L. Cuevillas e Rui de Serpa Pinto: «Estudos sobre a Edad do Ferro no Noroeste da Península», Arq. Sem. Est. Galegos, VI, Santiago, 1934, vid. también: F. L. Cuevillas: «La civilización céltica en Galicia», Santiago, 1953, p. 391 y ss.

bélica (13) — y en la conservación del carácter esencialmente rural del hábitat castreño, que aun hoy mantiene su morfología campesina de vetusta raíz. Conviene recalcar, sin embargo, que en este instante del definitivo triunfo del pueblo invasor los castros acusaban ya plurales elementos de romanización.

Nos interesa ahora reiterar el lento y difícil proceso de imposición de la nueva cultura y la larga perduración de los *oppida*, inobedientes, muchos de ellos, a la prescripción de abandono. Es claro, que la paz excusó las murallas y por tanto los poblados se van extendiendo fuera de los recintos. En general, rompen el tipo que Maluquer de Motes (14) llamó de *hábitat cerrado* y adquieren una pequeña disposición urbanística: otros ciertamente, fueron poco a poco abandonados y nacieron entonces las *villae* en las faldas del altozano. La gran cantidad de ellos que continuaron habitados, sin hiatus, constituyen pueblos o aldeas actuales, ubicadas en el recinto primitivo, aunque abarcando mayor extensión, o en la cumbre se edificó luego la iglesia parroquial y el pueblo en las laderas circundantes: Tuy (el *Castellum Tyde* prerromano), Castro Caldelas, Castro de Escuadro, Castroverde, Monterrey y tantísimos más que acusa la toponimia y su actual población, testifican su permanente habitabilidad y la negativa a la expulsión ordenada. En Dozón (Pontevedra) aparecieron siete aras que hacen suponer la existencia de un santuario galaico-romano en el *oppidum* O *Facho*.

(13) Ρωμαῖοι, ταπελνώσαλτες καὶ Κώμος ποιήσαντες τὰς πόλεις αὐτῶν τὰς πλείστας, ἐνίς δὲ καὶ τυνοικίσοντες βέλτιον (Strabon, III, 3,5).

Lo mismo indica Floro (II, 33, 52), «Mox ipse praesens hos deduxit montibus, hos obsidibus adstrinxit... «Y reitera más adelante: «Certa mox fides et aeterna pax cum ipsorum ingenio in pacis artes promptiore tum consilio Caesaris, qui fiduciam montium timens, in quos se recipiebant, castra sua, qui in plano erant, habitare et incolore iussit» (Id, II, 33, 59).

(14) «Pueblos celtas», in *História de España* de M. Pidal, T. I, vol. III, Madrid, 1954, p. 45. Y añade: «Briteiros es una de las citanias en que, quizá, por su perduración tardía, por lo menos durante los dos primeros siglos del Imperio romano y probablemente más tarde aun, aparece una pseudo ordenación urbana, lo que la diferencia de otras más primitivas y más puras».

Otros, como Santiago, Allariz, Monforte de Lemos, el barrio del Arenal de Vigo, además de la propia acrópolis, se fueron extendiendo a la vera de la cima castreña; muchos se fortificaron de nuevo durante la invasión germánica, «cuando terminó la sensación de seguridad que la larga paz de los dos siglos de Imperio habían provocado en Occidente» ⁽¹⁵⁾. Todavía en la Edad Media se utilizan como lugares estratégicos los castros de Libunca, Santa Cristina de Viso, Gudián y Albelda ⁽¹⁶⁾. En luchas posteriores realizaron algunos función bélica: Sotomayor derrotó a los Irmandinos en el castro de Aframela en que estaban fortificados ⁽¹⁷⁾. Valgan estos breves testimonios para demostrar que en un número importante de *oppida* no hubo abandono hasta hoy, aunque aquí lo que interesa sea resaltar su romanización.

La intensificación agrícola, prevaleciendo sobre el aspecto ganadero, hizo que otros castros fueran despoblándose paulatinamente y no de una manera brusca. El inventario arqueológico de material inservible, restos inútiles, objetos extraviados o alhajas perdidas avalan una lenta dejación y no una impuesta retirada de los habitantes de las acrópolis. Es preciso, pues, señalar el dualismo arqueológico celto-romano antes y después del sometimiento del hábitat castreño pero siempre de leve intensidad, como se ha dicho; sin grandes construcciones hidráulicas, anfiteatros, arcos honoríficos, termas monumentales, y sólo con alguna ciudad, como Lugo, de época tardía. La difícil receptividad del pueblo galaico no consintió cambios transcendentales ni voluntaria admisión de lo más espectacular del contexto invasor.

El escaso número de excavaciones arqueológicas y la falta casi total de niveles no permiten una fácil discriminación crono-

⁽¹⁵⁾ M. Tarradell: «Sobre las invasiones germánicas del siglo III d. J. C. en la Península ibérica» *Estudios clásicos*, n.º 15, Madrid, 1955, p. 108.

⁽¹⁶⁾ M. Murguía: «Historia de Galicia», IV, Coruña, MDCCLXIII.

⁽¹⁷⁾ M. Villar Ponte: «Historia sintética de Galicia», 2.º Ed. Santiago, 1932, p. 190.

lógica del material, pero en gran número de castros surge junto a instrumental castreño, tégulas, ímbrices, cerámica con marcas de alfarero, molinos circulares, fragmentos de dolios, etc. Puede decirse, en lo que a la cerámica atañe, que de la época prerromana a la romana se pasa insensiblemente y sólo apreciado el tránsito por las nuevas formas de las vasijas y empleo del torno. Sin embargo, es habitual la coexistencia de objetos cerámicos indígenas de vieja tradición con los del pueblo invasor.

Otro aspecto interesante en el avance de la romanización en el hábitat castreño es la minería. En el citado trabajo de Cuevillas (18) que estudia las relaciones marítimas de la Oestrimnida, después de razonar la ubicación de este pueblo en Galicia, demuestra la exploración del estaño en el NO ya en los primeros tiempos del Bronce, lo que promovió «un fuerte movimiento industrial y comercial». García y Bellido (19) aborda el mismo problema y sostiene igual punto de vista con copiosa bibliografía.

Después de la invasión indoeuropea, continuó la explotación del estaño y oro, especialmente; aprovechamiento intensificado luego por los romanos. Sólo algún ejemplo arqueológico, como venimos haciendo para abreviar la comunicación, aportaremos para aseverar esta continuidad romana en la explotación mineralógica castreña: En las minas de Villardeciervos, en el Castro de Pousada y en el de San Millán, los tres en la comarca de Verín, pudimos constatar esta continuidad, en el de Carvalhelhos encontró Santos Júnior depósitos de mineral de estaño; y escorias del mismo metal, con Agostinho F. Isidoro, en S. Vicente da Chã (20),

Acerca del plomo, estaño, cobre y cinabrio pueden verse muchas referencias en F. H. A.; respecto al oro, en las faldas

(18) Vid. nota 1.

(19) «La colonización griega», in *História de España* de M. Pidal T. I, vol. II, Madrid, 1952, pp. 549-550.

(20) «O Castro de Carvalhelhos», *Inst. Ant. da Universidade do Porto*, 1957, pp. 48 y ss. de la Sep., Id: «Duas campanhas de excavações no Castro de Carvalhelhos», *Soc. Port. de Ant. e Etn.*, Porto, 1966, p. 183; J. R. dos Santos Júnior e Agostinho F. Isidoro: «Excavações no Castro de S. Vicente da Chã (Barroso)», Id., Porto, 1963, p. 183.

del castro de San Torcato (Barbantes), encontró M. Chamoso Lamas ⁽²¹⁾ testimonios de una excelente organización con dispositivos pertenecientes a un importante centro minero de dicho metal que, si bien aprovechado por los invasores, expresa «la seguridad de que la explotación de esta mina ya venía efectuándose por la población indígena con notable intensidad antes de la ocupación romana».

Mário Cardozo ⁽²²⁾ habla de la región norduriense como de «um verdadeiro *El Dorado* daqueles tempos» por la riqueza de este mineral, y resalta su antiguo aprovechamiento.

Cuanto hemos dicho e innúmeras pruebas más que podrían aducirse demuestran la permanencia del pueblo indígena en su mismo ámbito de población, sin la rápida aglutinación con el elemento romano que se advierte en otros muchos lugares de la Península: Carácter, costumbres, creencias, economía, distribución rural, etc. persistieron largo tiempo. Referente a creencias así lo testimonian el *De correctione rusticorum* del Dumense, el *Cronicón* de Idacio y los reiterados cánones conciliares, como los de Braga, el de Lugo del s. VIII y el compostelano de 1060.

Es evidente, pues, la sobrevivencia de variados elementos del mundo castreño, incluso en tiempos postromanos. García y Bellido ⁽²³⁾ supone que «las lenguas vernáculas hubieron de seguir practicándose en muchas comarcas cántabras, astures y callaicas hasta entrada la Edad Media». Desde luego, es evidente la difícil y lenta intromisión de lo latino, como afirma Hübner ⁽²⁴⁾:

⁽²¹⁾ «Excavaciones arqueológicas en la citania de San Cibrán das Las y en el poblado y explotación minera de oro de época romana de Barbantes (Orense)», NAH, III-IV, p. 114 y ss. La bibliografía, acerca de la explotación de oro en Galicia, es muy abundante.

⁽²²⁾ «Da origen e técnica do traballo do ouro e sua relação com a joalharía arcaica peninsular», Rev. de Guimarães, LXVII, 1957, p. 16 de la Sep.

⁽²³⁾ «La latinización en Hispania», A. Esp. A., n.º 115-116, Madrid, 1967, p. 18.

⁽²⁴⁾ «Correspondência epistolar entre Emilio Hübner e Martins Sarmento (Arqueologia e Epigrafia) 1879-1899», Ed. da Soc. Martins Sarmento, Guimarães, 1947, p. 88.

«Il y a entre ces gens là, les Asturiens, les Galiciens et les Lusitaniens du nord, un certain effort, probablement forcé de s'assimiler un peu aux moeurs des conquérants, mais que, du reste, la romanisation (pour ainsi dire) n'a jamais bien reussi».

Luego, los suevos, gente también nórdica, con su «ingénito ruralismo nos acercó más a la estirpe celta de los castros que a la católica urbe romana», como afirmó A. Castelano ⁽²⁵⁾.

Sigue así el NO en muchos aspectos fiel al substratum primitivo con evidentes pervivencias indígenas. La relación entre geografía y experiencia vital es un fenómeno constantemente observado, aunque ello no indique determinismo absoluto.

Conclusiones

Creemos que del breve estudio antecedente pueden deducirse las siguientes conclusiones:

- a) Hay en el hábitat castreño quizá, una leve influencia previa al comienzo de la conquista romana.
- b) Durante el período bélico, desde Cepión a la paz de Augusto, existen pruebas de intromisión de elementos romanos en los poblados fuertes.
- c) Persisten gran número de castros, apesar de las órdenes de abandono, de los que muchos continuaron habitados en época postromana.
- d) Existe un dualismo galaico-romano, con síntesis de elementos culturales, religiosos y económicos, sin romanización monumental, sino lenta y tardía simbiosis, y perdurando hasta hoy algunos ingredientes de arcaica estirpe.

Depois da comunicação do Sr. Dr. D. Jesus Taboada: La romanización del habitat castreno, houve as seguintes intervenções.

(25) «Sempre en Galiza», Buenos Aires, 1971, p. 254.

Prof. Santos Júnior.

Concorda com a persistência habitacional dos castros depois da conquista romana. É de crer que muitos castros pré-romanos continuassem a ser habitados.

Há uma persistência de lendas que se referem a tal facto.

Há povoações actuais que devem ter prosseguido e evoluído sobre núcleos castrejos.

A vila de Moncorvo por exemplo está assente num reduto castrejo, ao menos assim o faz crer a topografia do cabeço onde assenta a parte velha da vila e onde se ergueu um castelo medieval.

A língua castreja é um problema. Até que ponto podemos imaginar que os nomes de algumas plantas, aves e animais; por vezes tão diferentes de regiões para regiões, podem estar relacionados com a cultura castreja e as diferenças dialectais que, porventura, existiram entre as tribos pré-romanas que habitavam o noroeste peninsular.

Dr. Joaquim Lourenço Fernandes.

Em relação a uma fonte citada, nunca houve uma exportação de ouro; dá-me a impressão mais de uma instalação do tipo da de Panóias, mas fortificada.

Há ouro, mas sem mina. O túnel não é de mina de ouro.

Professor Santos Júnior.

Só pelo exame directo do túnel ou mina, e da natureza da rocha em que foi aberto, se pode inferir se foi mina para exploração de minério, ou simples túnel para desvio de águas.

Dr. Joaquim Lourenço Fernandes.

Mas por onde entraria a água?

O túnel era muito grande (mais alto que um homem e mais largo que um homem de braços abertos), por isso necessitava de uma fonte de água como um rio.

Notam-se só as picadas de ferramenta e não que lá tenha

passado algum homem. Não se encontram restos arqueológicos.

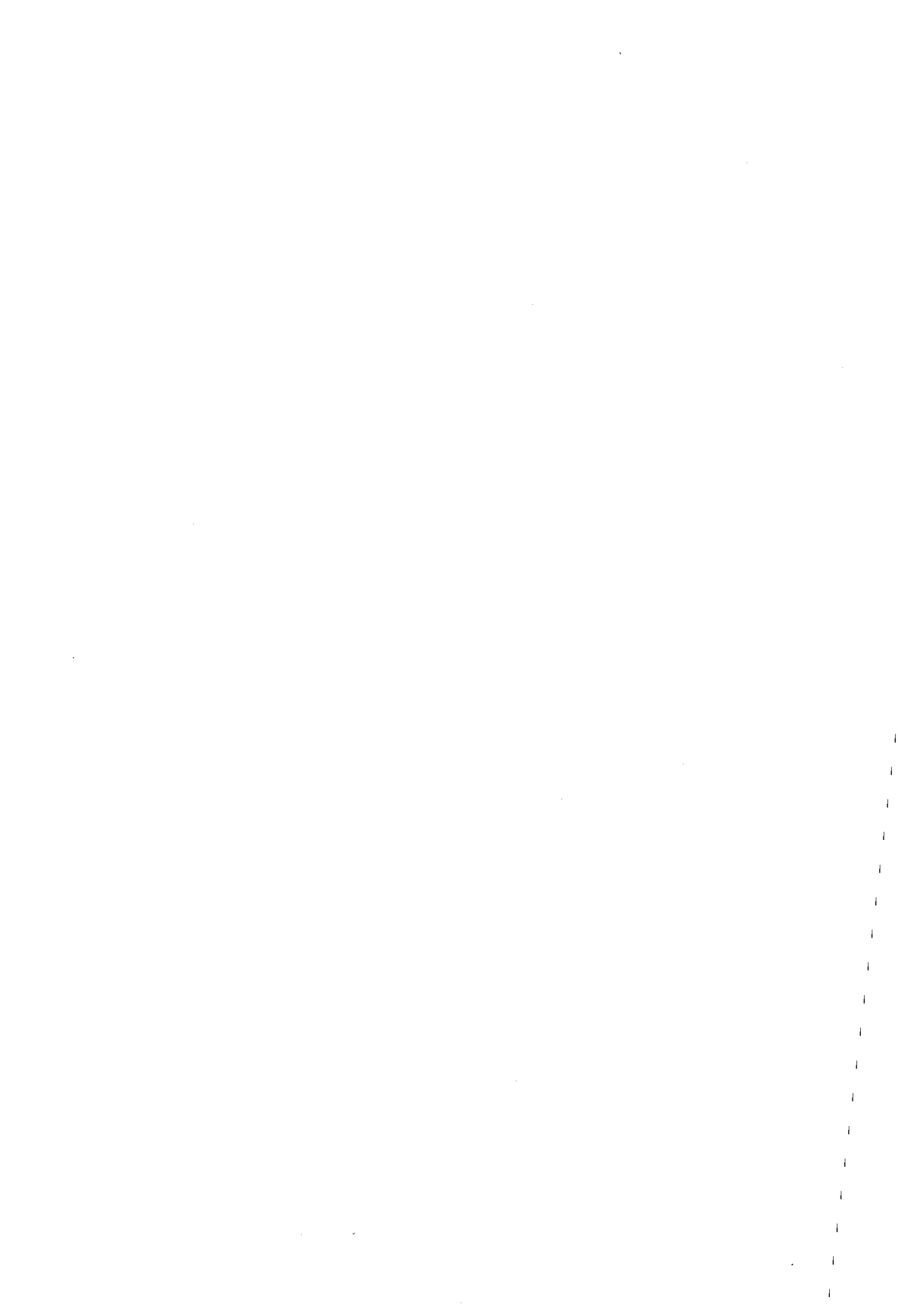
D. Domingos de Pinho Brandão.

A etimologia é uma ciência difícil, mas é necessário saber o nome correcto.

Interessa através das inscrições e toponímia encontrar uma etimologia pré-romana indígena.

Prof. Santos Júnior.

Provavelmente haveria vários dialectos nesses tempos pré-romanos. Os dialectos trasmontanos, o mirandês e o riodonorense, até certo ponto, e salvo melhor parecer, podem ser considerados como sobrevivências das diferenças dialectais, que, possivelmente haveria entre tribos pré-romanas.



Outra vez coa ofiolatría: dous achádegos interesantes

POR

Modesto Rodríguez Figueiredo

O río Lérez é cabeza e feitor da ria á que da nome a miña «boa vila» de Pontevedra. E cando a correnteza fluvial anda polo treito anterior ó derradeiro, entón discurre profundada antre fardelos de montana, que devalan abaixando das terras de Coto-bade, pola esquerda, e das de Campo Lameiro, pola dereita.

E nese banzo, que vai dende o outo da Abeleira hastra Gargallóns e os Xeves, polas costaneiras de unha e outra orela hai o máis comprido ricaz de insculturas do nordoccidente peninsuar.

Son os petroglifos radicados nas freguesias de Viascón, de San Xurxo e Santa María de Sacos, por unha banda, e, pola outra, nas Fragas, Campo Lameiro, Moimenta, Fentáns e San Isidro de Montes.

A referencia de isas rascaduras enche boa parte do «Corpus Petroglyphorum Gallaeciae» de Sobrino Buhigas, elas chamaron atención de López Cuevillas, Fermín Bouza-Brei, Obermaier, Filgueira Valverde, Anatti e longa ringleira de estudiosos; e, nos vráns dos anos 1969, 1970 e 1971, foron tarefa catalogadora do equipo italián especializado de Pinerolo, coa rexencia do Dr. Cesare Giulio Borgna.

Nesas últimas xeiras estivo a colabouración do Seminario de Estudos Galegos — hoxe bautizado como Instituto P. Sarmiento —, a traveso da súa seición de Prehistoria, E nalgunhas das xornadas tamén tomou afervoadada presenza o que suscribe, co escrusivo merecemento de simple amizade.

E, polo que eiquí importa, esamináronse dúas graburas, das que, con licencia e parte de material gráfico facilitado polos indicados investigadores estranxeiros, pasamos a dar comento.

Pedra da Serpe. — Está no curuto rematador de un altorelo que se ergue a media légoa, en liña recta hacia o Norde, da localidade de Campo Lameiro, cabeza da parroquia e capitalidade do concello homónimo, prósimo xa da lindancia coa demarcación administrativa de Moraña.

O monte é o outeiro de Penalba, aguzado e inzado por tódalas márxenes en altitude sobor do val de máis de cento cincuenta metros, agás a do Oeste, que é por onde acha entrada natural. Nesta dirección, despois de unha chaira de un medio quilómetro, róbese ó castro nomeado Castelo de Cosoirado.

O de Penalba é outro castro, con tres murallóns sucesivos de defensa perfectamente configurados. No chan de il cristianouse o lugar con capela adicada ó Santo Antón. E dende a dianteira da eirexiña, empenando un chisco de vinte metros, chégase á «Pedra da Serpe», que fai o cumio do concreto escenario xeolóxico.

Abondan alí as penedías, quer abultadas ou ben en laxe, pro soilo unha aparez insculturada.

Costitúese por unha pedra en lombo conveso e con outura de 2,20 m pola cara do ocidente. Pola do Nacente foi partida adrede, quedando un lenzo aberto de enriba hastra abaixo, con longura hourizontal máxima de 3,23 m e con un alto, tamén máximo, de 1,85 m. O arco ou lombo oferta dimensión, de punta a punta, de 5,40 m (Fig. 1).

Esta faciana cencenada por obra humán ten lixeira incrinazón, máis saínte á parte de baixo, como buscando que seña atestada polo Sol tan logo se abre a nacencia do día.

E nesa superficie aplainada, indo Suloeste superior a Norleste inferior, grabáronse dúas serpes parellas, separadas, a nivel do resto libre da pedra, por unha pestana, que ten, antre as cabezas das bechas, ancho de 2,5 cm, engrosándose logo hastra 5 cm (Fig. 2).

Non describimos o dibuxo das representacións, porque decátase nídiamente nas reproducións fotográficas.

As respectivas medidas son:

Serpente primeira ou de enriba: trinco da cabeza, 25 cm; torada a seguir, 24 cm; terceira torada, 24 cm; coarta, 38 cm; e resto, hastra punta da cauda, 90 cm. En total, dous metros e un centímetro.

O ancho da cabeza e da seición que se lle engade é de 13 cm. E continúa e así hastra o remate.

As profundacións son: na cabeza, 3,5 cm, mantendo rebaxe uniforme deica o final, onde queda no orde de 3 cm.

Serpe segunda: a cabeza e primeiro trinco esténdese 43 cm. O segundo trinco, que é recto, 25 cm; o terceiro, 50 cm; e dende alí hastra o final, co «ese» da cauda, 95 cm. En xunto, dous metros con nove centímetros.

O ancho da cabeza ten grafía superior triangular, cuio vértice queda da liña inferior a 19 cm; despois sigue con 23 cm e fina en 7 cm.

A fondura da cabeza é maior que a da outra, pois chega a 7 cm. O corpo vai por 5 cm e a cauda cáseque en 4 cm.

Aparte das representacións animais, á mau esquerda de elas —direita asegún se mira— e hacia o centro do penedo, correspondéndose con proximidade dos treitos polos que decenden os corpos serpentiformes, apercíbense catro graburas indeterminadas (Fig. 3).

Duas hourizontaes e anchas, que o povo chama os «ovos da serpe» e os «pes do Santo», isto cecais por tradición igoal ó relato que García de la Riega conta de Gundamil. As outras graburas, por debaixo das anteriores, máis estreitas e como cruzadas por riscos verticaes, con someira recendencia a insculturas en xeito cruciforme (Fig. 3).

O sitema de feitoría de todo o conxunto foi por polimento e os sulcos outeñidos son en maneira de «u».

Serpente da «Pedra de A Beilosa».

Queda no monte da Fontenla, por detrás da parroquia de Santa Mariña de «As Fragas, concello de Campo Lameiro.

Dende as últimas casas do lugar hai que rubir tres coartos pasadas de légoa, por camiño empeitado, en roteiro do Suloucidente.

E chegase á «Cerrada de Chaveira»; retratada na lámina 28 do «Corpus Petroglyphorum Gallaeciae», e que vai reproducida na Fig. 4.

O autor de iste traballo chámalle á estazón «Pedra da Bullosa», mote con que se coñece en tódalas referencias a partir de entón.

Non embargante, antre os povoadores da parroquia noméaselle como «Pedra da Boullosa» e «Pedra de A Beillosa». Con este apelative miréi reseña esquirta en documento de partixas do ano 1854, conservado dos seus devanceiros por Constantino Graña Cancela, veciño da dita «As Fragas».

A penedía está brandidamente insculturada, cal amosan as reproducións núms. 30 ó 38, incrusives, do libro de Sobrino (Figs. 5 a 8).

Emporiso do traballo e do inquérito ciumoso de ise investigador, il non atopou á serpe.

Ofertámola na fotografía da Fig. 9.

Está dibuxada en catro tramos, de enriba pra baixo, descendo ó carón da incrinazón da laxe, coa cabeza na parte superior. Esta — a cachela — arremata en forma arredondeada, inaque na reprodución ese pormenor se non aprecie con claridade.

O tranco da cabeza e o anaco a seguir ten lonxitude de 1,01 m; o segundo, de 1,38 m, acomodado á ondulación cóncava da penedía; o terceiro, de 88 cm; e o remate, de 1,55 m. En xunto, estensa catro metros e oitenta e dous centímetros.

É, sin dúbida, a representación da crás máis longa das que se posei noticia.

O ancho do trinco primeiro é de 22 cm, o segundo de 12,5 cm, o terceiro de 13 cm e o carto de 14 cm.

Advertimos que a fotografía non refrexa con esaititude ataes circunstáneas, pola dificultade de orgaizar maneira de perspetiva doada, habida conta das irregularidás e cortaduras da laxe.

A figura está riscada en profundidade un centímetro escaso, o mesmo que as liñas cruzadas e incrinadas coas que se quixo arrepresentar, en todo o corpo, a amaña da pele.

Ten, pois, tamén esta singularidade, que é única no acervo limitado das nosas pescudas, sempre cinguidas á Galiza e ó Norde de Portugal.

A pelica fórmase, asegún sexa o ancho do toro respetive, con series de tres ou catro lóbulos máis outos, a ras da pedra en toda a extensión da becha.

Pra debida intelixencia, repárese en que o contraste empregado enche de branco ás partes abultadas e deixa en escuro ós riscos fondos.

A repetida laxe de situación dirixe pró nacente do Sol e aséntase nunha pequena valgada de brenza montesía, como a setecentos metros do fio da serra da Fontenla, en cuia cima houbo «habitat» prehistórico, do que se ten recollido algunha cerámica castrexa, chamado o Castro da Anduriña. No Poente de il consérvase unha pedra «faladoira», que as xentes apelidan «Campá da Anduriña» (Figs. 10 e 11).

Toda a grafía serpentiforme está labrada a pico e sin poli-mentar, o igoal que tres representacións cruciformes que se super-puxeron nela preto do artello do segundo co terceiro trinco. E deliñamentos cruciformes de ise estilo espállanse no resto da laxe, namentras que o demáis nela contido está traballado, con poucas esceicións, en brunido.

A localización da serpe queda á dereita, conforme se olla, de A Beillosa, imediata e cáseque paralela ó valado de rebos con que se demarca a «Cerrada de Chaveira».

Sobrino Buhigas tampouco alcontróu coarenta e nove coviñas, percisamente pola parte baixa da cóbrega, a un metro de distancia da cauda. Moitas de elas estaban tapadas con tona de monte (Fig. 12).

Coidamos ser dato de importáncia.

Ises puciños ou cazoletas ocupan unha área de 2,25 m de longo por 1,10 m de ancho. Neste espacio non hai ningún tipo de outras insculturas, como tamén os deseños arrematan todos á esquerda da serpe, a non ser un círculo que queda á destra — mirando pró sitio — do tranco do rabo.

As coviñas teñen medidas dispares entre 8 cm de diámetro e 3 cm de fondura — a máis grande — e 2,5 cm de ancho e 2 cm de fondura — a máis pequena.

Aparte das agora por nós decatadas, no resto da penedia, que ten superficie de sesenta e dous metros coadrados, non se cuservan outras coviñas.

Temos por creto persoal que a serpe de A Beilosa non arrepresenta unha serpente, senón a pelexa aberta de ise ofidio. Matina nese parecer o ancho sensiblemente uniforme de toda a inscultura, o redondío da cabeza, o maior grosor de ésta e da parte do buche e a falla de aguzamento na cauda (Fig. 9).

En «As Fragas» se non conserva lenda niñunha encol da serpe de A Beilosa.

En tocantes a ese leiro, somentes dise que no gorgullón de Santa Mariña, que axurra á veira dos casaes estremeiros denantes de entrar na corredeira que leva ó monte da Fontela, escóndese unha principesa moura encantada en serpente, que se apresenta polas amañecidas con unha frol na boca.

Garda unha galiña imorrente, que pon a cotío ovos de ouro.

Quen fose arriscado de bicarlle os beizos á serpe, tornaríaa muller e recibiría o galano da galiña e os sinais do carreiro que conduz ó aposentamento da trabe de tamén ouro do castro da Anduriña.

Por certo que nesa fonte mollábanselle os pes a unha imaxe da Padroeira da parroquia, traída en rogativa sendo preciso tempero de chuvia prós agros. Si a necesidade fose de bon tempo e pechadura de invernia, trocábase a cirimonia metendo na iauga á cabeza de Santa Mariña.

A Pedra de Penalba ofertou mellor froito etnográfico.

Non lonxe, á metade de camiño hastra a celebre penedia da Rotea de Mendes, xurde outra fonte con tamén moura fadada en arrepresentación de serpe, velando á inevitáble galiña dos ovos de ouro e a un berce do mesmo metal, que é a reprodución do que se estima ídolo insculturado nesa laxe de Rotea, na que son de notar os cervos, meirandemente o que opón cornamento de trece anos nunha belida figurazón que moito se considera polo acabado do seu deseño.

Na fonte da Mina á becha hai que darlle aperta cos dous brazos e beixarlle no bico e na punta do rabo, que en amas dependura frol.

E, dentro do carís que indagamos do tema ofiolátrico, por testemuña de Don Xosé González Peña, nado en Moimenta, do propio concello de Campo Lameiro, recibín informe de que lle ouvira á súa aboa, e que o profesan outras persoas vedrañas, que os casados sin fillos heberían de ir de noite á Penalba, levando un coartillo de leite sin ferver e munxido de vaca que estivese criando becerro.

Non me soupo espricar ren do cirimonial, pro seica a receta aíña era aconsellada no ano do 1942 polo Señor Manoel da Atalaia de Viascón, que tiña sona de «sabio».

De resultas de ises choios fálase de varias xentes que naceron despois de tempadas longas de esterilidade das nais.

I é curidoso que ó Santo Antón da capela de Penalba, apesares de non ser o de apelative Abade, senón o de Padua, garántese como abogoso pra preñez do gando, conseguimento e conservación de fillase animal, maormentes tratándose de vacas e de porcas.

O prestixio nese senso e a obriga de cumprimento das ofertas polo favor recibido abrangue por toda a redondía e chega a Soutelo de Montes, concello de Forcarei, a Tabeirós e ós Lérez de Pontevedra; moradías que imponen deica ó santuario xornadas que sobrepasan de un medio día.

Poidérase enxergar un traslado e ampliación de culto antergo, cristianado asegún a crásica usanza relixiosa, e pervivindo a idea-zón ofiolátrica con diretriz de fecundidade.

Porque nese eido entendemos que se debe orientar vertente.

Nós temos recollido algúns datos que nos parecen reveladores.

No adro da eirexa de Simes, concello de Meaño, provincia de Pontevedra e bisbarra do rebordo esquerdo do Salnés cando o río Umia está pra chegar ao mar, hai varios cruceiros. Un de iles, que é o segundeiro entrando, ten no varal unha grande serpe isolada i en relevo.

Os matrimonios que non conqueriron decendencia han de ir tres noites seguidas ó cruceiro, sin que hastra logo de ise tempo deban axuntar os seus corpos.

Na freguesía de Fisterra, provincia da Cruña, érguese unha ermida que o cardeal compostelán Xerome del Hoyo describe así:

«En la halda del monte hasta la villa y luego hacia riva como un tiro de Vallesta está la iglesia y allá en lo alto está una hermita que dizen de San Guillermo. Este Santo vivió en esta hermita y dizen que trayendo una pipa de vino la desembarcó por do está el altar y queriéndola subir a do está la hermita dizen que llegó el demonio y so color de quererle ayudar pretendió echársela a cuestras y con ella matarle y echarle a la mar, pero libróle Dios — ... questá en lo alto del monte donde se muestra un sepulcro de piedra al lado del Epístola, donde dizen estava el cuerpo del santo y que los franceses bretones, quando saquearon esta villa se lo llevaron y un braço del mismo guarnecido de plata que tenían abaxo en la iglesia».

Alguén afiuzza que o cabaleiro hungárico Xurxo de Grissapaham, soldado en Nápoles co seu rei Lois e pelegriño de Santiago no século XIV, fixo de primeiro santeiro da capela. Esta parez que áchase adicada ó Santo Guillerme de Aquitania, identificado pra Galiza no Don Gaiferos de Mormaltán do romance

*«A ónde irá aquel romeiro,
meu romeiro, a ónde irá?
Camiño de Compostela,
non sei si alí chegará.
Os pes leva cheos de sangue,
e non pode máis andar.
Mal pocado, probe velto,
non sei si alí chegará!
Ten longas e brancas barbas,
ollos de doce mirar,
ollos garzos, leonados,
verdes como auga de mar.*

.....

O monte, que arremata faguendo ó Cabo de Fisterra, enténdese coincidindo co Promontorio Nerio.

Nos resios da capela praiticábase rito descrito polo P. Sarmiento e recollido por Murguía:

«Nos referimos a la virtud de que creían adornadas algunas rocas de hacer fecundas a las mujeres estériles. Cítalas el P. Sarmiento y dice que una de ellas estaba al pie de la ermita de San Guillermo de Finisterre, señal de que la iglesia, no pudiendo desde un principio destruir la superstición a ella adherida, la tomó bajo su amparo. Era como pila o cama de piedra, en la cual se echaban a dormir marido y mujer que por estériles recurrían al Santo, y en aquella ermita y allí delante del Santo engendraban, y por ser cosa indecorosa se mandó, por visita episcopal, quitar aquella gran piedra, pilón o cama, y se quitó el concurso».

A xenreira levítica seica se produxo polas artes do redicido visitador Hoyo, na primeira metade do século XVII, sendo arcebispo xacobeu Don Masimiliano de Austria.

Non embargantes, o costume non desapareceu. No ano de 1968 percorremos con intensidade a zona, e a un coaxutor — home novo, que aitalmente rexenta outro destiño e que non anceia que o seu nome seña mentado — preocupáballe que noutra laxe arumbábanse o marido e a súa dona códega co gallo da preñadura. I ese crego enteirárase que, na faena, a muller tiña de poñerse sobor de unha pele de serpe estendida na pedra e con coidado de que lle cadrase pola rexión anatómica dos riles.

Traballaba eu entón nun caso da miña aitividade forense, tendo contaito con centos de habitantes do alfoz en ocasión de reclamacións escontra de unha frábica de Cée, dimañadas de doenzas silicóticas e manganésicas. E, aporveitando pra perguntar na teima, atopéi once viciños de Ézaro, de Dumbria, de Bréns, de Castrelo e de Sardiñeiro que foran nados con intervenzón do Santo Guillermo e procreados en riba da pelica.

En Marín, provincia de Pontevedra, e cara á ría, está o edificio da Escola Naval Militar do estado español. Denantes houbo no sitio a «Escuela de Tiro Naval Janer», e dentro do acotamento en que se fixeron as paredes de amos recintos quedou a «Pedra dos Namorados» que había na orella mariña.

Don Calros Paratcha Vázquez, corresponsal do museu pontevedrés, mestre xubilado, distinto erudito e nado no citado Marin, sabe de dous matrimonios do seu tempo que lograron fillos seguindo os consellos de Carmo «A Bolela», que lles recomendara xuntanzas de noite e na atal laxe.

E pescudando no tema, como «A Bolela» xa é morta, houben de axudarme do que lembraron Celestino Villanueva Iglesias, de mote «Bambalúa» i idade de 87 anos, e Manoel de la Iglesia Caeiro, de mote «O Coco» i idade de 93 anos, residentes nos lugares de Rozas e Macenlle, parroquia de San Xulián; quenes anadiron que nesa «Pedra dos Namorados» había a grabura de unha serpe.

Todo enderéitase a un culto e a uns ritos ofiolátricos con xerme e cerne de fecundidade humán. E, de ser probada a irradiación cultural galega deica á Irlanda e, dende eiquí, hastra á Escandinavia,alcontrarian aquéles a súa espresión prehistorica gráfica máis tardeira e acabada na fegura fálica con serpe da Pedra de Vitlycke-Tanum, en terras de Suecia (Fig. 13).

Depois da comunicación do Dr. Modesto Rodriguez Figueiredo, *Outra vez coa ofiolatria: Dous achadegos interesantes*, houve as seguintes intervencións:

Prof. Santos Júnior.

Considera aquele achado do par de serpentes gravadas na Pedra de a Beilosa, de facto interesante, pelo que o seu descubridor merece felicitações bem como pela maneira como aquí expôs o seu estudo sobre as mesmas.

Lembra as muitas superstições em lendas populares alusivas a cobras que intervêm ora como agentes benéficos e protectores ora como daninhas e malignas.

Cuvillas e Bouza-Brey, no seu belo trabalho *Os Oestrinnios, os Saefes e a Ofiolatria*, Coruña, 1929, dizem para a Galiza, como aliás se observa também entre nós, ser verdadeiramente surpreendente o número de lendas castrejas que se referem à

serpente ou em que esta intervém tantas vezes guardadora de grandes tesouros.

Lembra a seguir as seis gravuras serpentiformes do Castro do Baldoeiro, ou «Castrum Baniensium», sobre o qual, com este último título, a «Ilustração Transmontana», publicou em 1910, um belo artigo de Afonso Pereira Cabral. Teve ensejo de publicar, em 1931, nos Comptes-rendus do XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-histórica celebrado em Portugal (Setembro de 1930) o trabalho *As serpentes gravadas no Castro do Baldoeiro (Moncorvo-Trás-os-Montes)*.

Na Galiza, entre outras, a serpente do *Castro de Troña*, a da *Pedra da Serpente de Gundamil* e as serpentes portuguesas do Baldoeiro levam-nos a pensar na fixação castreja do culto ofiolátrico, hipótese que os estudos etnográficos e folclóricos corroboram e validam e novos documentos virão confirmar.

A descoberta das serpentes gêmeas da *Pedra de Penalba* é mais um documento rupestre a corroborar o parecer de uma fixação castreja do culto ofiolátrico.

Dr. Francisco Gonçalves Carneiro.

O Sr. Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, advogado em Chaves, onde tem orientado a instalação do Museu da Região Flaviense na nova sede — referiu a existência de uma serpente fundamente insculpida em rocha granítica, sita à beira do caminho que sai da povoação de Soutelo (conc. de Chaves).

A serpente mede cerca de 2,80 metros e a ela se têm referido alguns arqueólogos. Existem perto algumas *covinhos*.

Apesar de localizada à beira de um caminho público muito concorrido, continua respeitada pelos povos, que a não têm estragado. Não sabe de lendas que se lhe reportem.

Aludiu à existência de serpentes na torre sineira (românica) da igreja de St.^a Maria Maior de Chaves, e na linha da *cachorrada* doutro templo do concelho de Chaves, também de arte românica (S. Julião ou Nogueira, de momento não pôde precisar qual deles).

Perto da serpente de *Soutelo*, fica a rocha granítica de Outeiro Machado; e uma segunda, menos conhecida — ambas com insculpturas, petroglifos.

Ouviu falar de uma lenda popular que se refere a um tesouro guardado em subterrâneo dum castro da região de Chaves, guardado por uma serpente, que não deixa aproximar ninguém.

Bibliografía

- M. MURGUÍA — Galicia — Barcelona, 1883. *História de Galicia* — A Coruña, 1901.
- GARCÍA DE LA RIEGA — *Galicia Antigua* — Pontevedra, 1904.
- LÓPEZ CUEVILLAS e BOUZA-BREY — *Os Oestrinnios, os Saefes e a Ofiolatría* — A Cruña, 1926.
- GUDNITZ, FREE — *Broncealdereus Monumental Kust* — Copenhagen, 1926.
- SANTOS JÚNIOR, JOAQUIM R. DOS — *As serpentes gravadas do castro do Baldoeiro* — Institut International d'Anthropologie, Paris, 1931. *Arte Rupestre*, Porto, 1942.
- PERICOT e PARGA PONDAL — *Castros de los alrededores de Mondariz-Balneario* — La Temporada, Mondariz.
- PERICOT — *La representación serpentiiforme de la citania de Troña* — Guimarães, 1933.
- SOBRINO BUHIGAS — *Corpus Petroglyphorum Gallaeciae* — Santiago, 1935.
- BOUZA-BREY, FERMÍN — *Grabados rupestres serpentiiformes de tierras de Lugo*, Lugo, 1943.
- BOUZA-BREY e SOBRINO LORENZO-RUZA — *El petroglifo del Monte de los Vilares en Puente Cesures (Pontevedra)* — Cuadernos Estudios Gallegos, xi, 1948.
- FILGUEIRA VALVERDE e GARCÍA ALÉN — *La Carta Arqueológica de la Provincia de Pontevedra* — Museo de Pontevedra, vii, 1954-1956.
- LÓPEZ CUEVILLAS e LORENZO FERNÁNDEZ, XAQUÍN — *Unha nova inscultura serpentiiforme da citania de Troña* — B. Real Academia Galega, 321-236, A Cruña, 1957.
- KÜHNH, HERBERT — *El arte rupestre en Europa* — Barcelona, 1957.
- AUGUSTO TAVARES — *Ofiolatría* — O Arqueólogo Português — Lisboa, 1957.
- ANATTI, EMANUEL — *L'Arte Rupestre Gallego-Portuguese. Evolucion e cronologia* — Arquivo de Beja, xiii-xiv, 1966-1967.
- TABOADA CHIVITE — *Etnografía Galega* — Vigo, 1972.

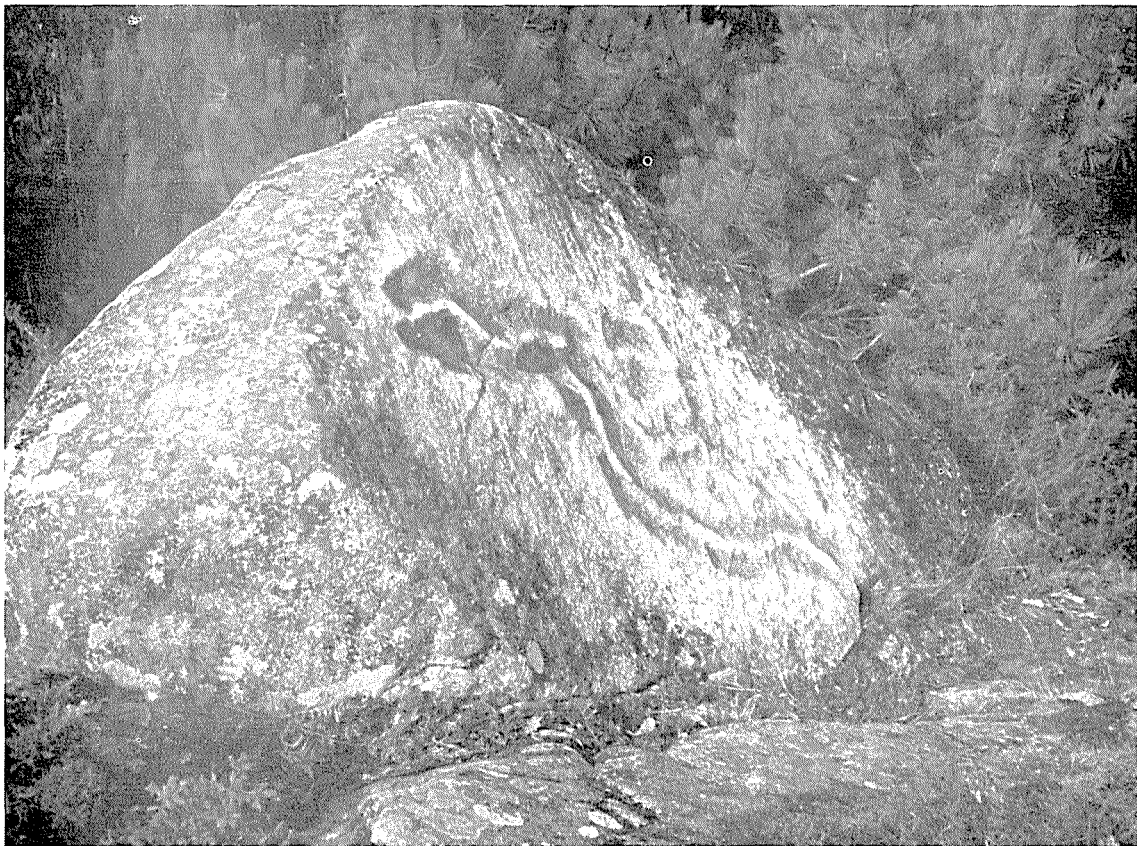


Fig. 1 — Penedia da Serpe de Penalba. A pedra foi cortada de propósito. As serpes, xêmias, están separadas por unha pestana da pedra a nivel da faciana aplainada em que foram feitas.



Fig. 2 — Outra perspetiva das graburas de Penalba.



Fig. 3 — Outra vez o conxunto da Pedra de Penalba, com serpes e os «ovos» de elas, tamén chamados «os pés do Santo».

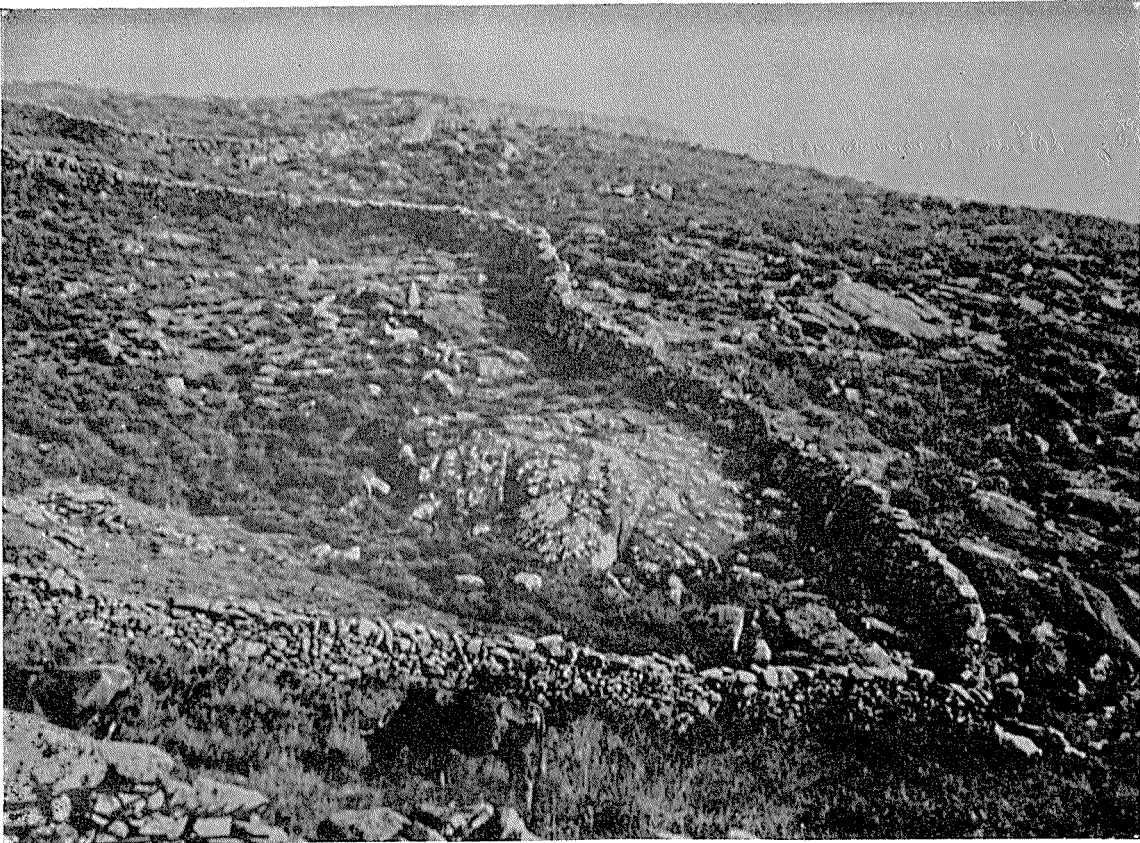


Fig. 4 — A «Cerrado da Chaveira» cando Sobrino Buhigas perxeñaba ó seu «Corpus Petroglyphorum» Galleciae
Lámina 28 de ise libro.



Fig. 5 — Reprodución da lámina 30 do «Corpus». — A pedra de A Beillosa, que Sobrino chama «Pedra de Bullosa».

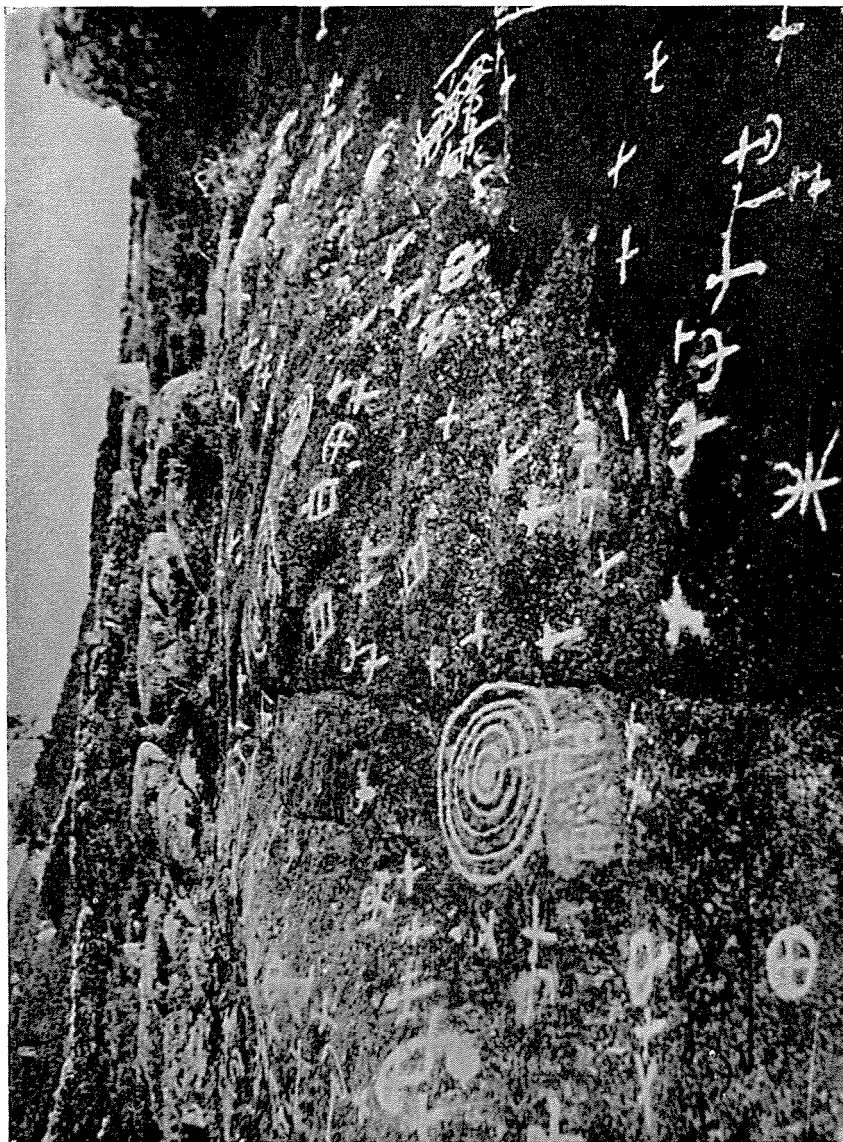


Fig. 6 — Reprodución da lámina 33 do «Corpus».



Fig. 7 — Reprodución da lámina 34 do «Corpus».



Fig. 8 — Reprodución da lámina 36 do «Corpus».

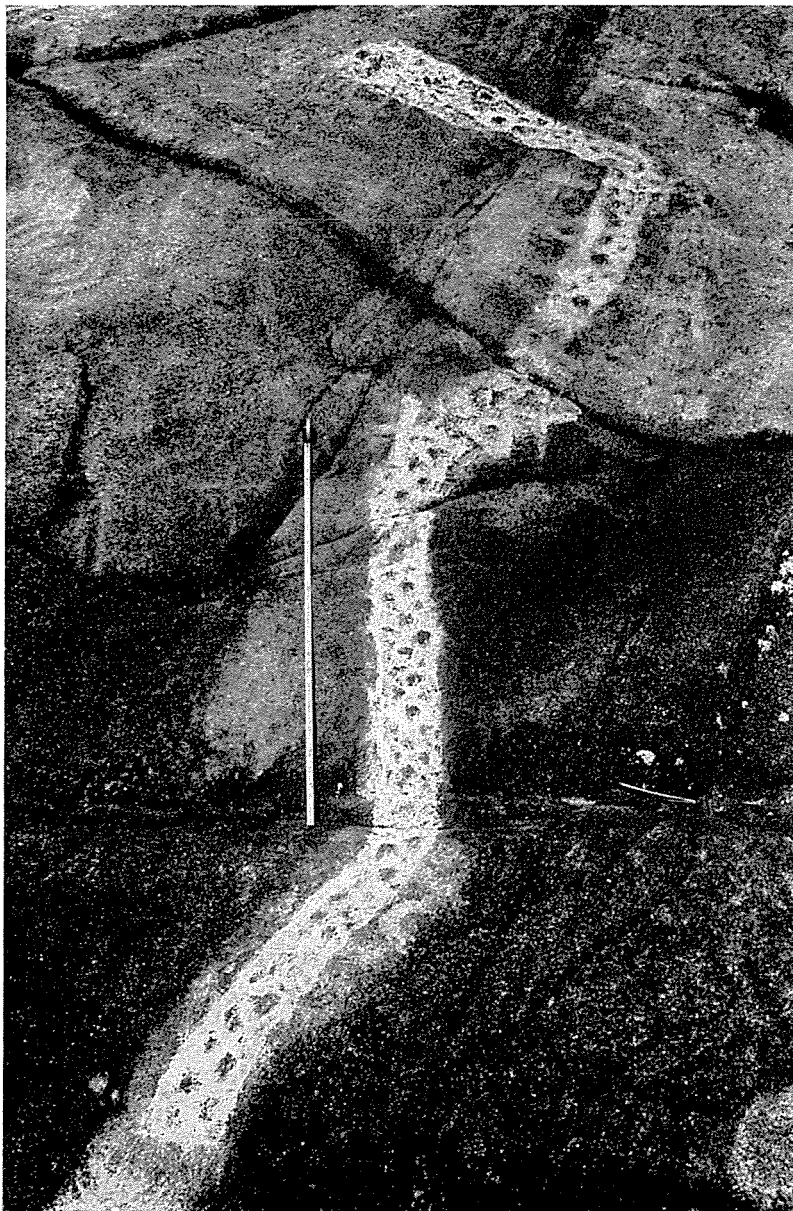


Fig. 9 — A serpe de A Beillosa.



Fig. 10 — O Castro da Anduriña onde está a pedra A Beilosa que se vê no primeiro plano.



Fig. 11 — Ollada xeral do pedra A Beillosa.

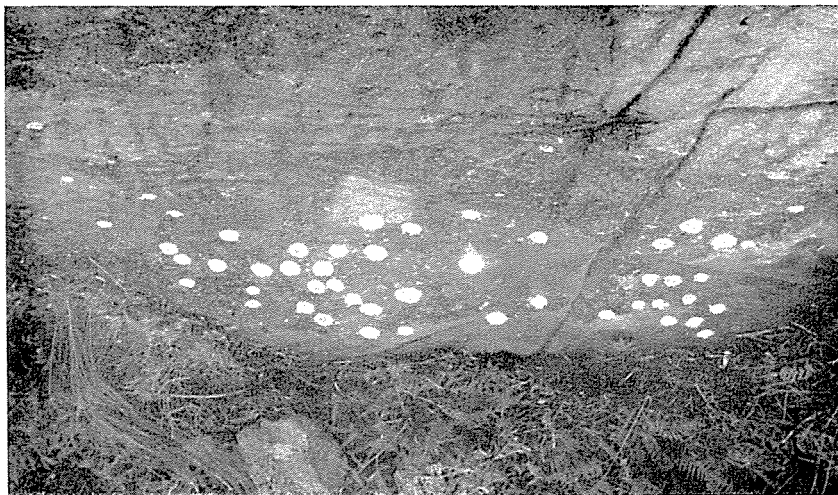


Fig. 12 — As coarenta e nove coviñas que hai por debaixo da serpe de A Beillosa.



Fig. 13 — O home con falo e a serpe da pedra de Vitlyeke, Tanum, Suécia.

La Culture des Castros du Nord du Portugal

PAR

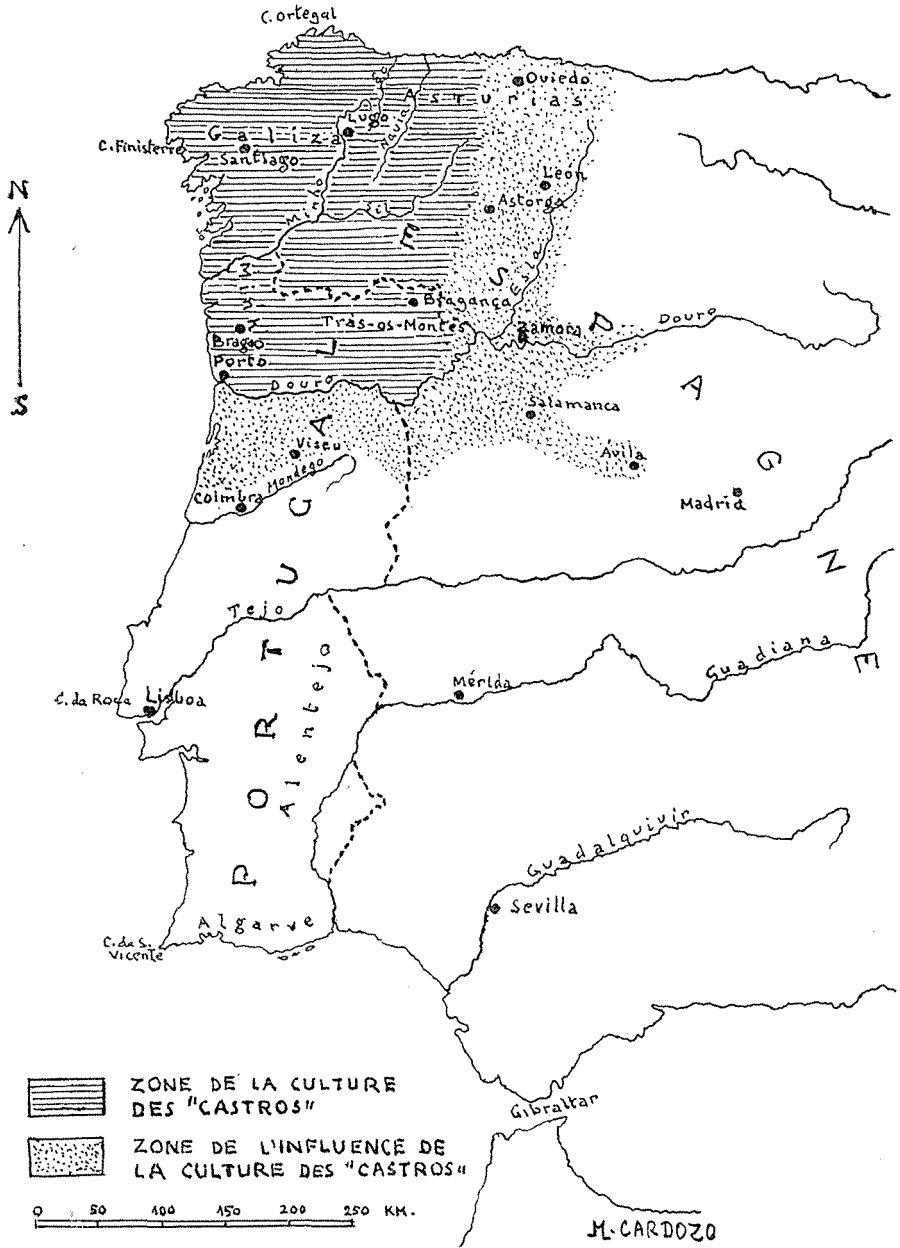
Mário Cardozo

Presidente Honorário da Sociedade Martins Sarmento — Guimarães

En préhistoire, comme en protohistoire, les problèmes de caractère général sont étudiés avec un intérêt tout particulier, parce qu'ils sont, par essence même, communs à divers peuples.

On rencontre dans ce domaine au Portugal bien des questions et des problèmes à résoudre qui concernent l'Archéologie européenne tout entière. C'est le cas de la culture mégalithique occidentale qui est particulièrement présentée dans la province d'Alentejo par un important foyer d'expansion: celui de la culture chalcolithique du vase campaniforme, attestée dans la région de Lisbonne par de riches gisements d'une grande importance; ou celui de l'étude des débuts de la métallurgie en Occident; ceci pour les temps les plus anciens.

Si nous nous occupons des périodes plus récentes de la protohistoire, nous trouvons aussi, dans notre pays, de nombreuses questions à étudier et à résoudre en fonction de l'Archéologie européenne en général et qui sont plus particulièrement liées à celle de l'Europe centrale. Il en est ainsi de l'apparition de la civilisation du Fer dans la Péninsule ibérique et du problème des invasions des Celtes qui diffusèrent cette culture, ou de l'étude de notre joaillerie primitive, ou de l'interprétation de l'écriture tartessienne (ou turdétaine), qui fut découverte sur certaines pierres tombales dans les provinces du Sud (Baixo-Alentejo; Algarve) et qui est probablement apparentée aux écritures archaïques des pays de la Méditerranée orientale; ou bien de l'établis-



ment d'un *Corpus* épigraphique des inscriptions lusitano-romaines, ou bien de la reconstitution de l'ensemble du réseau des voies militaires romaines construites en Lusitanie, et qui se rattachent, à travers l'Espagne, aux grandes voies européennes impériales, etc.

Parmi les divers problèmes relatifs à la protohistoire du Portugal, celui que pose la culture des *castros* se distingue par son importance et son originalité. La position chronologique de cette civilisation se situe approximativement entre le III^e siècle av. J.-C. et la décadence de la domination romaine dans la Péninsule ibérique. Je traiterai ici de la «culture des *castros*» du Nord de la Péninsule, qui s'est localisée plus particulièrement en Galice, dans les Asturies et dans le Nord du Portugal. Cette civilisation remarquable a diffusé ses influences sur une zone d'expansion très vaste ⁽¹⁾. Je vais mettre en évidence ses caractéristiques essentielles.

Le terme, très général, de *castros* désigne des vestiges d'importances variables qui, parfois même, ne survivent plus que dans la toponymie locale. Dans la plupart des cas, il subsiste encore des ruines assez monumentales de ces anciens sites fortifiés édifiés au sommet des monts et qui furent, le plus souvent, abandonnés lors des combats contre les Romains envahisseurs. L'occupation totale de la Lusitanie ne fut complètement réalisée qu'à la fin du I^e siècle av. J.-C. Parfois cependant, ces sites continuèrent d'être habités jusqu'au Moyen Age, et quelques-uns sont à l'origine de certaines de nos villes modernes.

L'implantation de la plupart de ces *castros* remonte à des époques très antérieures à la pénétration des Celtes dans la Péninsule. Certains datent de l'Age du Bronze ou du Hallstatt

(1) Florentino Cuevillas, «A área xeografica da cultura norte dos castros», *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, 1933, p. 99 sq.; *id.*, «Características e problemas da cultura norte dos castros», *XVI Congreso de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*, Madrid, 1935; Mario Cardozo, «Alguns problemas da Cultura dos castros no Norte de Portugal», *XXVI Congresso Luso-espanhol para o Progresso das Ciências*, Porto, 1962, t. II, p. 397.

et d'autres remontent peut-être aux premières installations de communautés néolithiques.

Les informations que nous fournissent les auteurs grecs et romains sur les populations indigènes et les premiers occupants de ces villes préhistoriques sont tout à fait insuffisantes. On se réfère, en général, au récit poétique d'Aviénus — *Ora Maritima*, qui constitue la plus ancienne source de documents sur les populations septentrionales de la Péninsule ibérique. Mais les textes de Strabon, de Pomponius Méla, de Pline et de Ptolémée, les *Itinéraires*, et plus particulièrement l'*Itinéraire d'Antonin*, nous apportent une plus riche moisson de renseignements sur la vie des habitants des *castros* sous ses divers aspects: économique, social, religieux, artistique et industriel.

Enfin, et surtout, les fouilles archéologiques nous permettent d'essayer de reconstituer les structures architectoniques de ces villes par l'étude des vestiges *in situ*. Dans ce domaine, nous sommes redevables d'une grande quantité de documents, grâce aux fouilles qu'il a excellemment menées, il y a plus de quatre-vingts ans, à l'illustre savant Martins Sarmiento. Il fut le grand pionnier de la recherche archéologique au Portugal, et l'éloge des écrits qui firent sa renommée n'est plus à faire. Depuis, de nombreux travaux ont été poursuivis, tant en Espagne que dans notre pays, pour apporter la lumière sur cette civilisation des *castros*. C'est pourquoi il est regrettable que personne ne se soit préoccupé de l'étude stratigraphique de ces vestiges, ce qui aurait fourni les éléments nécessaires à l'établissement de la chronologie de cette période de l'Age du Fer par la datation de ses diverses phases évolutives. La critique sévère, formulée par un savant anglais (qui est certes un maître indiscuté en matière de technique de fouille), à l'adresse des archéologues de la Péninsule, qu'il traite de «modern Iberians», est cependant en partie injustifiée. Lorsqu'il prétend que rien n'a été fait dans ce domaine qu'il considère comme «practically a virgin field» il montre tout simplement son ignorance générale des divers travaux qui furent poursuivis, en Espagne comme au Portugal. Il est vrai que ce savant englobe la France dans le même jugement erroné à propos

des fouilles des *oppida* et prétend qu'on ignore absolument, dans ce pays, les méthodes de fouilles scientifiques ⁽¹⁾.

Nous ne connaissons les populations protohistoriques qui occupèrent ces *castros* du Nord de la Péninsule que par les rares détails plus ou moins brièvement rapportés dans leurs écrits par les auteurs déjà cités. Il est bien regrettable pour nous, Espagnols et Portugais, que nous n'ayons pas eu la chance qu'un grand écrivain de l'Antiquité, contemporain des événements qu'il relatait, se soit préoccupé de décrire notre pays et la vie de nos ancêtres, comme Tacite le fit pour les mœurs et les origines des Germains, dans le *De omnium Germanorum origine et moribus (Germania)* ⁽²⁾. A cet égard, il est intéressant de remarquer les analogies flagrantes que l'on rencontre dans les récits de Tacite relatifs aux Germains et dans la description sommaire que consacre Strabon dans sa *Géographie* aux peuples montagnards, les Galaïques, les Asturiens et les Cantabres, qui occupaient alors le nord de la Péninsule jusqu'au territoire des Vascones, dans les Pyrénées ⁽³⁾.

Si nous comparons ces descriptions — celle de l'auteur latin et celle de l'auteur grec —, nous trouvons de nombreuses ressemblances. Les caractères anthropologiques de certaines tribus germaniques du Sud de l'Allemagne, entre autres, sont les mêmes que ceux des habitants primitifs de nos *castros*; ce sont des sujets de petite stature, aux cheveux et aux yeux bruns, qui contrastent avec le type nordique, généralement grand, aux cheveux blonds et aux yeux bleus ⁽⁴⁾.

Nous sommes renseignés par Tacite sur l'alimentation des Germains. La bouillie d'avoine, le gibier et la bière (*cerevisia*) boisson qu'ils fabriquaient en faisant fermenter des céréales, en constituaient l'essentiel. Or, suivant Strabon, les occupants de nos *castros* étaient aussi sobres que les Germains. Ils en différaient

(1) O. G. S. Crawford, *Archaeology in the field*, London, 1954, p. 143.

(2) A. Schulten, «Die Germania des Tacitus», *Deutsche Zeitung für Spanien*, Barcelone, 1948, n° 678-679. Traduction portugaise avec notes, par Mario Cardozo, in *Revista de Guimarães*, 1949, vol. 59, p. 9 sq.

(3) Strabon, *Geogr.*, III, 3, 6; 3, 7 et 3, 8.

(4) *Id.*, III, 3, 7.

seulement en ce qui concerne la boisson, car les Lusitaniens ne buvaient, en général, que de l'eau, sauf dans les festins familiaux à l'occasion desquels ils prenaient également un breuvage fermenté, appelé *zythos*, et du vin qu'ils importaient. Ils mangeaient aussi de la bouillie de céréales et un pain fait de glands de chêne torréfiés et broyés. Ils appréciaient également la venaison et la viande de chèvre ou de bouc de leurs troupeaux.

Il semble que le sanglier, ou le porc, était considéré comme un animal sacré par les Lusitaniens; ils lui vouaient un culte particulier, comme l'indique la fréquence des figurations de cet animal dans la zone des *castros*. On rencontre souvent cette image sculptée dans la pierre ⁽¹⁾, et parfois comme motif d'ornementation sur les bijoux d'or décorés au repoussé, telle la lunule d'argent trouvée à Chão de Lamas au Portugal ⁽²⁾. Ce thème animalier a duré très longtemps; on connaît des figurations de sangliers sculptés sur les cippes funéraires ou sur les monuments votifs, et associées à des inscriptions latines, jusqu'à une période avancée de l'occupation romaine. On peut voir au Musée des Antiquités Nationales à Saint-Germain-en-Laye une représentation de divinité anthropomorphe tribale des plus suggestives pour l'interprétation. Elle provient d'Euffigneix (en Haute-Marne). C'est une figurine de 25 cm environ de hauteur, représentant un homme portant le torque celtique caractéristique autour du cou; un sanglier sculpté avec beaucoup de précision est disposé verticalement sur sa poitrine.

Le porc, considéré comme un animal totémique typiquement celtique, n'est donc pas seulement une représentation très répandue dans la région des *castros* en Espagne et au Portugal, mais aussi en Gaule ⁽³⁾.

(1) J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitania*, Lisboa, 1913, vol. III, p. 15 sq.

(2) Juan Cabré Aguiló, «El tesoro de Chão de Lamas», *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, Madrid, 1927, t. VI.

(3) T. G. E. Powell, *The Celts*, London, 1958, p. 146 et fig. 29; p. 270 et pl. 67

Au point de vue de l'économie rurale, les populations de la civilisation des *castros* vivaient plutôt de l'élevage que de l'agriculture. Celle-ci ne prit un plus grand développement qu'avec l'établissement de la *pax romana*, après l'abandon forcé de la majeure partie de ces installations fortifiées des hauteurs et le déplacement de l'habitat vers le sol fertile des vallées imposé par les Romains.

Comme les Germains, qui sacrifiaient des êtres humains en l'honneur de Wotan (considéré comme le parallèle du dieu romain Mercure), les Lusitaniens, habitants des *castros* protohistoriques, pratiquaient, eux aussi, des sacrifices sanglants de même nature, en l'honneur d'une divinité guerrière semblable au dieu grec Arès ou au Mars romain. Comme les Germains encore, ils prédisaient l'avenir, non seulement en observant la façon dont tombait la victime, mais aussi en étudiant les palpitations de leurs viscères (1).

Les Ibères avaient, tout autant que les Germains, la réputation d'être d'excellents cavaliers. Ils montaient le même type de chevaux, petits, vifs et résistants, bien adaptés aux terrains rudes et difficiles des pays montagneux. Varron rapporte que l'on attribuait l'extraordinaire rapidité des chevaux lusitaniens à une légende selon laquelle les juments de la région d'*Olysipon* (Lisbonne) étaient fécondées par le vent (2).

Tacite a rapporté l'habitude qu'avaient les Germains de ne jamais abandonner leurs armes et de toujours les porter sur eux, ce qui est en accord avec leur esprit belliqueux et leur goût de la guerre qu'ils considéraient comme l'occupation la plus noble (c'est d'ailleurs un fait très généralement répandu chez les peuples barbares). Ce devait être aussi la coutume chez les habitants des *castros*, comme l'attestent les dépôts d'armes dans les sépultures des chefs celtibères, que les fouilles livrent fréquemment. Leurs armes les accompagnaient, même dans la mort. Germains et Lusitaniens se ressemblent donc par leur vocation guerrière; ils sont aussi comparables pour leur manque de ténacité dans leurs entre-

(1) Strabon, III, 3, 6, et 3, 7.

(2) Varron, *De rerum rusticarum*, II, 1, 19.

prises; capables d'une impétuosité et d'un courage sans pareil dans le premier élan, ils ne savaient pas soutenir une lutte continue.

Les populations ibériques se signalaient aussi par leur fidélité à la parole donnée. La *Fides celtiberica* a été exaltée par Schulten dans sa fameuse *Geschichte von Numancia* ⁽¹⁾. Les Romains ont profité plusieurs fois de cette confiance des Ibères dans la parole donnée et de leur respect de l'honneur, pour les vaincre par la trahison, avec des promesses qu'ils ne tenaient pas ⁽²⁾. A cet égard encore, les Ibères sont tout semblables aux Germains dont Tacite admirait tant le sens de l'honneur. L'éminent archéologue Bosch Gimpera met aussi particulièrement en évidence, parmi les vertus ancestrales des Ibères, leur amour de l'indépendance et leur résistance à la domination étrangère, leur orgueil national, leur goût de l'hospitalité, leur confiance dans la bienveillance, comme leur rébellion contre les manifestations d'autorité, leur ingénuité et leur crédulité ⁽³⁾: tous ces traits caractérisent aussi les Germains, tels qu'ils furent décrits dans l'Antiquité.

Tout différent du soldat romain qui était à la solde de l'État, le soldat germain luttait pour son chef, le *dux*, conducteur du *clan* qu'il défendait, et auquel il ne lui était pas permis de survivre. Nous retrouvons chez les Ibères le même serment solennel et volontaire, dans l'institution, si typique, de la *devotio* et des *soldurii*, qui constituaient la garde particulière du chef, qu'ils avaient l'obligation de défendre jusqu'à la mort, ce qui n'existait pas chez les Gaulois ⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ A. Schulten, *Geschichte von Numantia*, München, 1933, p. 149.

⁽²⁾ Un exemple marquant est celui de Servius Galba, qui, l'année 150 av. J.-C., a fait un carnage en tuant par trahison des milliers de Lusitaniens, qui avaient mis bas leurs armes, confiants qu'il tiendrait sa parole de paix (A. Schulten, *Viriato*, Porto, 1927, p. 31).

⁽³⁾ P. Bosch Gimpera, *La formación de los pueblos de España*, México, 1945, p. 162.

⁽⁴⁾ A. García y Bellido, *La península Ibérica en los comienzos de su historia*, Madrid, 1953, p. 647.

On ne saurait négliger, au sujet des chefs militaires, de mentionner, au moins en passant, les deux plus fameux: le Germain Arminius et le Lusitanien Viriatus, qui tous deux se rendirent célèbres par leur résistance contre l'armée romaine dans la lutte pour la liberté de l'indépendance de leurs patries respectives. Au début de notre ère, dans la forêt de Teutberg, Arminius a complètement écrasé trois légions romaines, commandées par le général Varus (au total 35 000 hommes). Un siècle et demi plus tard, Viriatus, avec une petite armée de soldats irréguliers, auxquels les Romains donnaient les noms méprisants de «bandits» et de *latrones*, imposèrent une défaite totale aux 10 000 soldats de l'Empire, commandés par Vetile. Après les avoir attirés dans l'étroit défilé de la Sierra de Sonda (qui sépare la plaine du Guadalquivir de la côte sud de l'Andalousie), ils en tuèrent plus de 4 000, firent de nombreux prisonniers et mirent en déroute le reste ⁽¹⁾.

Les quelques mots que Tite-Live a consacrés au chef lusitanien sont très révélateurs de l'orgueil méprisant que les Romains professaient à l'égard de ces «Barbares»: «Viriatus in Hispanie, primum ex pastore venator, ex venator latro, mox justus quoque exercitus dux ⁽²⁾».

Pour parfaire la similitude de destinée de ces deux chefs barbares, Arminius le Germain et Viriatus le Lusitanien, tous deux furent traîtreusement assassinés, alors qu'ils étaient en pleine possession de leur vigueur physique et morale, et au faite de leur gloire.

Cependant, malgré le dévouement à la patrie et l'esprit de sacrifice que manifestèrent ces peuples, au bout de quelques années de lutte, l'envahisseur romain finit par les dominer et par annexer leurs territoires à l'Empire. L'une des principales causes de leur défaite doit sans doute être recherchée dans les constantes divergences qui séparaient les tribus indigènes et les entraînaient à se combattre mutuellement, dans ces haines permanentes, cet *odium sui*, qu'elles entretenaient les unes pour les autres. Elles

(1) A. Schulten, *Viriato*, *op. cit.*, p. 38-41

(2) Tite-Live, *Periocha* 52

contribuaient inconsciemment à aider la politique romaine, dont la méthode se résume très clairement dans l'adage: *divide ut imperes*. Les mêmes dissensions ont toujours été signalées chez les tribus germaniques dont la désunion provoquait les défaites. Dans la magistrale biographie de *Viriatus* qu'il a écrite, l'excellent ibérologue Adolf Schulten précise que «les tribus ibériques ne se sont jamais unies pour une lutte commune, comme le firent les Gaulois sous le commandement de Vercingétorix ou les Germains sous celui d'Arminius» (1).

Strabon nous donne divers renseignements sur le costume des Lusitaniens, en particulier sur celui des guerriers et sur leur armement. Nous savons ainsi qu' «ils s'habillaient de laine de couleur foncée; la pièce principale de leur vêture était un manteau dénommé *sagum*. Leurs cheveux longs tombaient sur leurs épaules, mais ils les attachaient avec un ruban pour le combat. Les femmes avaient des vêtements de couleurs criardes. Les hommes portaient aux bras des bracelets, les *viriae*, et au cou, le *torques*, collier rigide en or ou en argent, qui était le signe distinctif des chefs» (2). Dans les régions les plus froides de la Péninsule, tel le Plateau Central, les Celtibères portaient les mêmes culottes que les Gaulois et les Germains, les *bracae* (3), comme on peut le voir dans les représentations de Barbares sculptées sur les colonnes de Trajan et de Marc-Aurèle, à Rome.

Au combat, ils portaient pour se protéger un petit bouclier rond et concave fait de cuir et de bois, la *caetra*, qui mesurait environ deux pieds de diamètre (c'est-à-dire 60 cm); ils le portaient suspendu par des courroies de cuir sur la poitrine. Dans les combats corps à corps, ils utilisaient un glaive court en fer; ce poignard caractéristique avait une poignée de bronze se terminant par deux «antennes» surmontées de deux petits boutons sphériques, sinon le pommeau était fait d'un disque plat ou de

(1) A. Schulten, *Viriato*, op. cit., p. 48.

(2) Pline, *Nat. Hist.*, XXXIII, 39; T. Powell, op. cit., p. 71-72, et pl. 1, 2, 36, 42, 43, 68.

(3) A. Schulten, *Geschichte von Numantia*, op. cit., p. 144; T. Powell, op. cit., p. 68-69.

deux boules accolées. Leurs autres armes étaient la lance, à pointe de fer ou de bronze, la fronde et le *soliferrum*, javelot forgé d'un seul tenant, qu'ils lançaient sur l'ennemi. Ils portaient des casques en métal ou en cuir, ornés de trois touffes de crin plantées au sommet. Le *lineus thorax*, sorte de plastron en toile de lin ou en cuir, leur couvrait la poitrine. Des jambières de cuir ou de drap, les *knémides*, leur protégeaient les jambes ⁽¹⁾.

La description de Strabon s'est trouvée confirmée par des découvertes archéologiques, faites dans la région des *castros*, en Galice et dans le Nord du Portugal. On a trouvé des statues protohistoriques représentant des guerriers galiciens ou lusitaniens, qui témoignent, probablement de l'existence d'un culte voué soit à des chefs notables, soit à un éventuel dieu de la guerre ⁽²⁾.

*
* *
*

Nous pensons avoir amplement démontré qu'il existe de nombreuses affinités, tant spirituelles que matérielles, entre les Germains de la protohistoire et les Lusitaniens qui habitaient nos *castros* aux environs du début de notre ère.

Or, ces deux peuples vivaient sur des territoires si éloignés l'un de l'autre qu'il paraît difficile d'envisager l'existence de contacts directs entre eux, ni même de simples relations commerciales. Cependant, la comparaison des textes de Strabon et de Tacite fait clairement apparaître la similitude de leurs mœurs, de leurs coutumes et de leurs cultures. On doit donc se demander si ces analogies ne pourraient être attribuées à une lointaine communauté d'origine ethnique. On sait que dans la première moitié du dernier millénaire avant notre ère, les peuples celtiques, l'une des branches dérivées du vieux fond primitif indo-européen, et qui occupaient alors les régions d'Europe centrale situés au Nord des Alpes, les

(1) Strabon, III, 3, 6; F. Cuevillas, *La civilización céltica en Galicia*, Santiago de Compostela, 1953; p. 227 sq.

(2) L. de Vasconcelos, *op. cit.*, p. 43 sq.; T. Powell, *op. cit.*, p. 146 et fig. 30.

quittèrent pour se répandre au loin en diverses directions. On les retrouve par la suite depuis les côtes de la Baltique jusqu'à celles de la Méditerranée, en Bretagne française comme en Proche-Orient, en Espagne et dans les Iles britanniques, c'est-à-dire jusques aux confins du vieux monde occidental. Il semble certain que les éléments germaines ont accompagnés les tribus celtes dans leur invasion de la Péninsule ibérique, avant le VI^e siècle av. J.-C., car Pline fait mention des Germains en Espagne ⁽¹⁾, et qualifie de *Germani* la tribu des *Oretani* qui s'étaient fixés au sud de l'actuelle Ciudad Real, sur les versants nord de la Sierra Morena; et Ptolémée dénomme leur oppidum *Oretum Germanorum* ⁽²⁾.

Au sujet de cette éventuelle arrivée dans la Péninsule de quelques tribus de *Germani* accompagnant les Celtes, le Dr Martin Almagro, professeur de Préhistoire à l'Université de Madrid, écrit: «Des éléments germaniques, provenant du foyer culturel qui s'était développé, pendant l'Age du Bronze, autour de la mer Baltique, participèrent aussi à l'invasion celtique. Ils s'étaient mêlés à cette masse d'envahisseurs que nous ne qualifions de Celtes que par pure «tradition». D'ailleurs, nous savons que les Celtes eux-mêmes, outre leurs divers éléments constitutifs, étaient issus du rameau nordique des descendants des peuples de la civilisation à poterie cordée qui se répandirent jusqu'au Rhin dans l'aire méridionale de l'Allemagne, constituant, en quelque sorte, l'amalgame de ces peuples «celtiques» ⁽³⁾.

Toutefois, nous ne prétendons pas soutenir ici la thèse selon laquelle des relations directes auraient existé, durant la préhistoire, entre les Germains et les Lusitaniens de nos *castros*. Nous nous contenterons simplement de mettre en évidence certaines analogies de leurs modes de vie et de leurs coutumes qui sont indiscutables, mais qui, répétons-le, peuvent être tout à fait fortuites et ne sont peut-être dues qu'à un phénomène de coïncidence, consécutif à

(1) Pline, III, 25.

(2) Ptolémée, *Geographia*, éd. Didot., Paris, 1883, p. 181.

(3) Martin Almagro, *Origen y formación del pueblo hispano*, Barcelona, 1958, p. 127. P. Bosch Gimpera, «Infiltrações germânicas entre os Celtas peninsulares», *Revista de Guimarães*, 1950, vol. 60, p. 339 sq.

l'expansion généralisée de la civilisation centreuropéenne à cette époque.

Pour que l'ensemble de ces rapprochements devienne significatif, il faudrait établir s'il existe ou non des ressemblances entre les structures architectoniques des *castros* du Nord de la Péninsule ibérique et les *oppida* de l'Allemagne méridionale, et plus spécialement ceux qui se trouvent à proximité du *Limes Imperii*, soit dans les dispositifs de défense militaire, soit dans le plan et l'aspect des lieux d'habitation.

Nous allons donc décrire sommairement les grandes caractéristiques de l'architecture militaire et civile des *castros* luso-galicien.

Les ruines de beaucoup de ces villes révèlent un niveau d'occupation romaine; mais pour d'autres, celle-ci n'a laissé aucun témoignage qui puisse confirmer l'existence d'une telle phase culturelle. Cependant, quels que soient ses aspects particuliers locaux, la culture des *castros* se caractérise nettement par une uniformité spécifique, par la constante répétition des découvertes de matériel homogène, par l'identité typologique des trouvailles, par la prédominance des influences pré-romaines hallstattiennes (ou plutôt «celtiques»), mélangées à des survivances du Bronze Final local.

Ces vestiges montrent toujours un certain aspect archaïsant. Ce caractère semblerait indiquer que les Lusitaniens constituèrent, à la fin de la protohistoire, dans le Nord du pays, un foyer culturel puissant dont ils réussirent à conserver l'originalité, malgré la domination romaine, et à maintenir, au-delà de celle-ci, les anciennes traditions et le culte des dieux auxquels ils étaient attachés. Ce fait peut s'expliquer par la position géographique de cette aire culturelle, isolée dans une région montagneuse, d'accès difficile, et par l'esprit d'indépendance et le naturel guerrier de ce peuple.

De façon générale, on désigne ces *oppida* lusitaniens du nom de *castros* qui vient du latin *castrum*: position fortifiée. Cependant quelques-uns sont appelés *citânias*. L'étymologie de ce nom n'est pas encore bien établie. Il ne semble pas que se soit un mot d'origine populaire, mais une forme érudite, peut-être dérivée de l'accusatif *civitatem*, avec l'adjonction de la finale *ania*, comme c'est le cas d'autres toponymes, tels que Lusit-*ania* ou Germ-*ania*. D'autre part, les noms indigènes de ces *oppida*, lorsqu'ils sont cités par les

historiens romains, présentent, pour la plupart, les terminaisons *dunum* ou *briga* (Caladunum, Conimbriga, Mirobriga, Cetobriga, Arcobriga, etc.) qui sont considérées comme celtiques par tous les philologues, et signifient «forteresse», ou «hauteur fortifiée». Parfois, ces toponymes sont formés d'un mot latin suivi de cette terminaison dite «celtique», comme, par exemple *Juliobriga*, *Flaviobriga*, *Augustobriga*, etc. En bref, des dénominations diverses dérivant soit de *castrum*, soit de *castellum*, soit de *citânia*, nous permettent de déceler l'origine protohistorique de bon nombre de ces ruines que la tradition populaire attribue généralement aux Maures, du fait que les Arabes furent les derniers envahisseurs de la Péninsule avant les temps modernes. Les paysans leur donnent des noms divers qui peuvent tantôt être suggérés par l'aspect des enceintes, comme *castrelos*, *castros*, *cristelos*, *muros*, *cercas* ou *coroas*, etc., et tantôt se référer à des vestiges de maisons d'habitation suffisamment importants comme: *cividades*, *ciudades*, *casarelhos*, etc.

Ces ruines occupent généralement le sommet de collines peu élevées, dont l'altitude varie entre 300 et 500 m, mais qui présentent des versants escarpés; ce sont toujours des positions choisies pour leur difficulté d'accès qui contribuait aux moyens de défense de ces installations.

Les murs d'enceinte obéissent rarement à un tracé régulier; ils contournent la cime du mont, s'accrochant parfois aux à-pic de la roche naturelle qui étaient également utilisés comme moyens de défense. Le nombre des enceintes, plus ou moins concentriques, était, en général, de deux ou trois; cependant, quelques *castros* sont juste entourés d'une seule muraille. Le mur défensif situé le plus haut entourait l'acropole où étaient groupées les maisons d'habitation. Les intervalles entre les autres enceintes (quand il y en avait plusieurs) constituaient de vastes zones, vides de constructions, où était parqué le bétail, et où les populations qui vivaient éventuellement disséminées dans les vallées pouvaient venir se réfugier en cas de péril. Il est bien certain qu'autrement, le nombre de ceux qui vivaient en permanence à l'intérieur du *castro* n'aurait pas pu permettre de couvrir de défenseurs toute la longueur de ces lignes de fortifications.

Ces enceintes sont souvent très solidement construites et présentaient une résistance remarquable. Leur défense était renforcée là où le terrain naturel, moins abrupt, devenait plus accessible pour les assaillants. C'est précisément à l'endroit de ces points faibles que l'on trouve des vestiges d'anciens fossés, creusés entre les enceintes, dans certains *castros*. Il arrive aussi que l'on découvre, au-delà des murailles, à l'extérieur, des rangées de pierres solidement enfoncées dans le sol; elles étaient destinées à rendre le passage plus difficile et jouaient ainsi le rôle de ce que nous appelons des «défenses accessoires» dans les fortifications modernes.

On a constaté, dans quelques *castros*, que les portes des enceintes étaient défendues par des tours de flanquement, système qui appartient d'ailleurs à une tradition extrêmement ancienne (1). Ailleurs, on a trouvé un mur de pierre, sorte de courtine, placé parallèlement à la façade de la muraille, qui déterminait étroit chemin par lequel les assaillants étaient contraints de passer en file indienne pour parvenir à l'entrée de la forteresse. Il ne leur était plus possible ainsi de porter une attaque massive contre les portes, car dans un passage aussi resserré, les assaillants se trouvaient particulièrement exposés aux projectiles lancés du haut des murailles (2). Les maisons d'habitation étaient groupées sur le plateau, derrière le dernier mur d'enceinte.

Mais il dut arriver que la population ait augmenté de telle façon qu'elle ne pouvait plus s'entasser tout entière à l'intérieur du *crasto*, si bien que les habitations débordaient de cette acropole. Les vestiges de ces cabanes, construites sur des plates-formes, au flanc des versants, du haut en bas de la colline, et parfois même en dehors des murailles, donnent à l'ensemble l'aspect d'un gigantesque escalier monumental. Les maisons étaient réunies par petits groupes, quelquefois balisés par des bornes de pierre, et l'on peut en déduire que les habitants devaient se grouper par familles occupant chacune son propre petit «quartier».

(1) Beatrice Blanco, «Sobre o uso de torreões nas muralhas de recintos fortificados do 3º milénio a.C.», *Revista de Guimarães*, 1957, vol. 67, p. 169 sq.

(2) Mário Cardozo, *Citânia e Sabroso*, 5º éd., Guimarães, 1965, p. 61 et fig. 18.

Dans les *castros* que semblent être les plus anciens — ceux, entre autres, où les traces de l'occupation romaine sont nulles ou presque inexistantes —, les maisons sont disposées au hasard, probablement au gré et à la convenance de chacun, sans aucun souci d'urbanisation. On ne décèle aucun plan préétabli dans le réseau des rues, des chemins et des places. En revanche, dans les *castros* où la présence des Romains a laissé une forte empreinte, comme par exemple dans les *citânias* de Briteiros, de Sanfins ou de Santa Tecla en Galice, les vestiges d'un plan d'urbanisme sont évidents. Des ruelles, de petites places soigneusement pavées, des conduites d'eau, des fontaines, en témoignent. De tels aménagements sont les indices caractéristiques d'un certain stade d'organisation sociale, correspondant à une administration centralisée dans la main d'un chef ou dans un conseil représentant la communauté.

Les structures de ces maisons sont d'une simplicité tout à fait primitive. Les huttes circulaires prédominent, mais on en trouve aussi qui sont sur plan rectangulaire; et dans certaines de celles-ci, les angles, à l'intérieur des pièces, ont été arrondis ⁽¹⁾. D'aucuns ont voulu voir, dans cette diversité des formes, les indices d'une évolution chronologique: le plan circulaire et le plan rectangulaire ne seraient pas de la même époque, ce qui est loin d'être certain. On a trouvé les deux types dans tous les *castros*, et ils sont probablement synchroniques, bien que la maison ronde soit vraisemblablement le type le plus primitif, comme l'indique la forme des plus anciens fonds de cabane connus, construits aussitôt après l'abandon de l'habitat en grottes par les premières communautés néolithiques. Aujourd'hui encore, les populations primitives donnent une forme circulaire à leurs paillotes ⁽²⁾.

Les dimensions des maisons rondes ne sont généralement pas supérieures à 5 m pour le diamètre et à 2 m pour la hauteur. Les murs étaient épais de 40 à 50 cm environ; le linteau des portes

(1) A. García y Bellido, «Siedlungen in der galizisch-portugiesischen Castro-Kultur», *Bericht über den V. Internationalen Kongress für Vor- und Frühgeschichte Hamburg*, Berlin, 1961, p. 312-313.

(2) Mário Cardozo, «Alguns problemas...», *op. cit.*, p. 404.

atteignait 1,60 m ou 1,80 m; la largeur des portes d'entrée était de 1 m environ. Souvent les ruines de ces murs écroulés ne subsistent que sur une hauteur de 1 m environ. La plupart du temps, dans ce cas, on n'a pas retrouvé de vestige de la porte d'entrée, ce qui donne à supposer que les portes devaient être ouvertes très au-dessus du niveau du sol. Vraisemblablement on devait y accéder au moyen d'une échelle ou d'un quelconque escalier mobile.

Les parois de ces «cabanes» présentaient deux sortes d'appareils bien distincts: le côté extérieur était constitué par de grands blocs épais et l'intérieur était fait de petites pierres. Ce type de disposition, sans pierres d'assemblage des deux revêtements, exclut immédiatement l'hypothèse d'une couverture en forme de voûte. La structure de tels murs était trop faible pour supporter la poussée latérale d'une voûte, et ils se seraient immédiatement écroulés sous son poids. On a cependant constaté que certains de ces murs avaient été intentionnellement inclinés vers l'intérieur, mais on ne peut expliquer dans quel but, car il est de toute évidence que ces maisons ne pouvaient pas supporter une coupole de pierres. Il est plus vraisemblable de penser que leur couverture était de chaume pour les maisons rondes, et peut-être tantôt de paille, tantôt de tuiles romaines (*imbrices et tegulae*) pour celles de plan rectangulaire.

Dans les maisons circulaires, on a souvent trouvé, enfoncé dans la terre battue au milieu du sol, un petit bloc de pierre présentant une cavité destinée à recevoir un poteau de bois servant de support central à la charpente d'un toit conique. Dans quelques-unes de ces maisons, on a aussi trouvé une pierre de foyer accolée au mur.

En ce qui concerne les fenêtres, il ne nous est plus possible de savoir si ces humbles cabanes en étaient ou non pourvues, puisque, comme nous l'avons indiqué précédemment, les vestiges des murs ne dépassent guère 1 m de hauteur la plupart du temps. Mais il est très vraisemblable de supposer qu'elles n'en avaient pas; à l'heure actuelle, les «pailloles» des peuplades sauvages (des peuples dits «primitifs actuels») en sont dépourvues.

Quant au matériel archéologique recueilli au cours des fouilles des castros, il présente une uniformité typologique remarquable

dans toute la zone nord-ouest de la Péninsule; ce qui est l'indice d'une identité culturelle qui correspond peut-être à une homogénéité ethnique et à une origine commune.

Nous pouvons répertorier sommairement, comme des produits typiques de l'industrie du peuple des *castros*, les pièces suivantes:

a) *Le matériel lithique:*

— Des meules à bras de tradition néolithique, et des meules circulaires à main.

— Des auges (abreuvoirs du bétail).

— Des pierres plates, perforées à l'une des extrémités et encastées dans les murs (qui furent interprétées comme étant destinées à attacher le bétail).

— Des fragments de pierre, également de forme allongée, mais coudés, et rappelant la forme des hastes des bovidés (et dont on ignore la signification).

— Des galets présentant deux encoches (considérés comme des poids pour les filets de pêche).

— Des haches en pierre polie, qui étaient peut-être des objets anciens conservés à titre d'amulettes (peut-être les croyait-on d'origine météorique dès cette époque, telles les *ceraunies* des Romains, du grec: *εραυνός*. Actuellement encore, le langage populaire les dénomme: «pierres à foudre» ou «pierres à tonnerre»).

— Des galets ronds (qui servaient peut-être de projectiles); etc.

b) *Les objets de métal:*

— Des fibules et des boucles de ceinturon, rondes ou carrées, en bronze.

— Des épingles de tête pour les femmes.

— Des perles de collier.

— Des bracelets en bronze, en argent ou en or.

— Des *torques*, généralement en or (colliers rigides, penannulaires, faits d'une seule pièce).

— Des bijoux variés: pendants d'oreilles, en or ou en argent, bagues, etc.

— Des appliques de bronze, destinées à l'ornementation des ceinturons de cuir.

— Des pinces à épiler (ou chirurgicales).

— Des armes en fer: javelots, poignards, etc., ainsi que des outils agricoles, etc.

c) *La céramique:*

— De nombreuses poteries, de formes et de technique diverses, décorées ou non, faites au tour de potier.

Certaines, apparemment plus anciennes, sont tournées à la main et montrent un aspect plus grossier, à gros dégraissants siliceux et micacés: ce sont toutefois celles dont les décors, gravés ou imprimés à cru, sont les plus riches (cette poterie des *castros* réclame une étude minutieuse des formes, des profils et des décors, qui reste à faire).

— Des pesons d'argile.

— Des fusaïoles (*verticilli*), ou petits disques d'argile que l'on plaçait à l'extrémité des fuseaux pour les aider à tourner.

— Des *tegulae*, des briques, etc.

Il ressort de ce rapide inventaire des produits de l'industrie locale des *castros*, que leurs habitantes, parallèlement à leur activités de pasteurs et d'agriculteurs, pratiquaient divers métiers: il filaient et tissaient la laine et le lin, fabriquaient des poteries, travaillaient les peaux, le bois, tressaient des vanneries. Ils pratiquaient aussi la fonte du bronze, forgeaient le fer et travaillaient encore d'autres métaux, notamment l'or et l'argent; ils taillaient et gravaient la pierre, etc. (1).

Enfin nous signalerons des objets dont l'importation ne fait pas de doute, et parmi lesquels figurent:

— Des articles en verrerie (perles de collier, bracelets, vases, etc.).

(1) F. Cuevillas, *La civilización céltica...*, op. cit., p. 193-226.

— Des pièces de céramique fine, dite *terra sigillata*, qui proviennent, pour une partie, d'ateliers établis en Espagne, à Sagonte, à Solsona, à Abella, entre autres.

— Des monnaies de bronze, d'or et d'argent, dont quelques-unes étaient frappées en Espagne, etc.

Les meilleurs témoignages d'ordre artistique sont ceux de la bijouterie d'or que fabriquaient ces gens. Le métal est travaillé au

repoussé ou bien *gravé* et *estampé* avec un poinçon très fin. On trouve aussi des décors exécutés en filigrane délicat ou au granulé, ce qui donnerait à supposer une influence étrusque ⁽¹⁾. On connaît des décors sculptés de style géométrique, en pierres, qui montrent des influences venues de l'Europe centrale ou des confins orientaux du Bassin méditerranéen.

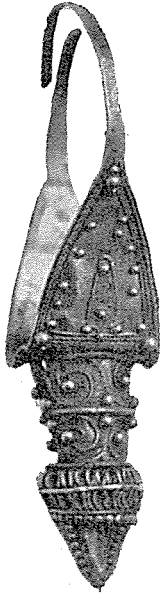


Fig. 10 — Pendant d'oreilles en or bijou trouvé à Citânia de Briteiros. Grandeur réelle.

(Musée Archéologique de Guimarães).

semblable en cela à l'art celtique, l'art des *castros* est essentiellement décoratif et abstrait. Les décors géométriques prédominent: on connaît aussi des motifs inspirés de modèles végétaux. L'absence de figurations humaine ou animale est à peu près totale, et les rares spécimens qui existent présentent tous un aspect rude, fruste et grossier. Les exemples les plus caractéristiques, découverts dans le Nord-Ouest de la Péninsule, sont ces statues monumentales de guerriers gali-ciens ou lusitaniens et les figurations de porcs ou de sangliers dont nous avons parlé précédemment.

Il faut probablement voir dans ces sculptures de guerriers et de sangliers, qui ont certainement un caractère rituel ou votif, des

(1) Mário Cardozo, *Das origens e técnica do trabalho do ouro*, Guimarães, 1957.

indices relatifs aux cultes et aux croyances religieuses des habitants des *castros*. Il en est vraisemblablement de même de certains figurations symboliques, telle que la *svastika*, ou la croix gammée, ou des autels en pierre (*arae*) portant des inscriptions latines. Les anthroponymes des dédicaces — tels *Viriatus*, *Medamus*, *Câmalus*, *Caturo*, *Reburrus*, *Talabarus* — et d'autres, sont considérés comme étant d'origine celtique d'après les recherches des philologues (1).

Ces monuments étaient consacrés, tantôt à des divinités indigènes portant des noms barbares, et tantôt à des dieux du panthéon romain adoptés par les autochtones qui avaient en partie assimilé la culture de Rome (2). Enfin, nous trouvons d'autres traces de la religion indigène sur les stèles funéraires inscrites, dans les cas où ces inscriptions en caractères latins ne sont que la transcription phonétique de la langue locale pré-romaine intraduisible qui nous demeure inconnue. D'autres sont gravées en caractères «ibériques». On rencontre fréquemment cette écriture sur les pierres tombales des provinces du Sud de notre pays, dans les régions de l'Algarve et de Baixo-Alentejo, qui ont fortement subi l'influence de la culture tartessienne d'Andalousie. Il s'agit, dans les deux cas, de langues et d'écritures qui n'ont pas été encore déchiffrées et que nous ne pouvons comprendre, bien quelles aient été encore en usage pendant l'occupation romaine (3).

L'énorme stèle de pierre, connue et désignée dès la Renaissance du nom de *Pedra Formosa*, découvert à Citânia de Briteiros, et conservée au Musée Archéologique de Guimarães, est l'un des vestiges les plus représentatifs des pratiques religieuses des habitants des *castros*. Elle constituait la façade ou le fronton d'un mausolée «en forme de maison» (*Hausurne*). Ces monuments funéraires étaient soit des tombes collectives destinées à recevoir les urnes cinéraires d'une même famille, soit des tombes individuelles résér-

(1) L. de Vasconcelos, *Religiões da Lusitania*, Lisboa, 1897-1913, 3 vol.; J. M. Blázquez Martínez, *Religiones primitivas de Hispania*, Madrid, 1962, vol. I.

(2) António Tovar et J. M. de Navascués, «Algunas consideraciones sobre los nombres de divinidades del Oeste peninsular», *Miscelânea de Estudos a Francisco Adolfo Coelho*, Lisboa, 1950, vol. II.

(3) Manuel Gomez-Moreno, *La escritura bastulo-turdetana*, Madrid, 1962.

vées aux chefs notables. On a trouvé plus tard une seconde stèle analogue dans un autre monument de ce même *oppidum* de Briteiros.

*
* *
*

Nous avons brièvement résumé ici l'ensemble des connaissances actuelles relatives aux aspects caractéristiques de ces populations lusitaniennes dont les origines très lointaines ne nous sont pas exactement connues, et dont la civilisation dut atteindre son apogée dès le III^e siècle av. J.-C. pour durer jusqu'à la conquête romaine et ne s'éteindre qu'après la pacification définitive du territoire sous Auguste, à la fin du I^{er} siècle.

Cette occupation totale de la Péninsule et la politique sévère d'oppression et de domination pratiquée par les envahisseurs entraînent l'abandon des *castros*, ces nids d'aigle des montagnes sauvages du Nord. Leur désertion s'est accélérée, sous la contrainte où se trouvèrent leurs habitants de descendre habiter les plaines pour en cultiver les champs, ou pour travailler dans les mines dont l'or enrichissait le Trésor public de Rome, ou pour construire, sous la direction des conquérants, les ponts robustes et les longues voies militaires et commerciales par lesquelles les richesses du pays — les minerais en particulier — devaient s'écouler. Pline signale que ce territoire fournissait annuellement à l'Empire 20 000 livres d'or, soit environ 6 tonnes ⁽¹⁾.

La poursuite des fouilles archéologiques permettra-t-elle de démontrer les similitudes des structures architectoniques et des dispositifs militaires entre les *castros* lusitaniens et les *oppida* germaniques et gaulois des mêmes époques?

Comme nous l'avons déjà dit, il nous semble que ce serait une recherche intéressante, puisque Tacite nous fournit quantité de renseignements attestant des analogies curieuses et indiscutables entre les mœurs et les traditions culturelles des Germains et ce que nous savons de celles des Lusitaniens d'après les descriptions des auteurs anciens.

(D'après le volume «Mélange d'études d'Archéocivilisation de Préhistoire et d'Ethnologie offerts à André Varagnac», Paris, 1971).

⁽¹⁾ Pline, XXXIII, 78.



Fig 1 — Statues mutilées de guerriers lusitaniens, trouvées dans la région portugaise des *Castros*. Hauteur 1,70 m. (*Musée Archéologique de Guimarães*).



Fig. 2 — Vue d'avion des ruines de Citânia de Briteiros (11^e siècle av. J.-C. au 11^e siècle de notre ère). Au loin, au milieu, une hauteur où est situé le *Castro de Sabroso*. Au premier plan, la route pour Guimarães et pour Braga.

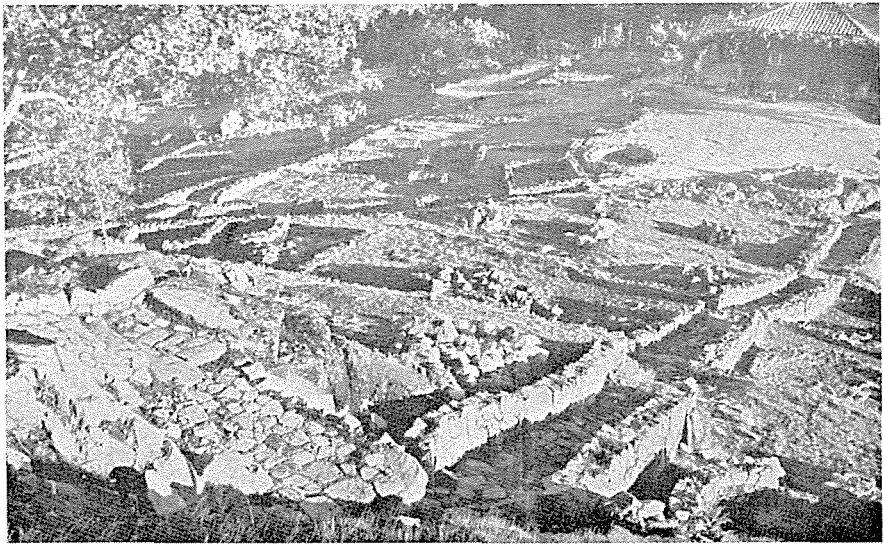


Fig. 3 — Vue partielle de Citânia de Briteiros. A droite, en haut, la maison du gardien des ruines.



Fig. 4 — Vue partielle de Citânia de Briteiros, prise de la maison du gardien des ruines.
Au loin, un autre Castro (Santa Iria).

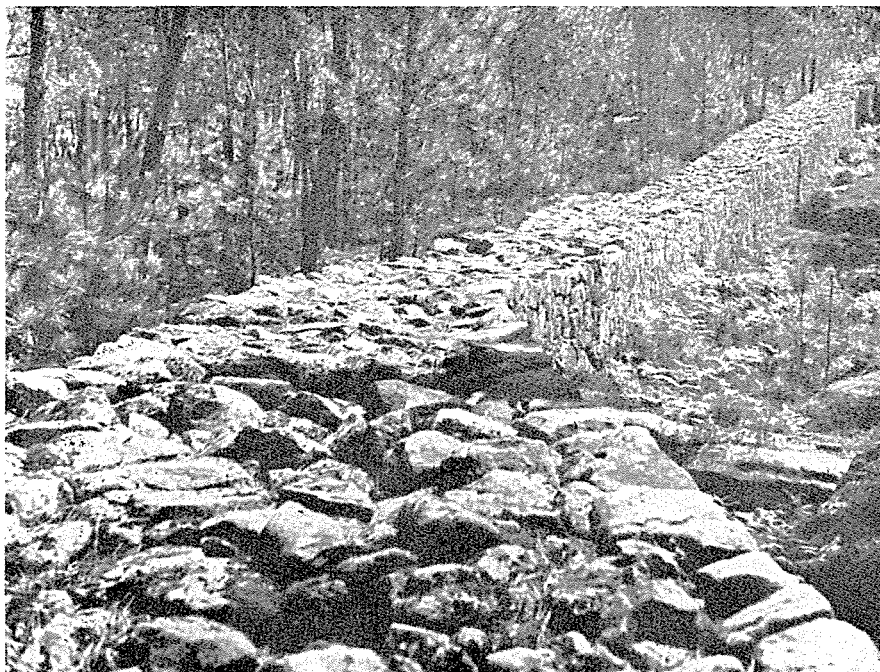


Fig. 5 — Un des trois murs d'enceinte de Citânia de Briteiros.



Fig. 6 — Une maison circulaire, au premier plan.



Fig. 7 — Édifice rond, le plus grand de Citânia (11 m de diamètre).

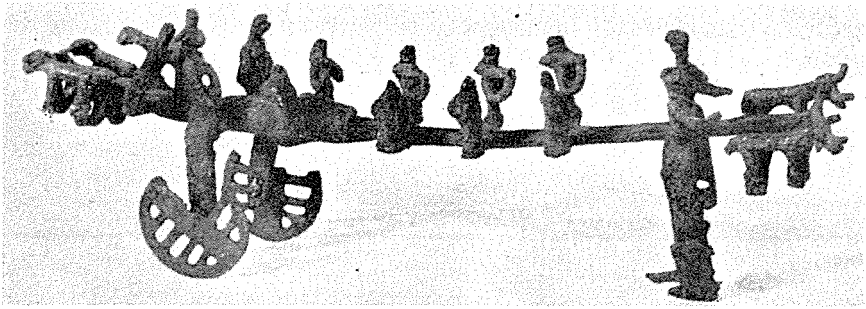


Fig. 8 — Un curieux chariot votif, en bronze, trouvé à Lixa (Felgueiras), dans la région portugaise des *Castros*. Deux paires de boeufs traînent en directions opposées le chariot, dont le lit représente un serpent. D'un côté marchent des guerriers maintenant leurs épées sur l'épaule et portant des boucliers ronds à la main gauche. A l'extrémité gauche du chariot, deux personnages arrêtent une chèvre ou un mouton qui va être sacrifié. A l'extrémité droite deux autres personnages semblent guider les boeufs. A côté des guerriers marchent, dans la même direction, des hommes désarmés, peut-être des prisonniers. (*Musée Archéologique de Guimarães*).

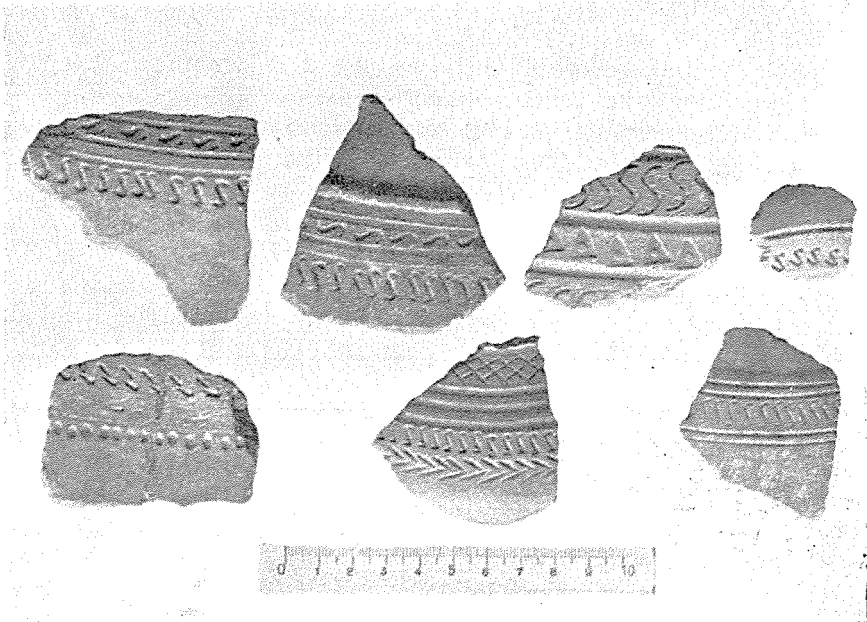


Fig. 9 — Céramiques ornementées de Citânia de Briteiros. (*Musée Archéologique de Guimarães*).



Fig. 11 — Stèle en granit ($1,34 \times 2,15 \times 0,20$ m), façade d'un grand monument funéraire «en forme de maison», existant à Citânia de Briteiros.



Fig. 12 — Une autre grand stèle ($2,90 \times 2,28 \times 0,24$ m) provenant d'un monument «en forme de maison», de Citânia de Briteiros, (*Musée Archéologique de Guimarães*).

Reminiscências Castrejas na Arte Visigótica

POR

D. Fernando de Almeida

Director da Fac. de Letras da Universidade de Lisboa
e Director do Museu Nac. de Arqueologia e Etnologia

Antes de povos celtas se terem instalado na Península à volta do séc. IV a.C., já durante alguns séculos ela vinha sendo visitada por comerciantes e exploradores do Oriente mediterrânico e depois por Fenícios, Gregos e Cartagineses; possivelmente também por Etruscos.

O Noroeste era rico em ouro e, com ele, também havia prata. Não conhecemos quais as jazidas por ali exploradas antes da chegada dos Romanos. Conforme já tivemos ocasião de escrever, não há quaisquer dúvidas que a mineração estava já então muito adiantada por aquelas regiões, pois abundam objectos de ourivesaria proto-histórica. Faltam-nos os documentos comprovativos da extracção feita na área; isto é, não foram até agora encontradas as ruínas onde os Romanos não tivessem feito explorações.

Possuídos de uma técnica mais adiantada, e utilizando mão-de-obra barata, pois, pelo menos em parte, os operários eram escravos e, às vezes, legionários ajudavam; o produto das minas tinha colocação certa em Roma. Não houve veio nem aluvião auríferos que escapassem à sua sagacidade; esgotaram tudo quanto foi possível explorar! E, assim, os trabalhos dos antigos mineiros desapareceram totalmente.

Como que para demonstrar influências gregas e fenícias no Noroeste (tratamos somente da parte portuguesa) estão no Museu

Soares dos Reis, do Porto, a bráctea grega encontrada em Babe, perto de Bragança; e no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, de Lisboa, o chamado tesouro fenício do Baião. Com estas influências gregas e fenícias, aproveitadas em maior ou menor grau às de há séculos praticadas pelo povo, juntaram-se as célticas.

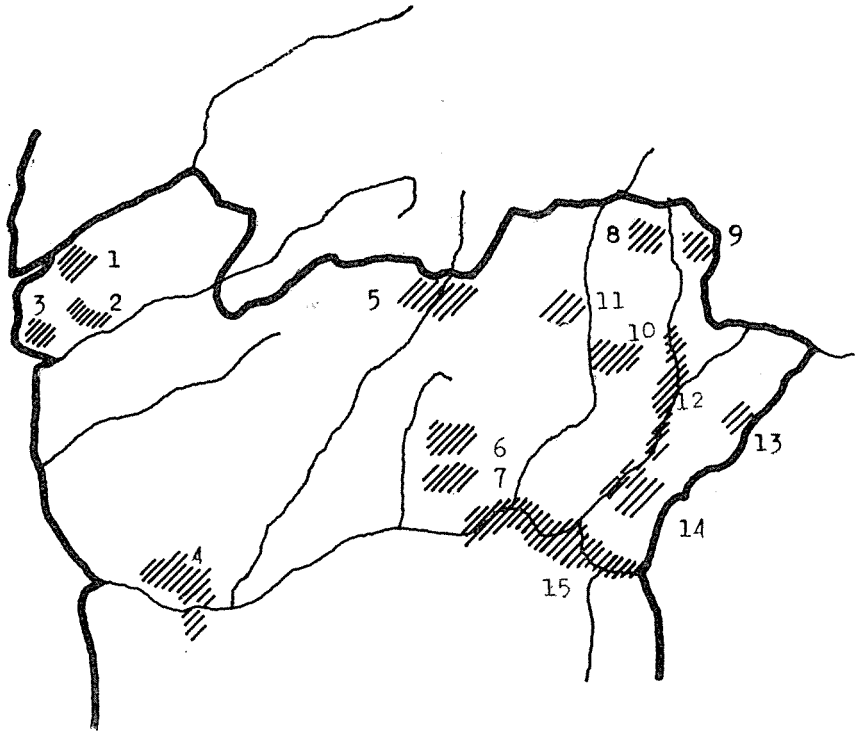


Fig. 1 — Principais áreas de explorações mineiras romanas de ouro (O), de estanho (E) e algumas das de ferro (F), situadas ao N. do rio Douro, em território português. 1—Folgadoura (E), 2—Serra de Arga (O), 3—Val Mou (E), 4—Valongo (O), 5—Chaves (O), 6—Trêsminas (O), 7—Jales (O), 8—França (F), 9—Guadramil (F), 10—Macedinho (O), 11—Mirandela (O), 12—Rio Sabor, aluviões (O), 13—Urrós (O), 14—Moncorvo (F), 15—Rio Douro, aluviões (O).

E desta amálgama saiu a arte da ourivesaria castreja, de que reputamos como peças mais representativas o bracelete de Lebução, o torques de Vila Flor e as arrecadas da Póvoa de Varzim e Guimarães.

Na decoração predomina o geometrismo conseguido pelos diferentes desenhos utilizados. Ainda durante os primeiros tempos do Império, os ourives continuaram a trabalhar. Depois deu-se um fenómeno insólito. Num país onde abundavam minas de ouro com excelente produção (Jales, Trêsmnas, Chaves, Valongo, Viana do Castelo e outras) a sua exploração caiu verticalmente com a crise do final do século III; mas já antes desta queda da extracção, a ourivesaria quase desaparecera, embora a produção das minas tivesse aumentado extraordinariamente (por exemplo, à volta de cinco toneladas de ouro, por ano, em Trêsmnas).

A explicação é simples: ia tudo para Roma e, por outro lado, os costumes e modas do Lácio iam-se estendendo pela população.

As minas de Chaves, de que as principais eram as próximas de Carvalhelhos, deviam ter tido grande importância a avaliar pelo chamado «Poço das Freitas», enorme corta onde, no lago ainda subsistente, dizia um autor espanhol, do século XVII, podia nele navegar uma nau da Índia!

Submergida a arte castreja pela arte romana, quando no final do Império surgiram as migrações germânicas, a arte indígena aliviada do peso latino regressou à vida, não sem deixar de se recordar de motivos decorativos e modos de construção que os romanos usaram. E assim, dessa interpretação das artes romana e bizantina e da castreja, com alguns elementos germânicos, surgiu a chamada arte visigótica, onde a decoração geométrica teve lugar de relevo.

A comunicação do Prof. Doutor D. Fernando de Almeida foi *A mineração e a ourivesaria castreja*. Enviou depois o original que se publica.

Intervenções sobre *A mineração e a ourivesaria castreja*.

Prof. Santos Júnior

Realça o duplo interesse, arqueológico e sócio-económico desta comunicação tão belamente documentada com a projecção dos diapositivos bem demonstrativos da riqueza e da beleza das jóias de ouro castrejas.

Refere-se à esplêndida colecção de peças de ouro existentes no grande Museu Etnológico de Belém do qual o Prof. D. Fernando de Almeida é o seu ilustre Director, e lembra mais uma vez, a necessidade da publicação das mesmas num *Corpus*, publicação de que se fala há muitos anos mas que ainda não pôde ser concretizada.

Padre António da Eira

Refere-se ao tesouro de Lebução, o qual, fora encontrado, não na vinha junto de Lebução, mas no Castelo do Mau Vizinho, freguesia de Cimo de Vila, concelho de Chaves. O Castelo do Mau Vizinho é um monumento arqueológico de interesse e digno de estudo. Já de si o local se torna curioso. É um pico escarpado, a elevar-se da beira do rio com cerca de cem metros de altura. No cimo a rocha foi desbastada a pico, para se transformar numa plataforma de alguns vinte e cinco metros quadrados. É quase inacessível. Na plataforma há uns pequenos buracos com um sulco de ligação.

Dali nasce uma série de degraus em semicírculo, na direcção do levante. Têm um sulco de uns vinte centímetros de profundidade na parte posterior. Ao fundo dos degraus há uma pia grande ou reservatório, com um sulco de saída para o precipício do lado sul. Pode pensar-se que fosse um grandioso altar pagão. Porém, como nas proximidades existem duas minas, uma de cada lado do rio Mouce, e também porque há uma grande quantidade de cascalho pelo monte abaixo, pode também pensar-se que tal monumento seja uma lavaria de minérios. Deixa-se de lado as lendas e mais a opinião de que o *Castelo do Mau Vizinho* tenha sido morada de qualquer senhor medieval, coisas referidas pelo ilustre Abade de Baçal.

Dr. Joaquin Lorenzo Fernandez

Acredita na influência da decoração das jóias castrejas na decoração visigótica.

Dr. Fermin Bouza Brey

Lembra o artigo que sobre do bracelete de Lebução publicou na «Revista de Guimarães» o Prof. Blanco Freijeiro e entende que as semelhanças decorativas que podem dar-se entre a cultura dos castros e a cultura visigoda obedecem a coincidências de linhas bases existentes em todas as culturas como são os círculos, as estrelas ou flores hexapétalas, as linhas angulares, pois o que forma as verdadeiras características das decorações artísticas, em cada época ou em cada cultura, são as combinações dos motivos e não estes separadamente.



Fig. 2 — Corta romana para exploração de filões de ouro, chamada «Poço das Freitas». Situada perto de Carvalhelhos, entre Nogueira, Sapelos e Bobadela, mede cerca de 100 m por 80 m. Podia ser aproveitada para fins turísticos.

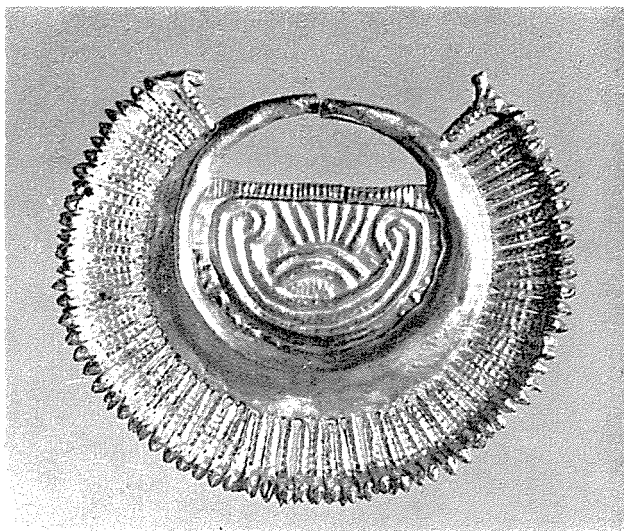


Fig. 3 — Arrecada fenícia, de ouro. Faz parte do chamado «Tesouro do Baião», a publicar pelo A., no «Catálogo da Joalheria Arcaica, do Museu Nac. de Arqueologia e Etnologia, de Lisboa.



Fig. 4 — Lâmina (bráctea) grega encontrada perto de Bragança, em 1840. Foi executada sobre um decadracma grego, de Siracusa. Notar a assinatura do artista grego EVAINE(TOS).

Notícia: R. de Serpa Pinto, «Bráctea de Siracusa», *O Tripeiro*, Porto, 1930, n.º 1, 4.ª série. (Museu Nac. Soares dos Reis, Porto).

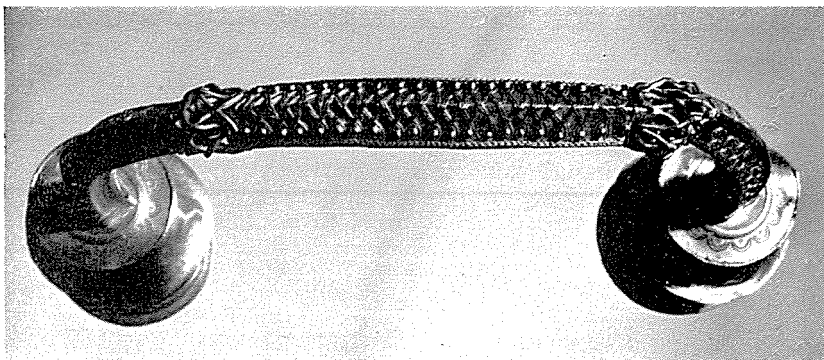


Fig. 5 — Pormenor do torques, de ouro, encontrado perto de Vila Flor (Trás-os-Montes). É uma das peças mais notáveis da ourivesaria castreja.

Notícias: J. R. Santos Júnior e O. Silva Freire, «O torques de ouro de Vilas Boas (Vila Flor)», *Rev. de Guimarães*, 1965, p. 137 — J. Saavedra Machado, «O torques de ouro de Vilas Boas de Trás-os-Montes», *Ethnos*, IV, Lisboa, 1965, p. 313. (Museu Nac. de Arqueologia e Etnologia, de Lisboa).



Fig. 6 — Pormenor do bracelete de Lebução (Valpaços). Notar a variedade e a execução dos motivos decorativos empregados, todos de tipo geométrico. Notícia: Ricardo Severo, «O Tesouro de Lebução», *Portugália*, II, p. 1-14. (Museu da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães).



O «Alto» ou «Monte do Castelo»

Penha Longa (Marco de Canaveses)

POR

D. Domingos de Pinho Brandão

Bispo Auxiliar do Porto

O Alto ou Monte do Castelo fica situado na freguesia de Penha Longa, do concelho de Marco de Canaveses, a uns 60 quilómetros do Porto, a cujo distrito e diocese pertence.

Trata-se de uma elevação terminada em conjunto rochoso de granito, constituído por blocos irregulares fragmentados pela acção de agentes naturais físico-químicos. O perímetro da parte rochosa não é grande, como não é muito grande a elevação ou montículo donde emerge. Tem uma cota de 668 metros de altura. Do planalto ou quase planalto emerge, perto, uma outra elevação designada Fonte Cova onde se encontra um marco geodésico. Nas vizinhanças imediatas há alguns campos agricultados, duas pequenas casas habitadas e um curral-palheiro, integrando tudo o lugar chamado *Castelo*. Uma estrada de terra batida, aberta há poucos anos, saindo de Montedeiras (da estrada que liga Penha Longa a Manhuncelos) para Fandinhães, passa a sudeste e sul do Alto do Castelo, a distância muito pequena.

Como se disse, a parte mais alta ou crista é formada por rochas graníticas. Do lado sul, perto da base do cerro granítico existiu um paramento de muralha que desabou, vendo-se no declive aglomeradas e espalhadas, em pequena extensão, as características pedras resultantes. Dos outros lados, pela constituição do conjunto, o acesso ao alto era difícil. Do lado sul era mais fácil. Daí

a defesa ou cinta defensiva do cerro pedregoso ser constituída pela morfologia do próprio cerro e pela muralha construída no lado sul.

Não se distinguem junto do cerro ou mais ao largo vestígios de casas, mas um exame mais atento, sondagens e escavações poderão fornecer dados sobre possíveis construções aí existentes (muralhas e casas) e outros elementos de interesse.

Duas visitas rápidas ao local e a escalada ao alto permitiram-me descobrir abundantes fragmentos de cerâmica, alguns (poucos) restos de escória de ferro e poucos fragmentos de carvão. Estes objectos encontravam-se à superfície ou quase à superfície: no alto do cerro nos interstícios e reintrâncias das pedras; ou de mistura com a terra no alto como no declive sobretudo noroeste, na terra descida do alto e debaixo das pedras na terra remexida pelos cães à busca e perseguição da caça (coelhos e lebres).

A cerâmica recolhida está muito fragmentada (bordos, asas, fundos, bandas, etc.); é de pasta grosseira, alguma mal cozida, fabricada à mão uma, outra com o auxílio de roda de oleiro. Os fragmentos são de espessura diversa e pertenceram a vasos de tamanhos diferentes: desde grandes *dolia* a pequenos vasos de paredes pouco espessas e de configuração variada. A pasta é micácea e de diversas cores, predominando o escuro, o esbranquiçado e o tom avermelhado ⁽¹⁾.

A ornamentação é muito simples e primitiva: frequentes as cordas horizontais a toda a volta, adossadas, muito repetidas, por vezes, no mesmo vaso em posição paralela, sobre as quais se foi premendo, antes da cozedura, a todo o correr, um dedo, ou objecto de secção circular, deixando os sulcos ou sulcos dedados em posição vertical ou oblíqua. Este tipo de ornamentação (sulcos e sulcos

(1) O Rev. P.^o Fernando Cardoso de Lemos, natural de Penha Longa, possui espólio (cerâmica, escória de ferro e restos de carvão) encontrado no Monte do Castelo. Foi ele que aí acompanhou pela primeira vez o Autor da comunicação. No Museu do Seminário do Porto há também espólio arqueológico da mesma proveniência.

dedados) estende-se algumas vezes aos próprios bordos e às margens da base. O referido «cordame», além do aspecto ornamental, tem a função de tornar mais resistentes as paredes dos vasos, e ainda hoje se observa em vasos de cerâmica grosseira. Outro tipo de ornamentação frequente é o que resulta, sobretudo nas asas, de sulcos paralelos verticais abertos, antes da cozedura, com estilete a toda a dimensão da asa, ou de sulcos picados, de direcção vertical, espalhando-se na superfície das asas e às vezes no corpo dos vasos. Esta ornamentação primitiva e simples encontra-se, com frequência, em cerâmica castreja. Frequentes ainda os motivos serpiformes ou ondulados, abertos por estiletos antes também da cozedura, no bojo ou paredes dos vasos, e de correr horizontal.

Apareceu um cossoiro (?) formado de um fragmento de cerâmica, arredondado e perfurado. Escórias de ferro, carvões e cinzas (ou terra com cinza) completam o espólio encontrado.

Este Monte do Castelo integra-se topograficamente num conjunto de muito interesse arqueológico: não muito longe o célebre monte de Arados (freguesias de Alpendurada e Ariz); mais perto, o Castro do Boi e uma pequena elevação conhecida por Muro. Na mesma freguesia de Penha Longa, as insculpturas rupestres do Monte de Eiró, em Piores (espirais, linhas serpeantes e reticulados) ⁽¹⁾. Não muito longe na mata da Casa do Freixo, penedos insculpturados com covinhas ou *fossettes*. E, mais longe, Várzea do Douro com o Monte das Penegotas, romanizado, com elementos característicos pré-romanos também. À distância, divisam-se Eja e o Monte Mozinho ou Cidade Morta.

(1) Ver D. de Pinho Brandão, *Insculpturas do Monte de Eiró* em «Lucerna», vol. I, n.º 2 (Porto, 1961), pp. 45-58 (ilust.). Sobre *Várzea do Douro e Monte de Arados*, ver Fernando Lanhas e Domingos de Pinho Brandão, *Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico*, em «Revista de Etnografia», n.º 15 (Porto, 1967), pp. 5 e segs. Sobre a *cultura castreja* ver Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências—XXVI Congresso Luso-Espanhol, (actas) tomo II (Porto, 1962), pp. 373-462.

Em conclusão:

- 1) Trata-se de uma estação arqueológica pré-romana, integrada numa vasta rede de monumentos e estações arqueológicas pré-romanas.
- 2) A designação popular é *Castelo*. Terá sido, possivelmente, um reduto defensivo de pequenas dimensões. O próprio nome pode sugerir-lo. Poderá ter sido também um santuário ou lugar de culto.
- 3) Parece, de facto, que se não trata de um castro de habitação permanente. Se houve habitações, seriam provavelmente de madeira e ocasionais. Novas sondagens permitirão chegar a conclusões mais rigorosas.
- 4) Pelos carvões e cinzas encontrados, não é de afastar a hipótese de um incêndio no local.
- 5) A ornamentação é simples e repete-se na cerâmica encontrada noutros castros.
- 6) O povo chama *Castelo* ao referido alto de Penha Longa. Importa prosseguir a procura e determinação mais específicas de nomes que melhor traduzam a natureza das diversas estações arqueológicas vulgarmente agrupadas sob a designação geral, vaga e indeterminada, de «castros» que se tem aplicado e continua a aplicar a estações arqueológicas de natureza e conteúdo diferentes. Este desejo ou voto parece ter cabimento na temática do presente colóquio de cultura castreja.

Seguem-se as intervenções em colóquio.

Prof. Santos Júnior:

Exalta a abundante documentação iconográfica da cerâmica que recolheu naquele castro e as justas considerações que fez sobre ela. Discorda de que a designação de castro ou crasto, possa levar a enganos.

Essa designação deve ser adoptada, por ser designação geral.

Há quase meia centena de designações de castro ⁽¹⁾: castro, crasto ou castelo dos mouros, são talvez as mais frequentes.

Citânia, designa os de maiores dimensões.

Há necessidade de conglobar numa designação geral estes povoados, em cima de montes com defesas.

É preciso uma designação genérica. *Castro* é a designação que tem sido adoptada. Está, digamos consagrada pelo uso, embora talvez fosse preferível *Crasto*. O uso faz lei.

D. Domingos de Pinho Brandão:

É importante uma designação genérica, mas é ainda mais importante uma terminologia apropriada que indique a natureza das estações arqueológicas conhecidas sob a designação geral de «castro». Algumas estações arqueológicas assim designadas últimamente aparecem nos documentos medievais com nomes diferentes. Já hoje algumas também começam a ser designadas com outros nomes, por exemplo, «recintos fortificados», etc.

⁽¹⁾ No trabalho *O Castro de Carvalhelhos*, por Santos Júnior, fasc. 1-2 do vol. XVI dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», publicação da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Porto, 1957, págs. 25 a 62, 29 figs., publicou-se uma lista dos nomes pelos quais, consoante as regiões, o povo designa os velhos castros alcançados nos corutos dos montes.

Dão-se a seguir com alguns acrescentos, cerca de meia dúzia, colhidos após a publicação do citado trabalho.

Casal dos mouros, casalico, casarelhos, caselinhas, casicas, casildro, casinhas, castelares, castelejão, castelejo, castelo dos mouros, castelinho, casteloso, castiêlho, castilejo, castilhão, catragosa, castralheira ou castralheiras, castralhouço, castrelim ou castelim, castrelinhos, castrelos, castrelhão, castrilhão, castrilhouço, castro, castrobuço, cêrca, cêrca dos mouros, cidadêlha, cidadonha, cigadonha, ciranelha, cidade, couto dos mouros, coroa, crasto, crestêlo ou crestêlos, crestim, cristêlo, escantralhouço, feira dos mouros, muradal, murada, muradelhas, muro, paredelhas.

Nada menos de 47 designações. Se é certo que algumas são pequenas variantes, não é menos certo que, mesmo que eliminássemos tais variantes, o seu número atingiria as três dezenas ou mesmo mais (Santos Júnior).

Ver também «Questionário», no n.º 6, sobre *castros* publicado em 1957 por D. Domingos de Pinho Brandão, quando Vice-Reitor do Seminário da Sé — Porto.

Importa estabelecer a diversa tipologia das estações conhecidas com a designação ultimamente generalizada de «castro» e dar-lhe o nome apropriado.

Prof. Santos Júnior:

Como? Se nem se conhece a existência de muitos castros que há no país à espera de serem visitados e estudados por arqueólogos.

Temos que seguir o exemplo da Galiza: fazer um catálogo dos castros por concelhos, relacionar os castros com as aldeias próximas, e, baseados no número de casas que poderiam existir, calcular o número de habitantes, para tentar concluir o número de pessoas que ali existiram.

Isto é tarefa de várias pessoas e não isenta de dificuldades pois nem sempre é possível num grupo de casas, apurar com segurança quais as que seriam pertença de um agregado familiar.

D. Domingos:

Está em projecto o levantamento de carta arqueológica do País.

D. Fernando de Almeida:

A Fundação C. Gulbenkian tomou a seu cargo financiar a elaboração da carta arqueológica do país, em colaboração com a Junta Nacional de Educação. Para tal tem uma comissão de que o interveniente e o conferente são membros; essa comissão elaborou um programa a cumprir. Haverá vários grupos de investigadores, destinados às diversas zonas do País. Cada grupo tem um investigador de bibliografia e arquivos; outros tomarão à sua conta pré-história, outros a arqueologia clássica, etc. Serão os grupos coadjuvados por fotógrafos, topógrafos e todos os auxiliares que se julgar serem necessários. Espera-se que em breve seja dado início a estes trabalhos.

Prof. Santos Júnior:

A Sociedade Portuguesa de Antropologia, da qual tem a honra de ser Presidente, muito gostosamente prestará o seu concurso na elaboração da carta arqueológica se para tal for solicitada.



Fig. 1 — Um aspecto do Monte do Castelo — Penha Longa



Fig. 2 — Outra vista do Monte do Castelo — Penha Longa

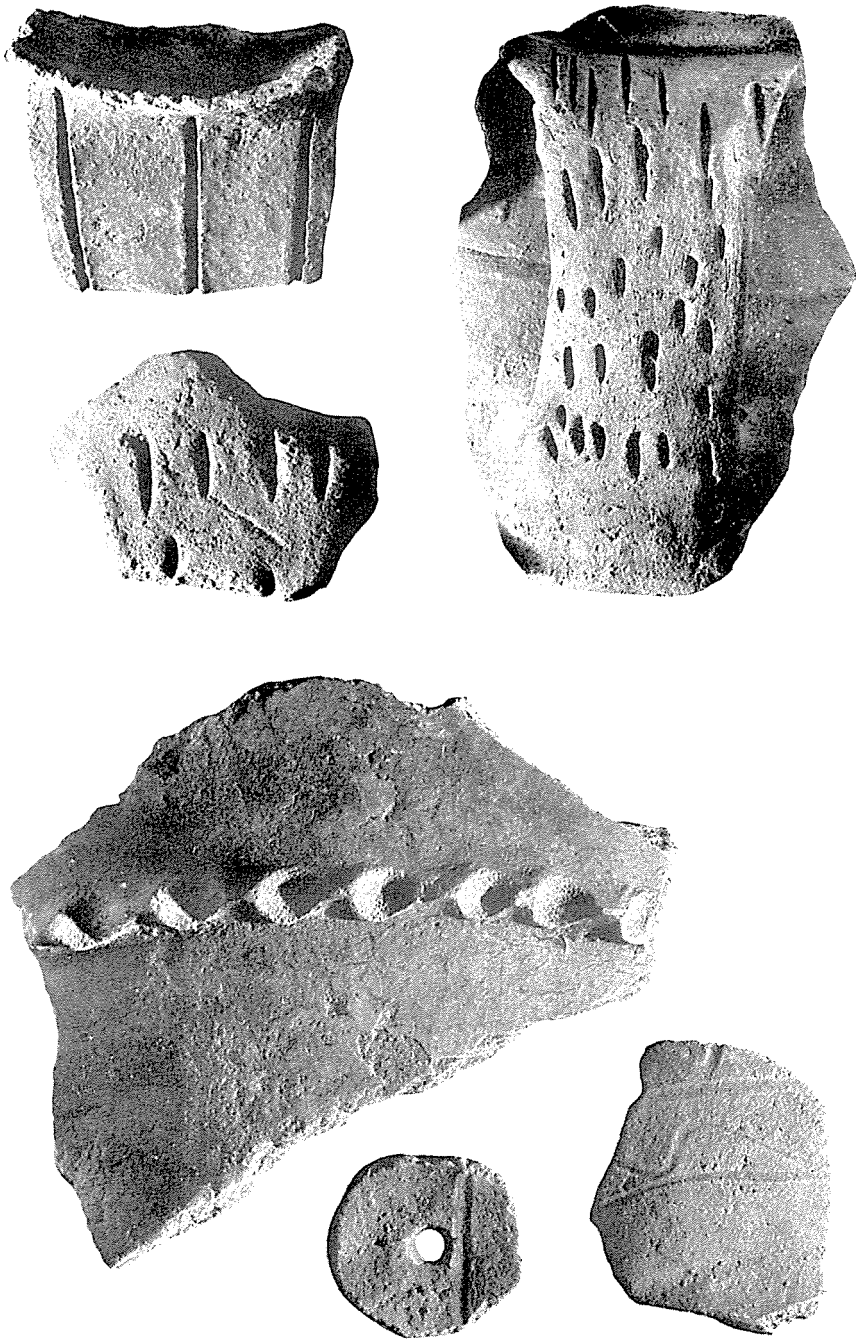


Fig. 3 — Monte do Castelo: fragmentos de cerâmica ornamentada e um fragmento perfurado



Fig. 4 — Monte do Castelo: fragmentos de cerâmica ornamentada



Fig. 5 — Monte de Eiró (Penha Longa): conjunto de insculpturas



Fig. 6 — Monte de Eiró (Penha Longa):
pedra com insculpturas proveniente do
Monte de Eiró, hoje no Museu Nacional
de Soares dos Reis — Porto

Antecedentes Pré-Históricos dos Castros da Idade do Ferro: os Castros da Idade do Cobre em Portugal

POR

Octávio da Veiga Ferreira

A ideia ou a necessidade dos povos da Lusitânia se fortificarem no alto dos montes ou escarpas alcantiladas é evidente que não começou na Idade do Ferro, nem tão-pouco foi o resultado duma defesa ao invasor romano. Muito antes, mesmo muitos anos antes essa necessidade de defesa foi uma realidade hoje bem demonstrada pelos modernos trabalhos de arqueologia em Portugal.

Dum lado o começo da sedentarização a partir da revolução neolítica, doutro lado a necessidade de defesa contra o invasor ou mercador longínquo egeano determinaram que as diversas tribos lusitanas, há pouco saídas do nomadismo puro do Paleolítico superior, se acautelassem e se fortificassem no alto dos montes isolados para melhor defenderem as suas vidas e seus haveres.

Não vamos nesta comunicação fazer a historiografia desses povos neolíticos, os primeiros a construir esses castros de defesa, mas falar sucintamente de algumas das mais importantes fortalezas da Idade do Cobre que aproveitaram, no todo ou em parte, as primitivas defesas neolíticas e que são hoje conhecidas por castros ou castelos primitivos.

Durante muito tempo se pensou que os chamados castros ou fortalezas de pedras miúdas com cubelos redondos eram essencialmente da Idade do Bronze, porém, a pouco e pouco, e, espe-

cialmente, a partir dos trabalhos arqueológicos realizados em Vila Nova de S. Pedro (Cartaxo), Zambujal (Torres Vedras), Penha Verde (Sintra), Pedra de Ouro (Alenquer), Olelas (Sintra), Liceia (Barcarena), Columbeira (Bombarral), Rotura e Chibanes (Setúbal), etc., se verificou que todos estes castros eram de fundação neolítica ou tinham um fundo neolítico tendo todos tido um período áureo na época campaniforme, ou seja em plena Época do Cobre, e alguns chegaram a ser romanizados. Quase todas estas fortalezas desde o Algarve até o rio Tejo foram abandonadas em plena Idade do Ferro, porém, algumas, com muito raras exceções, chegaram a ser romanizados. Os povos do sul, em virtude de uma maior civilização e abertura aos povos mediterrânicos de cultura mais evoluída, cedo se desenvolveram até o ponto de essa defesa permanente de épocas passadas deixar de ser necessária e imperiosa.

O mesmo não sucede a partir do Tejo para o norte em especial nas regiões montanhosas das Beiras, Minho e Trás-os-Montes com continuação para toda a Galiza e Norte de Espanha.

As fortalezas, pertencentes ou melhor aproveitadas, por excelência, na Idade do Cobre são o Castro de Vila Nova de S. Pedro no Cartaxo, o Castro da Pedra de Ouro em Alenquer, o da Columbeira no Bombarral, o do Zambujal em Torres Vedras, o de Liceia, mesmo na povoação com este nome, cerca de Barcarena, o de Olelas, a nascente da Granja do Marquês (Sintra), o da Penha Verde (Sintra) e os de Rotura e Chibanes perto de Setúbal, etc. Não deixaremos também de mencionar alguns castros últimamente descobertos no Alentejo e que estão agora a ser escavados?

É bem evidente que de todos estes castros ocupados pela civilização do cobre apenas dois se podem considerar em adiantado estado de exploração e cujas conclusões trouxeram um conhecimento muito importante para o estudo da gênese dessas fortificações, povos que as ocuparam e civilizações que deixaram (Fig. 1).

Em todos estes castros é comum o chamado «horizonte de importação a que os arqueólogos alemães chamam o «estádio de colónias» designação com a qual não concordamos. Esse horizonte de importação ou de transacção comercial ou mercantil proviria do Mediterrâneo oriental, em especial da região egeana.

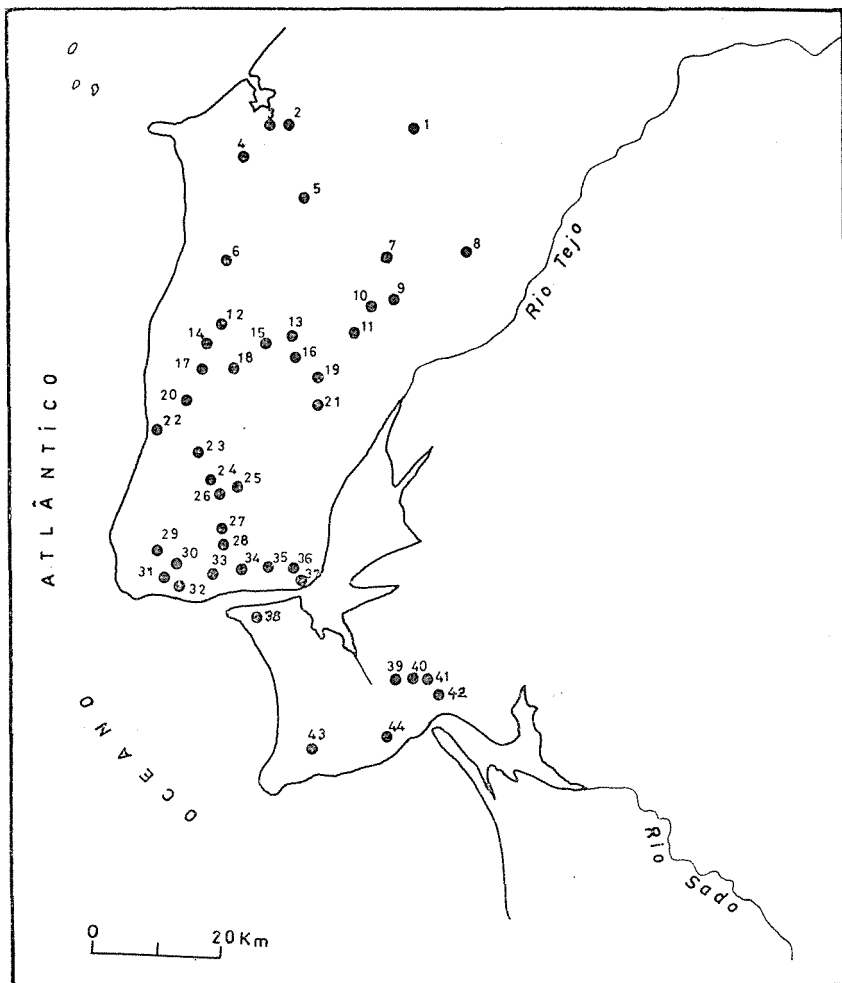


Fig. 1 — Castros da Estremadura

- 1—Castro de S. Martinho (Rio Maior); 2—Castro do Outeiro da Assenta; 3—Castro do Outeiro de S. Mamede; 4—Castro da Columbeira (Bombarral); 5—Castro de Pragança; 6—Castro do Pico Agudo (Vimeiro); 7—Castro do Outeiro do Cabeço; 8—Castro de Vila Nova de S. Pedro; 9—Castro de S. Mateus; 10—Castro da Achada; 11—Castro de Matacães; 12—Castro do Varatojo; 13—Castro da Fórnea; 14—Castro do Zambujal; 15—Castro da Boiaca; 16—Castro da Portucheira; 17—Castro do Vespeiro; 18—Castro do Barro; 19—Castro do Penedo; 20—Castro da Sarreira; 21—Castro da Ribaldeira; 22—Castro da Pedranta; 23—Castro do Monte do Cartaxo; 24—Castro do Montijo; 25—Castro de Olelas; 26—Castro de Corteçaça; 27—Castro da Serra das Éguas; 28—Castro da Espargueira ou Silveira; 29—Castro da Penha Verde (Sintra); 30—Castro dos Seteais; 31—Castro do Estoril; 32—Castro do Murtal e povoado da Parede; 33—Castro de Liceia; 34—Castro de Alfragide; 35—Castro de Carnaxide; 36—Montes Claros; 37—Casa Pia de Belém; 38—Castro da Alpena (Trafaria); 39—Castro da Fonte do Sol; 40—Castro de Chibanes; 41—Castro do Alto da Queimada; 42—Castro da Rotura; 43—Castro do Outeiro (Sesimbra); 44—Castro da Comenda.

Alguns autores como Afonso do Paço, E. Sangmeister, Beatrice Blance, etc., afirmam que as muralhas com cubelos redondos de Portugal na Idade do Cobre tem paralelos com as fortalezas de Tróia e de Chalandriani em Siros. Sobre este lugar diz Beatrice Blance: «Em Chalandriani o povoado ocupava o cimo dum escarpado monte, já naturalmente defendido pelas suas próprias vertentes, íngremes por todos os lados à excepção do lado N., onde o terreno desce suavemente até o mar». A entrada única fica entre duas torres, como em Vila Nova de S. Pedro e Zambujal. Existem em Chalandriani cinco torres e possivelmente uma sexta, que estão separadas de 4,5 m a 8 m e apresentam a forma semi-circular. Duas das torres comunicavam com a acrópole tal qual sucede no Zambujal. Podemos relatar ainda um grupo de fortalezas da fronteira egípcia das quais duas, as de Ikkur e Buhen, apresentam cubelos semicirculares.

Podemos concluir, pois, com Beatrice Blance, que o uso de bastiões ou cubelos com finalidade defensiva não era desconhecido na região do Mediterrâneo oriental, especialmente na região egeana. Chalandriani oferece-nos um paralelo muito aproximado com os nossos castros da Idade do Cobre, em especial os melhores conhecidos, como o de Vila Nova de S. Pedro e o do Zambujal. Este facto é confirmado por outros dados como a cerâmica, os alfinetes para cabelo, os vasos de perfumes e os ídolos aparecidos nas Cíclades. Estamos convencidos que a tradição das torres circulares ou semicirculares da Península, podem ter passado à Sardenha e às Baleares desenvolvendo-se aí em épocas mais modernas que podem ter ido até à Idade do Ferro. Esta mesma tradição deve ter perdurado, aperfeiçoando-se, na construção das muralhas e torres dos nossos castros do Noroeste Peninsular.

A partir do penúltimo período da fortificação nestes castros da Idade do Cobre assistimos, pois, a uma influência de povos mediterrânicos que buscavam os metais ocidentais, em especial os da Península, — o cobre primeiro e depois o estanho.

É em razão disto que no apogeu do cobre peninsular se assiste ao reforço defensivo dos castros das Penínsulas de Lisboa e de Setúbal com particular incidência nos castros do Zambujal

em Torres Vedras tão proficientemente explorado nos últimos anos pela equipa alemã do Prof. E. Sangmeister com Hermanfried Shubart e Leonel Trindade descobridor desta magnífica fortaleza.

Por outro lado podemos situar, sem qualquer dúvida, em Vila Nova de S. Pedro, a primeira oficina metalúrgica da época do cobre peninsular, assim como no Castro de S. Bernardo, em Moura, o esconderijo de fundidor, agora estudado, reforça a expansão da metalurgia peninsular primitiva na época lo cobre.

A organização primitiva destas fortalezas devia corresponder a um circuito amuralhado no alto dum monte onde a situação de alerta deveria ser a constante da vida daquela época. Estas primitivas muralhas eram simples e talvez sem cubelos ou torreões pois parece que estes surgiram no final da ocupação dos castros, já com a Idade do Cobre e em pleno campaniforme, pelo menos a complicação das últimas defensivas no castro do Zambujal isso parece indicar?

De início a necessidade de fortificação nos povoados litorais ou grandes embocaduras de rios parece ser justamente para obstar à invasão de povos vindos do mar e a arqueologia demonstra nesta época influências mediterrânicas, quer do Mediterrâneo oriental (Egeu), como norte africanas (Susa, Badarian, etc.).

Mais tarde, como acima se viu, assiste-se a uma grande complicação no sistema defensivo onde as fortificações mais modernas datadas da época campaniforme assentam em parte em fortificações mais antigas.

Estamos convencidos que não só o invasor estrangeiro determinou este sistema de fortificações defensivas mas também o sistema tribal que presidiu sempre aos aglomerados populaconais peninsulares a isso deve ter conduzido. E a verdade é esta: muito mais tarde, em plena Idade do Ferro, e, em especial, no Noroeste Peninsular, assiste-se ao mesmo fenómeno de divisão tribal que facilitou a conquista romana.

Todos os escritores antigos, que trataram dos povos da Península, são unânimes na citação da divisão tribal em que esta estava dividida. No ocidente do País, na Estremadura, nos montes selvagens da cordilheira ocidental, entre o Douro, o Tejo e Guadiana

nas serras de S. Pedro e Guadalupe a tribo dos *Vetões*, parentes próximos e aliados dos *Lusitanos*, era a mais importante. A região de Betúria, entre o Betis e o Guadiana a SW era habitada pelos *Celtas* e a NW pelos *Turdetanos* (*Túrdulos*). Outras tribos importantes habitavam a Península mas não interessam por agora ao nosso trabalho. Em todo o caso referiremos: os *Galaicos* habitantes da Galaecia (Galiza), os *Astures* (montanhas das Astúrias e Picos da Europa), os *Cantábricos*, os *Vascões* (*Baíscos*), etc.

Na Lusitânia mais antiga podemos citar os *Túrdulos Veteres*, os *Transcudanos* e *Egaeditanos*, os *Paesures*, os *Turdetanos*, os *Grovii*, etc.

Por aqui se vê o que não seria a divisão tribal em épocas mais recuadas como na época dos castros da Idade do Cobre. Essa divisão tribal deveria ser ainda mais intensa e só assim se compreende a grande quantidade de castros-cidade.

Em nosso entender o sistema de fortificação no alto dos montes no Noroeste Peninsular que deu origem a que em cada monte se tope hoje com os restos duma citânia ou castro fortificado traduz a ideia da cidade-estado que floresceu na mesma época por todo o mundo mediterrânico. É bem notório que na maioria dos castros quer Neo-eneolíticos-Idade do Cobre, quer do Bronze-Ferro, não se poderia abrigar uma grande população. Certamente umas tantas famílias ou clans constituindo uma tribo pertenceriam a cada citânia ou castro e detinham próximo deles uns tantos terrenos de agricultura primitiva de pastorícia. A descoberta de enormes restos de fauna de grandes mamíferos como o boi e o cavalo associados a ossos de ovelhas ou de cabras bem demonstraram um intenso trabalho de pastorícia. Aliás é bem sabido que todos os povos montanheses foram em todas as épocas pastores. As grandes lutas dos lusitanos com o invasor romano foram em especial por causa da transumância pois os romanos com a sua conquista e organização social cortavam todas as possibilidades de vida aos povos castrejos, pastores, por excelência.

Daí o estado de alerta e inquietação que deveria reinar naquela época onde cada castro-estado detinha o poder duma área determinada que era vigiada noite e dia do alto da fortaleza. Este

estado constante de guerra entre as tribos ou castros-estado deixou os seus vínculos e veio assim até os castros da Idade do Ferro no Noroeste Peninsular.

As escavações arqueológicas nos castros nortenhos têm demonstrado esta preocupação de defesa constante e da vida quotidiana intramuros.

Na Idade do Cobre nas Penínsulas de Lisboa e de Setúbal a vida não se passava apenas fechada intramuros do castro, pois a arqueologia bem demonstra amplas relações com outros povos, não só próximos, como até de longínquas paragens. O comércio, intercâmbio e navegação na época era já bastante desenvolvido e, como exemplo, os produtos metalúrgicos do castro de Vila Nova de S. Pedro foram encontrados bastante longe no mundo mediterrânico de então.

As análises dos instrumentos de cobre encontrados em Portugal deram um cobre com elevada percentagem de arsénio o que levou alguns investigadores, menos versados em questões de metalurgia primitiva, a pensarem que os primeiros metalúrgicos peninsulares haviam juntado aquele metalóide ao cobre. Porém as análises dos minérios de cobre saídos da mina deram essa percentagem o que demonstra ser um facto de jazida mineira e não qualquer operação metalúrgica posterior. Pois justamente artefactos de cobre encontrados em diversas jazidas arqueológicas de além-Península, quando analisados, deram percentagens elevadas de arsénio o que parece demonstrar uma proveniência peninsular muito provavelmente do centro metalúrgico que era o Castro de Vila Nova de S. Pedro. E. Sangmeister, com quem estamos de acordo, emite essa opinião.

Alguns centros metalúrgicos da Idade do Cobre devem ter continuado pelas Idades do Bronze e do Ferro e a atestá-lo estão as descobertas de esconderijos de fundidor em várias localidades da Península incluindo a região dos castros.

Outros produtos seriam trocados e assim chegam ao solo peninsular o marfim, o âmbar e as matérias mais raras ainda como a fibrolite, a amazonite, a calaíte, a variscite, etc.

Mais tarde, em plena idade dos castros do noroeste, outros produtos chegam, como o vidro de pasta, o ferro e o seu segredo

de fabricação, a cerâmica exótica e até alguns cultos orientais como, por exemplo, o mitraico.

Em plena Idade do Cobre a questão do âmbar é um caso muito interessante e de flagrante intercâmbio internacional na época pois o âmbar vinha das margens do Báltico e hoje pode seguir-se bem o itinerário de antigo comércio pelos achados de armas e artefactos de cobre peninsulares que provieram certamente dos centros metalúrgicos daqui e que constituíam o principal material de troca com o âmbar.

Todas estas transacções se faziam pela navegação costeira e pelos grandes rios. A arqueologia subaquática veio demonstrar à saciedade esse longínquo comércio da antiguidade, quer no Mediterrâneo, quer no Atlântico ou Mar do Norte com infiltrações profundas nos grandes rios da Europa. O caso do naufrágio do Cabo Gelidónia veio provar, depois da devida escavação subaquática e do estudo do seu riquíssimo espólio, que o navio teria mercadejado no Egipto, na Síria, na Palestina, em Chipre, em Tróia, no Império Hitita em Creta e muito possivelmente na Grécia. Isto pouco nos indica sobre a rota do navio que muito bem poderia ter vindo da Península Ibérica. Podemos, no entanto, afirmar, e isso é que é muito interessante, que se trata duma nave que nos deu óptima informação sobre o comércio de há 3.000 anos em plena Idade do Bronze. Outro caso mais recente ainda como descoberta é o da navio mercante, também da mesma época, encontrado no antigo porto de Agde na foz do rio Herault, no sul da França. Um comércio marítimo tão desenvolvido já nesta época não nos pode deixar dúvidas que teria começado certamente já no começo da época dos metais, isto é, na Idade do Cobre.

Este panorama de transacção e comércio da Península e para a Península na primeira idade dos metais e idades subsequentes são bem demonstrativos dos cuidados com a defesa costeira e dos grandes rios, não só do estrangeiro, como da própria Península, dada a situação de cada castro ser, por assim dizer, uma cidade independente, um estado, que ora comerciava, ora guerreava o seu vizinho mais próximo, isto é, o outro castro-cidade.

Na realidade se nos debruçarmos sobre uma carta topográfica das Penínsulas de Lisboa e de Setúbal, por exemplo, verificamos

que todos os castros já conhecidos ou identificados se encontram muito perto do mar ou margens de grandes rios como o Tejo e o Sado. Mas em qualquer outro ponto é a mesma coisa veja-se, por exemplo, o rio Mondego com os castros de Santa Olaia, Ferrestelo ou Tavadede.

As necrópoles desses povos fortificados nunca ficavam longe do seu «habitat». Nalguns casos, como na Samarra, em Sintra a sepultura colectiva estava na margem direita da pequena enseada que ali existe e o castro ou «habitat» na margem esquerda no sítio da Pedranta. Mas em todo o mundo da Idade do Cobre sucede o mesmo, quer em Olelas, quer na Penha Verde, Palmela, Vila Chã, Barro ou Paimogo, etc., os povoados não estão muito longe. Nalguns casos do povoado ou castro via-se muito bem a necrópole e estamos convencidos que esta era guardada à vista por causa dos buscadores de tesouros que existiram mesmo na época das tumulações.

Em Alcalar, no Algarve, por exemplo, o túmulo n.º 7 explorado por Estácio da Veiga foi pilhado na época. Vê-se muito bem por onde entraram os ladrões de tesouros na cripta tumular que foi toda pilhada, pois um túmulo com aquela grandiosidade e cuidados de construção não revelou nem uma peça, o que não pode ser.

Nós mesmo já exploramos alguns túmulos da época dos castros da Idade do Cobre sem encontrarmos sinal de espólio tendo sido todo o seu conteúdo tumular revolido até os alicerces da construção funerária.

Este costume de vigiar a necrópole mantém-se pela Idade do Bronze. Vejam-se por exemplo, as necrópoles da Atalaia no Alentejo ou as da região de Ourique, ultimamente descobertas, que ficam muito próximo dos sítios de «habitat» fortificados. O mesmo se observa na Idade do Ferro e, em especial, na civilização castreja do noroeste. Na citânia de Briteiros o túmulo está na base do castro e absolutamente à vista dos antigos moradores. Nalguns casos, como revelou García y Bellido, chegaram a fazer enterramentos nos solos das próprias casas circulares, costume esse muito mais raro, no entanto.

Do exposto, muito embora o mais resumidamente possível, e expondo um ou outro ponto mais importante, verifica-se que desde, pelo menos, a Idade do Cobre que o sistema de castro-estado se mantém até a Idade do Ferro tendo atingido o seu auge com a civilização castreja no Noroeste Peninsular.

BIBLIOGRAFIA

- JOHN C. ALLAN — «A mineração em Portugal na antiguidade», *Bol. de Minas*, vol. 2, n.º 3, Lisboa, 1965.
- GEORG F. BASS — «Arqueologia sub-aquática», *Historia Mundi, Editorial Verbo*, Lisboa, 1969.
- BEATRICE BLANCE — «Sobre o uso de torreões nas muralhas e recintos fortificados», *Revista de Guimarães*, vol. LXVII, n.º 1-2 Guimarães, 1957.
- S. CLARKE — «Ancient Egyptian Frontier Fortress», *Journal of Egyptian Archaeology*, vol. 3, 1916.
- O. DA VEIGA FERREIRA — «Acerca da presença de arsénio em instrumentos primitivos encontrados em Portugal», *Bol. de Minas* n.º 12, Lisboa, 1961.
- «La culture du vase campaniforme au Portugal», *Mem. Serv. Geol. de Portugal*, n.º 16, Lisboa, 1966.
- e S. DA VEIGA FERREIRA — «A vida dos lusitanos no tempo de Viriato», *Editorial Polis*, Lisboa, 1969.
- «La metallurgie primitive au Portugal pendant l'époque chalcolithique», *VI Congresso International de Minería*, Léon, 1970, I vol.
- «O esconderijo do fundidor do castro de S. Bernardo (Moura); *O Arqueólogo Português*, série III, vol. V, Lisboa, 1971.
- S. JUNGHANS, E. SANGMENSTER e SCHROEDER — «Studien zuden aufaegen des metallurgie», I. 1960.
- S. JUNGHANS e AL. — «Metallanalysen kupferzeitlicher und frub-bronzezeitlicher bodefunde aus Europe», Berlim, 1960.
- VERA LEISNER e H. SCHUBART — «Die kupfezeitliche befestigung von Pedra de Ouro-Portugal», *Madri der Mitteilungen*, vol. 7, Madrid, 1966.
- JEAN MARÉCHAL — «Reflections upon prehistoric metallurgy», Lammsdorf, 1963.
- R. MONTEIRO, G. ZBYSZEWSKI e O. DA VEIGA — «Nota preliminar sobre a Lapa pré-história do Bugio (Azoia-Sesimbra). *II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Coimbra, 1971.
- A. DO PAÇO e E. SANGMEISTER — «Castro de Vila Nova de S. Pedro — VIII campanha de escavações de 1955 (19.ª). *Arqueologia e História*, 8.ª série, vol. VII, Lisboa, 1956.
- «*Germania*», t. 34, 1956.

- AFONSO DO PAÇO — «Trabalhos de arqueologia de Afonso do Paço» (1929-1968), vol. I, *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 1970.
- E. SANGMEISTER, H. SCHUBART e L. TRINDADE — «Escavações na fortificação eneolítica do Zambujal «1968», *O Arqueólogo Português*, série III, vol. IV, Lisboa, 1970.
- H. N. SAVORY — «Spain and Portugal — the prehistory of the iberian peninsula», *Thames and Hudson*, London, 1968.
- H. SCHUBART, O. DA VEIGA FERREIRA e J. DE ALMEIDA MONTEIRO — «A fortificação eneolítica da Columbeira-Bombarral», *O Arqueólogo Português*, série III, vol. III, Lisboa, 1969.
- C. TAVARES DA SILVA — «O povoado pré-histórico da Rotura — notas sobre a cerâmica», *II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Coimbra, 1971.
- KONRAD SPINDLER — «Die kupferzeitliche siedlung von Penedo — Portugal», *Madri der Mitteilungen*, vol. 10, Madrid, 1969.
- C. ZERVOS — «La civilization de la Sardaigne», Paris, 1964.





Fig. 2 — Duas obras-primas em cerâmica da cultura do campaniforme na Península — Estação de Acebuchal (Sevilha), por obséquio do Metropolitan Museum de Nova Iorque.

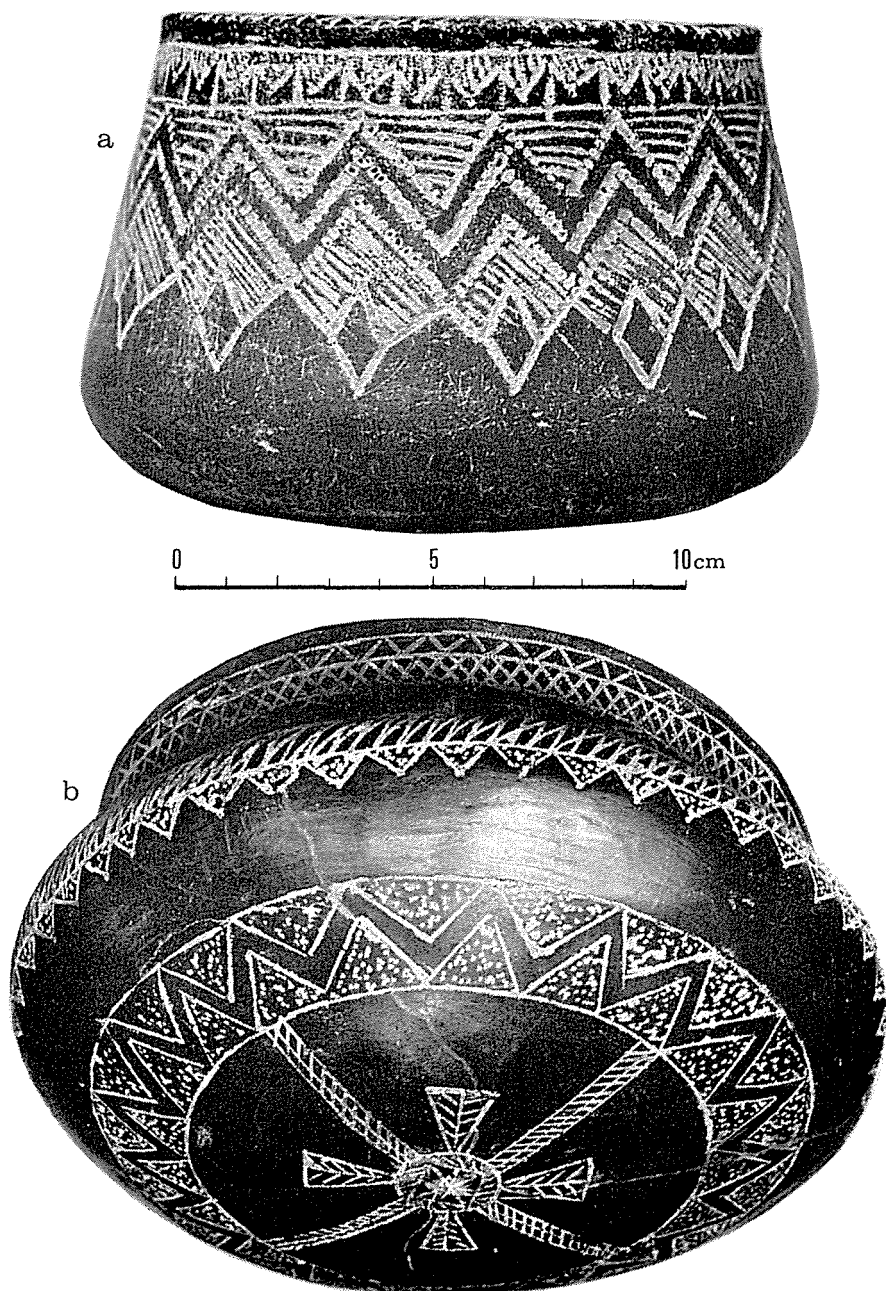


Fig. 3 — Idem da mesma proveniência dos exemplares da fig. 2.



Fig. 4 — a e c — Idem da mesma proveniência. b — ídolo de calcário proveniente da sepultura megalítica de Casinhos (Fanhões).

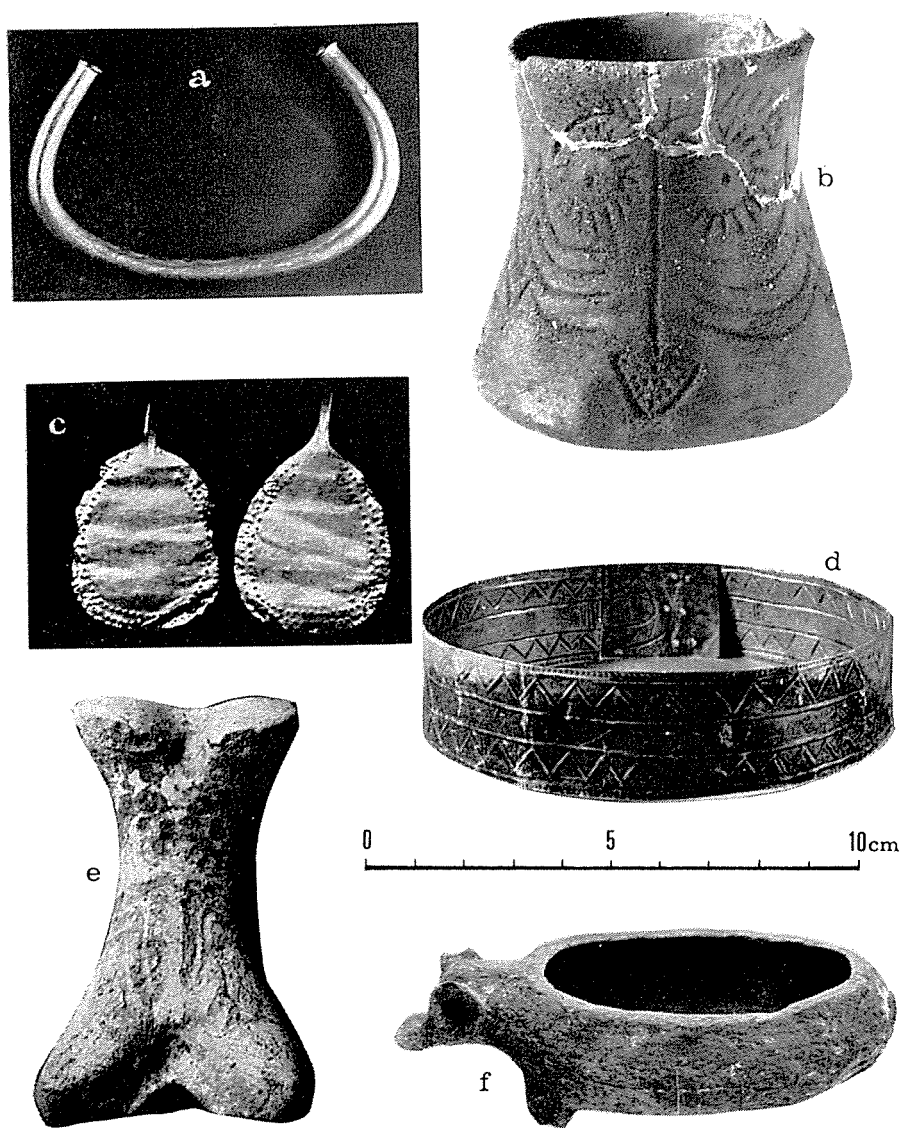


Fig. 5 — a — Bracelete de ouro do Cerro das Antas (Ourique); b — Vaso com olhos «tipo Almeria» da «Tholos» do Monte do Outeiro (Aljustrel); c — Brincos de ouro da Gruta artificial de Ermegeira; d — Diadema de ouro da sepultura da Águia Branca (Ota); e — Ídolo-falange gravada com olhos da Lapa da Bugalheira (Torres Novas); f — Vaso zoomórfico da Gruta do Carvalho (Turquel).



Fig. 6 — Tipo de muralha e cubelo defensivo do período do apogeu da cultura do campaniforme da Península de Lisboa (Castro do Zambujal — Torres Vedras).



Ouro nos Castros

POR

Xosé Filgueira Valverde

Director do Museo de Pontevedra

Se hoxendía percorredes Galicia, non acharedes un soio lugar da campía onde non se atope viva a idea dos tesouros acobillados nas mámoas, nos castros, en outros lugares con tradición ou topónimos arqueolóxicos: Arca, Ucha, Meda, Medorra, cas súas variantes, Uz, Arcos, Paredes, Cidade, Ciadela ou Cividade,...

Agás dos traballos de Risco, Cuevillas, Bouza Brey, Carro Taboada, Blanco, e das cédulas do Catálogo dos Castros e da Carta Arqueolóxica, temos en Galicia un estudo de conxunto encol das lendas castrexas feito por Gonzalez Reboredo. Os estudos portugueses (Fortes, Heleno, Severo, Santos Junior, Do Pazo, Carodozo, Días,...) concordan cos nosos.

Pras lendas de achados temos unha base certa, directa: os achados mesmos; outras, indirecta, as ideas que xacen no sustrato tradicional referidas a eles ou aos tempos en que o tesouro estaba «vivo». Non ten dúbida que feitos máis ou menos achegados a nos poden vir poñer de resalte vellas creenzas. A explotación «mineira» das mámoas no XVII ou as xeiras de escavación de agora, deron confirmanza a refendas vellas de transmisión falada.

O achado pode percurarse por un medio ritual:

- a) Iniciación.
- b) Videncia.
- c) Técnica.
- d) Verba-chave.
- e) Libro.

A *iniciación* pode vir de unha persoa amiga que teña recibido no seu día o segredo ou de un dos «habitadores primitivos». Este segundo caso, o da moura ou os mouros axudadores, tense recollido moitas vegadas. Coido que será bó traer eiquí unha mostra aportada na famosa litis Vázquez de Orxas no 1608; na xurisdicción de Penaflor (Caldas de Reis) como sucedido na Mámoa de Segade:

Juan Alonso declara: «...cómo un su criado llamado por nombre Hilario Alonso había hallado allí una mujer descabellada y bestida de raxa parda y los cabellos sueltos, y esto á bocanoche, yendo el para el molino con un fuello de grano, y que trahía en la mano unos pocos de pelos, y que le dixera que qual le parecía mejor aquello que ella trahía en la mano ó ella; e que él le respondiera que ella le parecía mejor que no lo qua ansi trahía en la mano: y entonces que ella le mandara que fuese á cabar el dicho otero de la mámoa de Segade y que hallaría tesoro para sí y para toda su generación...»

Alonso de Campos dijo: «...que la dicha mujer que le llamó ansi a bocanoche le preguntó que qual le parecía mejor ella ó unas vueltas que trahía enlazadas en las manos, que parecía como horo, y las mostró á este testigo, y ésto le respondió que mejor le parecia ella, y la susodicha le dixo: dichosa la madre que te parió; y dice: que la dicha mujer era negra y fea y que hablaba por las narizes».

No mesmo preito do XVII cóntanse casos de *videncia*, fálase mesmo de *veedeiras* que interveñen «profesionalmente» na percura dos tesouros. Antre elas de «una asturiana, que al presente, dicen, vive en Santantoiño, andaba por esta tierra echando varas para saber de tesoros de las mámoas y que echaba dominas y andava haciendo otras medicinas».

Moitas vegadas os «veedeiros» son adiviños que empregan *técnicas* de xeito somellantes aos da Hidromancia pra acadar os tesouros, levando na man unha variña que xira ao pasar sobre metal ou catro varelas aforquiñadas. O uso de varas «rabdománticas» esixe ritualmente o rezo de certos salmos. Parte da devoción nos pazos galegos do XVIII aos Reises Magos, ven do uso de poñer en cada unha das varas o nome de un deles. Das «variñas» fálase

moito nas cuestións do 1600: «Echaban varas». Tamén esta adiviñación ten outro feito que é o das ramiñas de romeu envoltas que se desenrolan.

En pura maxia, unha *verba* ou un conxuro pode abrir o tesouro ou facer que se perda pra sempre. Nin deixa de habere apelacións de maxia negra a unha especie de demo señor dos tesouros. A verba-chave pode vir dada denantes por unha iniciación. Mesmo pode dar que sexa como unha adiviña, ou que o preguntado teña, de sócato, a intuición da resposta. Fraguas ten recollido aquilo de que cando a moura saca a asoellar o seu tesouro e pregunta:

— ¿Gústalle a tendiña?.

O que passa por onde a moura logra o tesouro si responde:

— Gústame a tendiña e mais a señoriña.

No mesmo proceso leemos que un home atopara un tesouro no lugar onde unha vaca, que se deitara no chan, erguérase con manchas brancas na pel. Tamén pode verse sair fume da terra: «son eles» que estan cocifiando. O que pudo ser un día siño natural de calidade nos terreos, experiencia de mineiros ou de pastores, eiqú tórnase manifesta monición do tesouro.

As verbas veñen nos *libros*. No proceso 1608-1610 publicado por Martínez Salazar, consta tamén nos documentos da Real Audiencia, que os buscadores usaban breviários. Ora, o libro por antonomasia é *O Ciprianillo*, o grande grimorio chamado *Libro Magno de San Cipriano*, cas suas oracións, esconxuros, ladaiñas, e mesmo enderezos:

Antre as follas revesgadas
dese libro, danse señas
de tesouros
e riquezas enterradas
pé dos ríos polos mouros.

Porque no *Ciprianillo* ven toda unha casuística das adiviñacións pros achados. Tense dito que é unha sorte de «womerang» que dí cómo atopalos e trae onde están... os que xa están atopados.

Fai xurdir a maxia e a recolle. A refenda destes tesouros ten moito intrín e foi espertando non soio cobizas senón curiosidade arqueolóxica. Comprende 146 lugares; casi todos poden identificarse e son, pola súa maior parte, recoñecidamente «arqueolóxicos».

Coido que podo asinalar o orixe desta relación. Cando o Lcdo. Pedro Vázquez de Orxas, — chamado «el Indiano», por terse criado na América,—no 1606, «denunció, registró y manifestó por Hacienda Real todas las mámoas de gentiles galigrecos, algunas de las cuales, dice, tienen oro», presentou un «registro» que foi aceptado pola Audiencia de Galicia. Di Martínez Salazar: «no hemos podido encontrar ese registro, que no sería quizá de todas las mámoas de Galicia, sino solamente de las de Padrón, Caldas y algunas otras». Ese é o que pasou ao *Ciprianillo*. Podedes velo tal como ven, de certo alterado, na edición de Leipzig:

1. En la encrucijada de Lobios.
2. En Louro.
3. En Louredo.
4. En la revuelta de Sabajares.
5. Al poniente de Padroso.
6. En el parque del Conde Mora, cerca de Padrón.
7. En Portela.
8. En Teba, residencia de Frei Themudo.
9. En Badián, casa de D. Sisnando de Logroño.
10. En el sitio de la Cruz de Padreda.
11. En Oroso.
12. En Longuares debajo del puente.
13. En la roca negra de Otero.
14. En San Benito.
15. En un otero de Fraga.
16. En Fuente Fría.
17. En Bonras, detrás de la Iglesia.
18. En la cuesta de Leirado.
19. En el camino subterráneo del castillo de Mondarim Galifío.
20. En lugar frente á Lusa.
21. En el solar de los nobles de Andrade.
22. En el camino del monte á la salida de Barbantiño.
23. Al levante de Chilanaña.
24. En el pico de Portela.

25. En la iglesia de Segalvo.
26. En el soto de Monir Payo.
27. En la puerta de Bentraces.
28. En el nacimiento del río de Monte del Ramo.
29. En un sitio de Prado.
30. En los montes de San Mamed, del Norte.
31. En el castillo de Sabogido.
32. En el valle alto de Manufe.
33. En Foreadela.
34. Al lado de Quintas, en la peña tercera.
35. Junto á Burcia por la parte del Este.
36. En la via de Sobroso á Cobelo.
37. En el panizal de Tornelos á 303 pasos de Mirandela.
38. En el cruce de Castro Marigo.
39. En la parte de Levante de Laroa.
40. En la cuesta de Vilaríño.
41. En la esplanada de Flariz.
42. Junto á la iglesia de Pinoe.
43. En el lugar de Oriñe.
44. En la salida angosta de Poelentés.
45. En el parque de Amorim.
46. En Fontarcada.
47. En la subida de la torre de Vilasa.
48. El pie del ciprés negro del Niño del Aguila.
49. En Infantes Novos.
50. En Ababides.
51. En Marmontellos.
52. Al pié del pico de Villa Rey.
53. En el Castillo de Pazos.
54. En la parte de Levante de Febra.
55. En la peña de Entre Vides, al pie del olivar de Sotocabo.
56. En los dos peñascos de Reiril.
57. En la revuelta de Baños.
58. En Becerroz.
59. En San Torcuato.
60. En la parte de Levante de Monferey.
61. En Trás de Eitrada.
62. En el río Bibey.
63. En Raude.
64. En el alto de Enteza.
65. En el camino de Martiñán.
66. En Rebordono.

67. En la plaza de Teiroso.
68. En el Cabo de Torneiros.
69. En el regato pequeno de Amerín.
70. En el oratorio de Ovega.
71. En la parte baja de Peinera.
72. En la parte Sur de Fraqueira.
73. En Chamusiños.
74. Entre los dos peñascos grandes de Louresa.
75. En el cruce de los dos caminos de Uma.
76. En Regias.
77. En Torende, en la falda del monte.
78. En Montecel, camino de Gironda.
79. En Osono.
80. En el camino de Freira.
81. En Villar de Vella.
82. En el foso de Cadabos.
83. En Santegoso.
84. En Freixo Luviano.
85. En Vaguasoso.
86. En el corto de Lobanzos.
87. En el resbaladero de Hermorende.
88. En Fontes.
89. En Paramor.
90. En Parada.
91. En San Julián.
92. En Navia.
93. En la cruz de Gañado.
94. En el crucero de Curul.
95. En Sotomayor.
96. En Caldeas.
97. En el castañar de Intrimo.
98. En San Pedro Mártir.
99. En Gondomar.
100. En el alto de Feis.
101. En Arnón (aquí hay también un libro árabe) que detalla los tesoros existentes en lugares de Castilla.
102. En las puertas de Teste.
103. En el bajo de Romallosa.
104. Entre Rubiás y Manini.
105. En la capilla de Gironda.
106. En Famaquellos.
107. En Sorrios.

108. En Valgeras.
109. En Tabagón.
110. En la angostura de Salados.
111. En Gondarén.
112. En Sendollo.
113. En el atrio de Cheleiros.
114. En Sedorne.
115. En Arzua.
116. En las inmediaciones de Corcubión.
117. En Saboadella.
118. En el coto de Ortigana.
119. En Cela.
120. En Gormecín.
121. En Feces.
122. En el valle de Monzalvos.
123. Cerca de Castretos.
124. En Guillade.
125. En la Subida de Picoña.
126. En la parte de Levante de Gargamala.
127. En el bajo de Comiar.
128. En Cangas, sitio de los cuatro caballos.
129. En la brecha de Anceo.
130. En Freixo.
131. En la parte de Poniente de Oterelo.
132. En los alrededores de Moscoso.
133. En Sincia.
134. En San Adrián.
135. En Ortigueira.
136. En Canedo.
137. En Seneda.
138. En la iglesia de Moreira.
139. En la de Borbén.
140. En Ciervos.
141. En Requeijol.
142. En Fresmo.
143. En la cumbre central de Cerejal.
144. En Couso.
145. En el valle de Manceda.
146. En la bajada de Valiña.

O senso dos tesouros na tradición

Falemos agora no senso destes tesouros das mámoas e dos castros como siño mítico. Perante os aldeáns estes acobillos son:

a) *A imaxe de unha realidade superior.* — A Parroquia galega compónse de catro «mundos» distintos e compenetrados: o dos vivos presentes, o dos ausentes (a parróquia de emigración), o dos difuntos (que se manifesta na Compañía), o dos mouros e mouras que «viven» baixo da terra e poden saír a asoellar os seus tesouros, a mercar nas feiras, a «probar» ou a adoutriñar aos vivos. É «outra realidade».

Para achegarse a ela é mester ir «santo», calisquer que sexa o rito seguido. O ouro é siño do «ben»; con ben ao ben. Emporiso tantas mencións de cousas sagras nos inquéritos. Mesmo no preito Vázquez de Orxas, consta que no 1604 pra abriren a Modea de Mollafariña, un dos que foran «llevaba en un costal la cruz de la iglesia de Gundariz (sic), un círio pascual y agua bendita en una vinajera de la iglesia». Tamén pra cavar na do Porto da Pedra levaban «un crucifijo y velas benditas» e mais «agua bendita» da eirexa.

b) *A vitoria sobre a garda.* — Acadar un tesouro non é somentes acrecentar cun ben a propia facenda; é outer un triunfo. A «realidade soterrada» oponse a que un mortal o logre. Si o foi é vencendo «a garda». Esta vitoria é somellante a do amator medieval fronte ao «gaita» ou nai, no caso de Galicia e de Portugal.

Non é somentes que o mortal entre na posesión de un ben, senon que o logralo derrota a algo; gaña unha loita contra o segredo e as forzas gardadoras do segredo. E... tamén sobre os outros veciños que non chegan ao acobillo. Danse casos; abonda coidar que pode tocarlle a un a sorte, esa sorte que está alí pra quen a teña.

c) *A soidade do pasado.* — O tesouro é unha lembranza do que foi e tamén do que «se-quire-que-siga-sendo». O ouro avencéllase nas ideas do pobo a un tempo vello e felís, a unha primeira idade leda do mundo, do noso mundo. Coma na máis requistada lírica.

Tódalas lendas de tesouros de mámoas, castros ou torres, avencellan ao ontres. Son a taxenta que liga «ao que foi», e o que «foi» está soerqueito pola idea do tesouro e sacralizado polo «encanto».

Como o feito máis lóxico e xurídico, os escribanos de escomezos do XVII escribian ao ditado de Vásquez de Orxas que era de Su Magestad e non de quen o collese fora por traballo ou por «encanto». O «encanto» entraba dese xeito nos modos de posesión.

d) *O resarcimento*. — Cicais poida avencellarse a estas ideas a do «equilibrio compensatorio». Un «terter» do ontres rico co hoxe probe. O labrego pensa que, pase o que pase, ahí enbaixo están os «nosos» tesouros nas mans «déles». Í «éles» son, en certo xeito, algo noso. A senso contrario, os tesouros veñen compensar, equilibrar, como neutralizando no ideal os amargores da vida cotián. Cicais, un día, un teña a sorte...

e) *O ouro como via de exemplo*. — Os mais dos contos galegos de tesouros encádranse antre os apartados de «axuda sobrenatural» ou de «poder e saber sobrehumán» dos repertorios europeos. Como nos contos tipo destes grupos, teñen xogos binarios. *A Trabe de Ouro e a Trabe de Alquitrán* valeu a V. Risco pra unha páxina xurdia. Enxemplo ternario é o de *As Tres Hirmáns* de Pontevedra, que son tres rocas da ribeira. Temos relatos positivos, en que o ben é recibido, e negativos en que se perde o galano ou se recibe un castigo. O mito de Midas encarna este envés do trunfo.

O ouro e o mundo animal

Coido que os prehistoriadores temos que falare moito cos antropólogos do tema dos animalíños que revelan o ouro: as galiñas con pitos de ouro que salen en tantas lendas castrexas, os patos de ouro, os vitelos,... Nunha dobre verquidá, por unha banda na presenza dos animais nos vellos cultos, pola outra nas representacións que se teñen achado e que impresionaron as xentes. ¿Quén

dúvida de que as aves de pezas como a do Tesouro Bedoya, confirman diante dos aldeáns o tema dos «pitos de ouro» e o «re-xeneran»?

Nos procesos consta que se atopou un «pato» de ouro. Escavábase en Amenido por «que era fama pública que dicha mámoa de Amenido tenía tesouro y decían que todas las mañanas de San Juan de cada año veían en ella señales de haber tesoro que eran un hato de gallinas y pollos, los cuales luego desaparecían después que se mostraban».

O ouro e a iauga

A presenza da iauga nas lendas baséase tanto en que tamén ela é un tesouro que se busca, soterraña, como no feito de que nos ríos se collan os baluces de ouro. Mais tamén convén lembrar que na época román os ríos, desviados, xogaron un rol dianteiro nas grandes esprotacións mineiras.

As lendas, as mouras, saen a buscar auga; quen a ofrece pode ter galardón. «Eles» petan no penedo porque teñen sede... En certo xeito vense forzados a saír pola necesidade en percura do sol ou da iauga.

Contos de mineiros

Non sei se nos temos decatado de que a vida de Galicia román tivo catro fasquías: agraria, mariñeira, militar e mineira. Delas, a que mais espantaría ás xentes sería a do traballo baixo a terra, novo, distinto, arriscado, á ves condea (a noite en día) e prémio (onde estaba o ouro). É lóxico que aqueles, forzados ou non, que labouraban nas galerías, soterradas, saísen falando cousas misteriosas. Viñan das entranas da terra, coma os navegantes viñan das trebas do mar. O noso lendário dos Castros é unha *Odisea*, non de navegantes nin de viaxeiros sinon de traballadores das minas. Do tempo dos románs non nos quedan cantos épicos: a épica castreña é a dos moradores, mouras e mouros soterrados, que

saen a asoellar os seus tesouros. Compre ollar baixo dista cavilación, moitas das notas achegadas por V. Risco encol dos habitantes soterraños.

Tesouros do tempo dos mouros

Porque os protagonistas destas narracións son eles: os «mouros» que non quer decir «árabes» senón devanceiros, antepasados, «santos pasados», como din ás veces os nosos paisanos sacralizando as lendas.

Non temos moimento galego nin portugués onde non acouguen. De certo, non se trata de «genios demoníacos» como coidara Murguía. Aveiráronse, en troques, á interpretación válida Martíns Sarmiento e Cuevillas cando sostiveron que néles perdura a memoria dos pobos da Prehistoria e da primeira Historia. É curioso que poida escoitarse aínda en Bande que «foron botados polos románs». No que non hai acordo é en que sexan ou non cristiáns. Mais ben cóidase que non. É o que Risco chamara «a paganía dos Mouros».

E cando decimos «sexan» temos de facer un distingo que compre. Pois, ás vegadas, fálase neles coma se seguiran vivindo; outras veces, foron desbotados. Pro queda un antre lusco e fusco, medeiro, no que se pensa que foron e siguen sendo. A idea de sobrevivir ligase ao encanto. Refírome á lenda dos «Sete dormentes» e outras que teño estudado na *Noción del tiempo è gozo eterno en la narrativa medieval*. A «palabra», ven quebralo:

— «Pra min que eles viven, decía un veciño de Nogueiroa —, soio que teñen as suas palabras, que ábrese a terra e péchase».

O seu diñero é tamén diñero encantado. Cargades co él, chegados á casa, tornouse bosta; guindades a bosta e, calisquer que pase pola carreira, atopa o ouro que vos desbotáchedes. Porque os «mouros» teñen o seu escarño e o seu maldizer.

E inda quedan as serpes; e o troque de pobacións da Oestrimida ao chegaren os saefes, o relembro totémico, o monstro gardador do encanto, é a tentación...

Carré ten recollido, antre os seus *Contos*, dez lendas de castros e «mouros». Compre leelas. Non podo determe, que queda moito por falar.

Os tesouros na Historia

Si dende os «brincos de praca» do eneolítico, o ouro brila nas testemuñas que nos restan dos pobos primitivos, o ouro e, polo xeral, toda a minería, decidiron logo a nosa primeira Historia: o pulo e a toma de Tartessos, o mito das Espérides, o descubrimento de Galicia, as navegacións gregas e púnicas, a conquista e dominación román de Galicia, a situación nela das Lexións e, mesmo, a incursión na Tarraconense...

Cando se cifra en Kolaios a idea do descubrimento de España e nela o da Gallaecia, o texto de Posidonio en Estrabon, despois de aludir aos fenicios de Gadir que tiñan, deica entón pra eles soios, o comercio das Cassitérides, fala no ouro: «Antre os Artabros, que viven na extrema Lusitânia — di a *Ora Marítima* — cara o Oeste e o Norde, ten a terra efroescencias de prata, estaño e ouro branco, que é ouro mesturado con prata. Estas terras son alastradas polos ríos, e as mulleres, logo de amasar as areias, lávannas en cribos tecidos ó xeito dos cestos».

No primeiro escrito da nosa Historia están xa non somentes a minería e o ouro, senón as aureanas. Abonda a comparanza distas notas cas que dá pra o sul pra abranguermos o senso dos mineiros e da súa explotación nas nosas comarcas.

A xeira de Decio Junio Bruto, o Callaico, ao N. do Douro no 138 antes de Cristo, xúnguemos a Roma. A aproveita de minería escomenza a partir do procónsul da Ulterior Publio Craso (96-94 a.). Ela da a chave das guerras cántabras, da presenza das lexións X e VII e cicais da VI Victrix, da ala II Flavia, das primeiras cohortes de celtiberos e galos...

Eiquí entrarían, se tempo houbera, as mencións do ouro galego nos escritores crásicos.

De Justino, o abreviador de Trogo Pompeio, recolleríamos que o arado soerguía moitas veces o ouro ao abriren os sulcos, e que no Mons Sacer, somentes se collía o que deixaban ao descuberto os raios nas tempestades. O ouro galego brila nos versos de Marcial cando ofrece a Caio «todo ouro que o astur arrinca das entranas da Galicia», ou cando chama aos callaicos «auríferas xentes». Unha

copa gábase de ter sido labrada en curo galego; outra, contra Carino, ponse a carón das obras de Fídias, Mirón e Praxiteles.

Obra dos ourives da Galicia, era tamén no De Bello Púnico, pra Sílio Itálico, «o escudo de Anibal». «O avaro astur que sabe pola súa desgracia, entrar nos fondos tobos da terra para saír deles tan amarelo como o ouro que dalí arrinca». «...lidaron contigo o rico Pactolo, o Douro e o Texo, e ise Lethes que arrousa as súas brillantes areias polo país dos Gróvios, lembrando a estas xentes o río do esquecemento...». En Claudiano espéllanse as loitas polo ouro. Floro, Lucano, Mela... ofrecen outras testemuñas. De todolos tesos, o de Plinio é o de meirande intrés pro estudo das esprotacións na época román.

Lendo como describe as montañas onde se pecha o ouro — ardigas, desinzadas, que pra ningún cultivo prestan — lémbrense axiña os escalvados lugares do Bierzo ou das vosas montañas. Logo pondera a dureza das rocas que teñen de sere britadas ca axuda do fogo e do vinagre. Longos tobos furaban os montes. As pías facíanse cair logo, pra que o monte viñese abaixo e a iauga arroúsase as pedras. Os ríos encorábanse en canles, que tiñan corgos pra represalos e que apousasen as borras; logo aproveitábanse pra ser deitados, en ferverza dende o outo pra crebar as rocas. As presas facíanse con feixes de herbas espiñentas — cicais os toxos — e antre as follas recollíanse os graus meirandes («palacras»); os pequenos apañábanse cando eran queimados os feixes; chamábanse «baluces».

A veira dos nosos ríos, os grandes aproveitamentos mineiros. No Miño, ourense (Auriense) leva no mesmo nome o sinal do feito que o fixo xurdir como sede no sul da Galicia interior. Perto de Ourense, entre Barrantes e Ribadavia, unha cadea de esprotacións; outra, a carón de Salvaterra, terra adentro, a de Maceda. Nas veigas do Sil, os meirantes mineiros de España, que testemuñaran as Médulas do Bierzo cas súas titánicas cavas (200 millóns de m³.); a formación do Lago Carrucedo o desvío fluvial no túnel de Montefurado. Aproveitos en Finlledo, Espinaredo e Veguellina. Mais de catro toneladas de ouro ao ano saían pra Roma. O N., os de Asturias, deica o Rañadoiro. E logo, eiquí, ben perto do lugar onde

nos axuntamos, os mineiros do Val do Tâmega, de Vilapouca de Aguiar, de Chaves e de Braganza. E deica o S., os auríferos ríos cantados por los poetas.

Os ourives do tempo dos castros

As xoias que nos versos de Marcial podían porse en parangón cas dos mais famosos artistas saían das mans de ourives de Gallaecia. Escoitemos a Cuevillas cando soergue a laboria destes homes que traballaban nun ambiente guerreiro, mineiro, rural «pra ricos do tipo do lusitano Astolpas, sogro de Viriato, pra nobres como o Coronero de Briteiros que facía estampar o seu nome na lumieira da porta do seu casal, pra guerrilleiros e soldados de fortuna que, con eles, serían figuras punteiras de aquela sociedade ruda e primitiva...» Artistas itinerantes, viaxeiros, cos seus talleres ás costas, de mercado en festa. Moitos achados teranse feitos nos acobillos en que esconderon as suas xoias. E saíron polo mundo, «soio alá nas fronteiras da Xermania, as faleras de Lauesforteim lembran a un artista do noso país. O ourive que as firma chámase Medamus; este nome que, pese ao seu celtismo nin é galo nin xermano, ímolo atopar ben representado no Convento de Brácara, onde figura nos epígrafes de Cadós, das Caldas de Vizela e da Citânia de Briteiros». Perdoade a longa cita; Cuevillas, como Blanco Freixeiro, como tantos prehistoriadores vosos e nosos, é un artista da fala i enche de emoción estas lembranzas de un arte que tanto tiña de influir no dos tempos visigóticos e no primeiro románico.

As xoias castreñas

En comunicacións a anteriores coloquios celebrados nestes Portugal fraterno, com o memorabre de Arqueoloxía do Porto en 1966, teño falado encol das xoias castreñas. López Cuevillas, Carro, Santos Junior e Blanco Porto as investigaron de xeito exemprar. Hoxe farei unha mui curta referencia, que xa sobardei moito o tempo xenerosamente concedido.

A variedade é a nota distintiva da orfebrería galaica na prehistoria e na época dos castros. Reflexo fidel do espírito de pobos e tempos, nela atopamos os dous rostos que ofreceron a siguen ofrecendo as nosas terras, as dúas constantes que se manteñen, vizosas, convivindo en milenios de tradición artística. De unha banda, o laimo polas formas amplias, compridas, as liñas círcias, os volumes craros, en magnitude, alleos ao decorado ou con decoración moi sobria, a nobreza dos materiaes... E o que nos ven da cultura dolménica e do eneolítico, o que atoparades no granito dos moimentos megalíticos e, tamén, nos vasos, nas manillas, gorgueira, cuncas e pieite das coleccións do Museo de Pontevedra. De outra banda, a liña que prefire a decoración miuda, o primor, mellor que o volume, as feitura requintadas, o miniaturismo das filigranas: Foxados, Irixo, o tesouro Bedoya sobre todo. Deste arte, do da cultura dos castros, arrinca o surco que vai ao visigótico, ao protorrománico, que inza no medievo e que perdura, deica hoxe, na artesanía popular.

«Para las gentes de los castros galaico-portugueses — di Blanco Freixeiro —, fue la orfebrería un arte de grandes vuelos en el que nos dejaron la muestra más depurada de su gusto exquisito. En su lenguaje de formas advertimos cómo, unas veces, domina la expresión de fuerza, de tensión, de claridad; cómo, otras, en cambio, se busca el movimiento, la variedad, el juego. Pero tanto en uno como en otro caso, las creaciones de esta orfebrería son testigos mudos en el mismo sentido y medida que todas las obras del arte celta, del arte de este pueblo que no conoció sosiego ni la paz duraderas; que en sus correrías por media Europa alcanzó victorias resonantes, pero infructuosas, sufrió amargas derrotas y vivió en permanente zozobra. Sus joyas lucen hoy en las vitrinas de los museos y nos hablan de su fantasía y de su buen gusto, pero no dicen una palabra, ni alegre ni triste, de la turbulenta existencia de sus creadores».

No arte castrexo perduran formas do bronce, a carón das aportacións hallstáticas: o brazalete de Estremoz, obra prima de un xenio da ourivesaría é a mostra do legado recibido e das posibilidades que se abrían a o tempo novo.

Antonio Blanco ten establecido nidiamente a cronoloxía das xoias castreñas. Nun primeiro andar (475-300) as xoias están perto

da técnica sobria, son lisas ou con decoración incisa ou repuxado-estampada; nunha segunda fase, que acada o século I (temos datado o tesouro de Bedoya por terse atopado con él un aureo de Domiciano) as xoias teñen decoración de boliñas, glóbulos, cordóns entrelazados e filigrana. O mesmo Blanco recoñece que se non pode establecer un rexo esquema temporal porque se atopan xuntas unhas e outras.

Eiquí, si o tempo dera pra tanto, houbéramos sinalado a tipoloxía. A das lúnulas. A dos brazaletes, gallonados (Moimenta, Lebução, Melide), con fochiñas i esférulas (Toén, Chaves, Carantonha, Évora, Lebução, Estremoz). Os brazaletes ou colares tesos, de grande abertura con peza solta pra fechalos do tipo da «axorca da Moura». Os amuletos, como os do Instituto de Valencia de Don Juan. As diademas, que acadan o seu cume cas de Ribadeo (Arqueolóxico, Instituto de Valencia de D. Juan). Os torques de remates en landra, en conos investidos, de anforiña, con decoración ou sin ela, non soio nos remates, sinon na vara. As arracadas, a carón das do influxo mediterráneo (Monsanto, Burela), sinxelas (Masma, Recouso, Burela,...) con apéndice triangular baixo a media lua (Laundos, Povoa, Afife,...), con blóbulos repuxados nos triángulos (Irixo, Carvalho, Vilar de Santos, Anta, Briteiros,...).

A grande e xeral escavación do século XVIII

Botade agora un ollar a esta relación de mámoas e de achados E un extracto moi curto do que se sabe dos poucos lugares en que interviu a xusticia. Porque tendes de saber que no primeiro decenio do XVII, no abrente do Barroco, pasaron de tres mil as escavacións feitas na Galicia cando aquel licenciado Vázquez de Orxas acadou o Real Privilexio e os señores, os abades e os labregos en cada xurisdicción, onde poideron e os deixaron, ó amparo dos señoríos ou as furtadelas, removeron a terra por tódolos rincunchos do país, o que fixo perder milleiros de xoias, antre a mais chenchu frieza dos historiadores e anticuarios. A carón da refenda do *Cipriánillo*, que denantes vos paséi, mirade agora a relación tirada do «expediente» de Vázquez de Orxas, que extractou Martínez Salazar.

Incruímos nela mámoas e castros; os escribáns do XVII non distinguían moito:

MAMOAS

- MAMOA DE AMENIDO. San Martiño de Pazos. — Terra de Gaèoso. — Folk.: Pitos de ouro.
- MAMOA DE ANAFREITA. — Mun. de Pol. Lugo. — Monedas de ouro. «La moneda tenía cuatro caras cada una de ellas» (Sic. dos caras). «Un pedazo de cosa como de metal que no sabe si es de oro». «Una pieza como de hechura de un machado» que era de metal. Pedra con escudos e letreiros.
- MAMOA DE BUDIÑO. — Feligresia de Santa María de Budiño. — Perto de Sigüeiro. — «Mámoa de grande tesoro».
- MAMOA DOS CASTELOS. — Friol. — Lugo. — Bolas y pedazos de oro macizo. — «Gran cantidad de oro en piezas y moneda».
- MAMOA DE COTO DO HOME. — San Vicenzo de Argozon, Chantada. — Moi alta — «Un menino de oro, que le se había quebrantado un brazo».
- MAMOAS DAS FORCADAS DE SENRA. — Oseira. — Abertas no ano 1607.
- MAMOA DE FOXO DE MOREIRA. — Orcellón. Lugo.
- MAMOA DE GANDARA DE ARCOS. — Valladares — Vigo. — «Dos bolas» que tiraran.
- MAMOA DO GOLPE — Grixalva. Sobrado. Coruña. — «Muy gran tesoro de oro».
- MAMOA DO LEBOREIRO. — Fonte do Fío. Jurisd. de Andrade. — «Un pato de oro».
- MAMOAS DO LOURO. — Monte do Fíio. — Feligresia de San Bréixome de Parga.
- MAMOA DE LOUSIDO. — Terra de Villarino. — Entre el Castelo de Santa Cruz e o Monte Pigra. — «Gran tesoro de oro».
- MAMOA DO MARCO DE COUSO VELLO. — Santa María de Brañas. — Encomenda da Barreira. — Como arqueta. — Letreiro. — «Cantidad de oro en bolas de oro».
- MÓDEA DE MOLLA FARIÑA. — Feligresia de Casas. Vilalba. — (?).

- MAMOA DE MONTE VICENTE. — Grixalba. Sobrado. — (?).
- MAMOA DE MOURENGOS. — San Martín de Armental. —
Tierra de Mesía. — «Piedra redonda de oro». — «Bolilla redonda de oro». — «Oro en un bollo».
- MAMOAS DÁS NEGRADAS, DAS LEBRES OU REZA. —
Negradas, cerca de Foxados. — «Un jarro vidriado garrido y un como espumajo». — «Una figura toda de santo, como de oro». — «Que tenía en la cabeza a manera de corona como un real de a ocho», en «un cofre pintado», «de metal». — «Tres piezas a manera de escoplos de carpintero».
- MAMOA DE NOGUEIRA. — Santa María de Nogueira. —
Chantada. — Tres libras de ouro.
- MAMOA DE PARAÑOS. — Grixalba. Sobrado. — «Pedras grandes».
- MAMOA DA PENA DE LEBRE. San Xiao de Lardeiros. —
Castro. — «Una cántara y ollas... la mitad de ellas con dos asas»... «Como las de tener agua...».
- MODEA DE XUNTO DO PORTO DA PEDRA. — Villalba. —
Folk. — Deitárase unha vaca e levantárase con manchas brancas.
- MODEA DE OSEIRA. — Abríranse trinta e unna no ano de 1609.
- MODEA DE LAMAS. Chantada — Lugo. — (?).
- MODEA DE LOMBO DE FONTAN. Caldas. — Castro de Segude. — «Piedras que no eran piedras ordinarias». —
* Folklore.
- MODEA DE MELIDE. — Moitas foran violadas denantes de 1610.
- MODEA DO LUGAR DO PEREIRO. San Xiao de Cumbras. —
Coto de Sobrado. — Un xogo «de bolos», «doce bolos y dos bolas» y un «juego de argolla tambien de oro, argolla y bolas y manoales».
- MODEA DE PORTO AGUIEIRO. Anxeriz.(?).
- MODEA DE PRADELA. Santa María de Foxados. Sobrado. (?).
- MODEA DE RAÑALONGA. Feligresía de Brión, coto de Montouto, Jur. de Altamira. — Aberta en xaneiro de 1609.
- MODEA DO REGO DO COUTO. — Feligresía de Malos —
Mellide.

- MODEA DE REIGOSO. — Antre as xuridicións de Sampaio, Friol e Mirás. (?).
- MODEA DE RODEIRO. — Abríronse corenta e catro na xurisdición no ano 1609.
- MODEA DE TEIXIN. — Santa María de Malos. Boente, Dubra. — Modorra de pedras... «grandes, levantadas con outra pedra grande por cubierta».
- MODEA DE TROAN. — Santa María de Aldán, Baños. — Monte de Cubela. — «Una mamoa como casa debaixo de terra echa de ladrillos... en grande altura».

CASTROS

- CASTRO DE LAMELA. — «Cinco o seis pedras de altura de cinco palmos, las cuales pedras de la parte de abajo están juntas las juntas». — «Mucha hacienda de oro y plata».
- CASTRO DAS SEIXAS, Uz, Leboreira. — Mamoas de Castro das Seixas. — «Piedras altas y anchas como de medio estado de hombre a manera de pincho de zapatero».
- CASTRO DE SAN ANDRÉS DE COMESAÑA, Vigo. — Decra-racións de que inda non estaba aberto en 1610.
- CASTRO DE SAN PEDRO DE MATAMA. — Vigo, Pontevedra. — Aberto en 1608.
- CASTRO DE SEGADE, Penaflo, Caldas. — Aberto en 1610. — Querían sacar dela «un madureiro (?)». — Folk.

TORRE

- TORRE DE FREAN. — Un tesouro nun dos muros. — 1603.

O que resta

Non embargantes, duas vizosas colleitas de xoias téñense axuntado na Galicia, agás das pezas que teñen os Museos de Madrid e das outras que perduran en poder de particulares.

A primeira foi formada por Don Ricardo Blanco Cicerón, meritísimo compostelán, bo coñecedor das antigüedades galegas Abrangue, 39 exemplares, agás anacos soltos, tanto do bronce como castrexos; deles 16 torques e 12 brazaletes. Foi de recente adquirida por Don Alvaro Xil Varela, xeneroso benfeitor dos Museos da nosa terra, e agardamos que axiña sexa esposta en algúns deles.

A outra é a que axuntamos no Museo de Pontevedra. Ten 59 piezas. — aparte anacos soltos, tan variadas que pode ofrecernos o repertorio íntegro das formas do bronce e dos castros con algúns exemplares únicos. Fórmana os tesouros de Golada, Caldas de Reis, Foxados, Bedoya e sete pezas varias. Ten 33 brazaletes, 10 torques, 2 pares de arracadas e outras 2 soltas, 2 colares, 2 aros, 2 cuncos, 1 diadema ou brantea, 1 xerriña e 1 pieite.

Inda que se axuntaran as dúas colleitas non acadaría a riqueza do voso «Museo Leite de Vasconcelos», cuio Director vai honrarmonos agora cas súas verbas, e faltarían sempre as pezas-chave: o brazaletes de Estremoz, o torques de Vilas-Boas, a diadema de Ribadeo o remate de Santa Trega.

Compriría, de remate, unha longa risca de nomes, chea de gabanzas pra cantos estudaron a ourivesaría castrexa. Comenzaría en Villaaamil e Castro, seguiría con Leite de Vasconcellos, Gómez Moreno, Severo, Heleno, Fontes, López Cuevillas, Bouza Brey, Do Pazo, Cardozo, Fernando da Almeida, Santos Junior, Lourenzo Fernandes, Blanco Freixeiro,... Una longa nómina onde os prestixios portugueses van, de mans dadas, cos nosos eruditos galegos. O mesmo ouro nos mesmos ríos; ouro dos mesmos saberes, aquí e alén Miño. Este xuntoiro e tamén unha ofrenda á memoria dos que nos deixaron e un azo novo pros que siguen, perto de nós, mozos ou bellos, o seu maxisterio.

Intervenções

Prof. Santos Júnior

Considera o tema desta comunicación do maior interese.

Ao valor intrínseco do tema há que juntar a erudição com que foi desenvolvido e o brilho com que foi tratado.

Foi, sem dúvida, grandemente desenvolvida a indústria dos auríferos castrejos, atentada pelo grande número de achados de que há notícia. Quantos teriam ficado no segredo dos seus achadores e dos ourives, que ignaramente, derreteram nos seus cadinhos tantas e tantas jóias castrejas.

Outro aspecto da ourivesaria castreja é o da riqueza ornamental de muitas peças e a beleza e sumptuosidade de algumas como bem o atesta o notável torques de Vila Flor que o Prof. Santos Júnior com o seu Assistente Dr. Osvaldo Freire, teve o ensejo de estudar em primeira mão.

Referiu-se à necessidade de publicar um *Corpus* das jóias castrejas que se conservam em alguns museus nacionais.

Alude à precisa e ampla colecção de jóias castrejas existentes no Museu de Pontevedra, que formam um verdadeiro e rico tesouro.

Dr. Fermin Bouza-Brey

Lembra o torque minhoto de Vila Flor estudado pelo Dr. Santos Júnior. Expressa como o ouro intervém nas lendas populares, como médio moralizador quando são oferecidos pelas «mouras» dos castros objectos diversos às gentes da freguesia, baixo certas condições, que se são cumpridas transformam fagicamente tais objectos em ouro, e, do contrário, são convertidas em carvão. Por fim assinala na toponímia da Galiza certos castros chamados de Ourille, lembrando antigas explorações auríferas.

Dr. Joaquin Lorenzo Fernandez

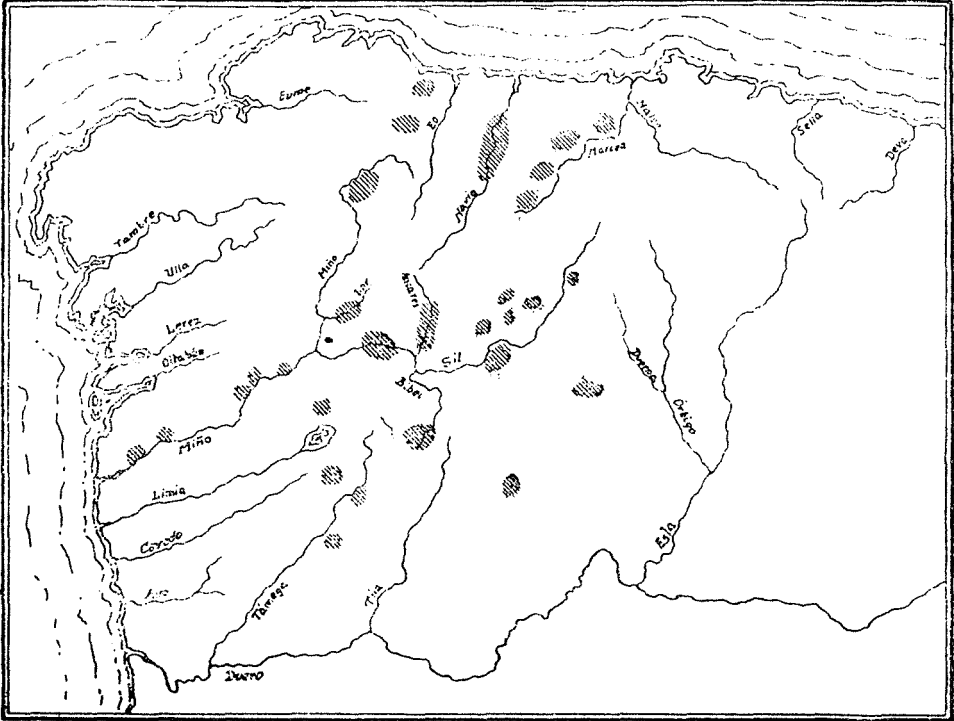
Em Lobeira, Ourense, há um penedo à beira do rio, na ponte Avedela, no que vive uma moura que baixa ao rio com um cântaro e dá de beber ao viandante sedento.

P.º António da Eira,

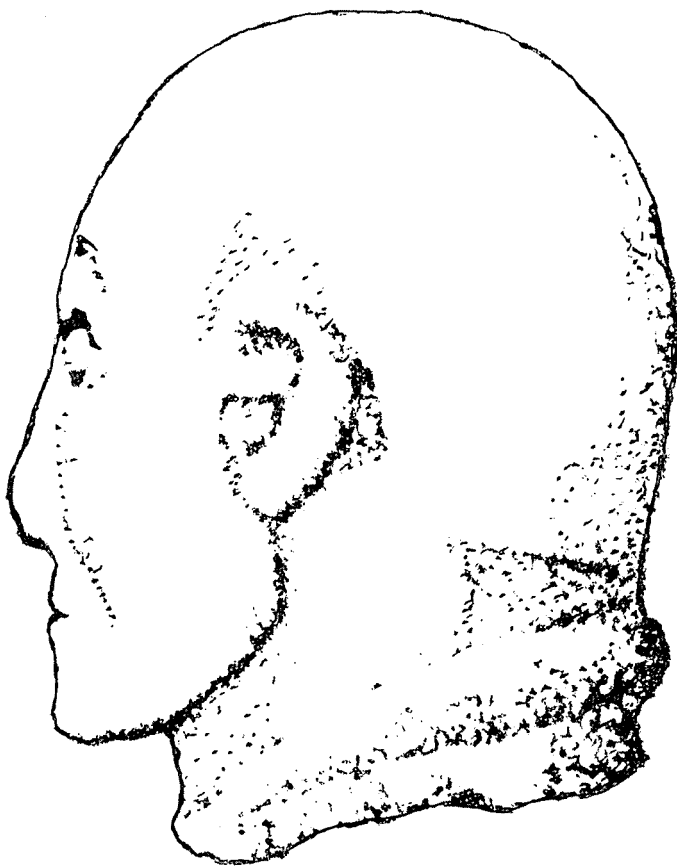
Na aldeia de Pomarelhos, freguesia de Torqueda, há uma lenda que nos fala de uma moira encantada, que sai transformada num bezerro de oiro.

Um dia um homem foi vê-la; à saída da ponte, pronunciou a palavra «Deus».

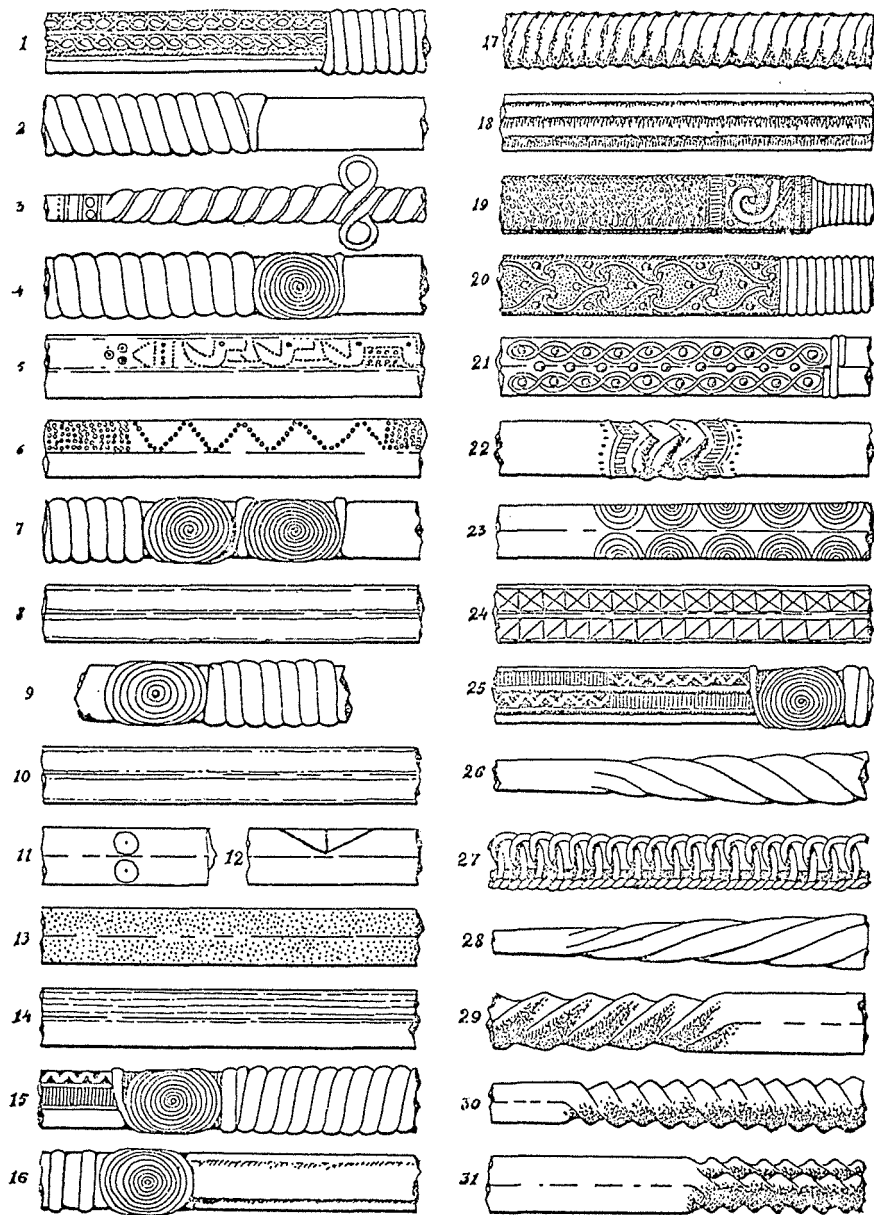
Sentiu uma bofetada e ficou sem o tesouro.



Distribución dos restos de explotacións auríferas de época romana na Galícia, según Cuevillas.

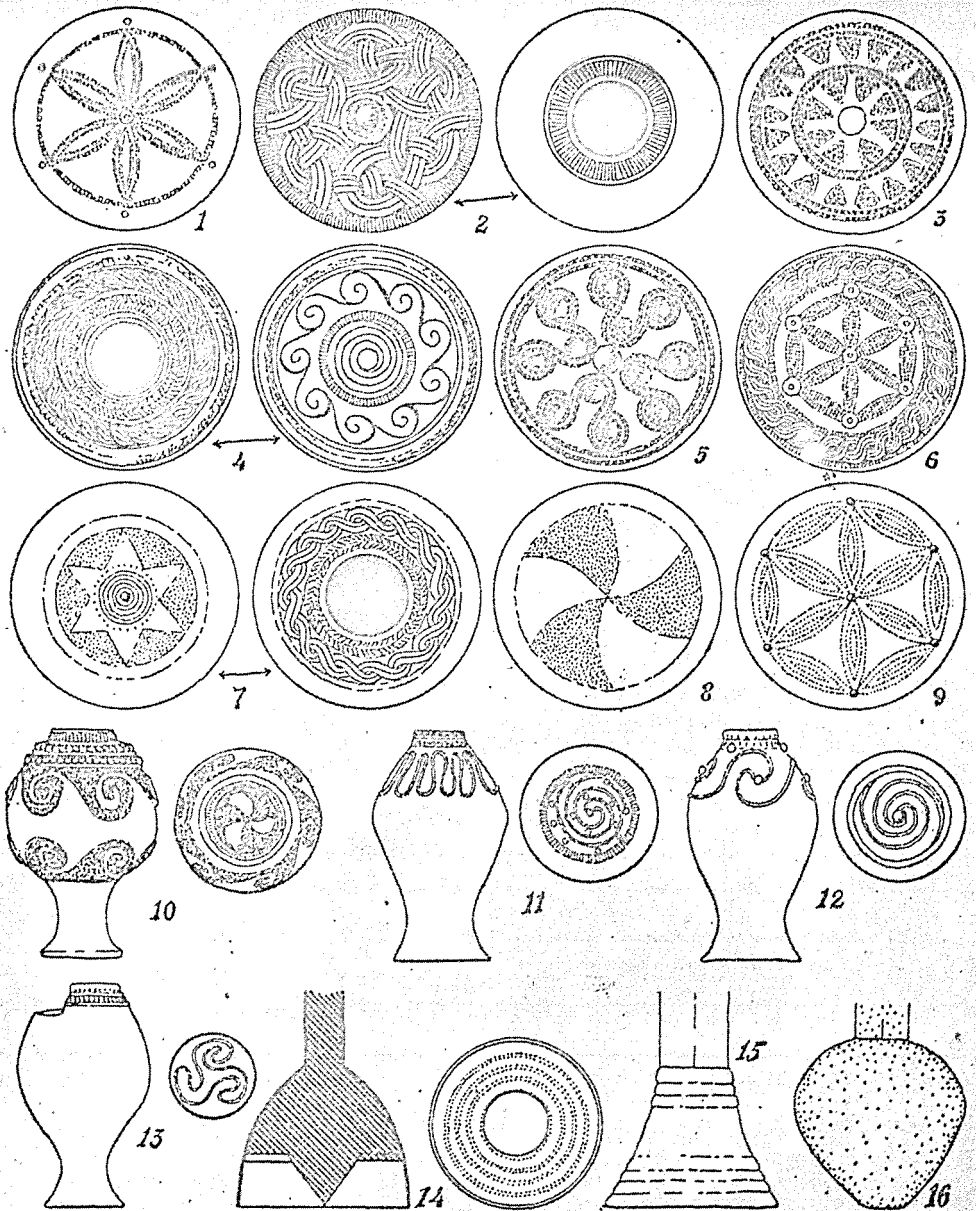


Cabeza castrexa de Rubiás con torques.



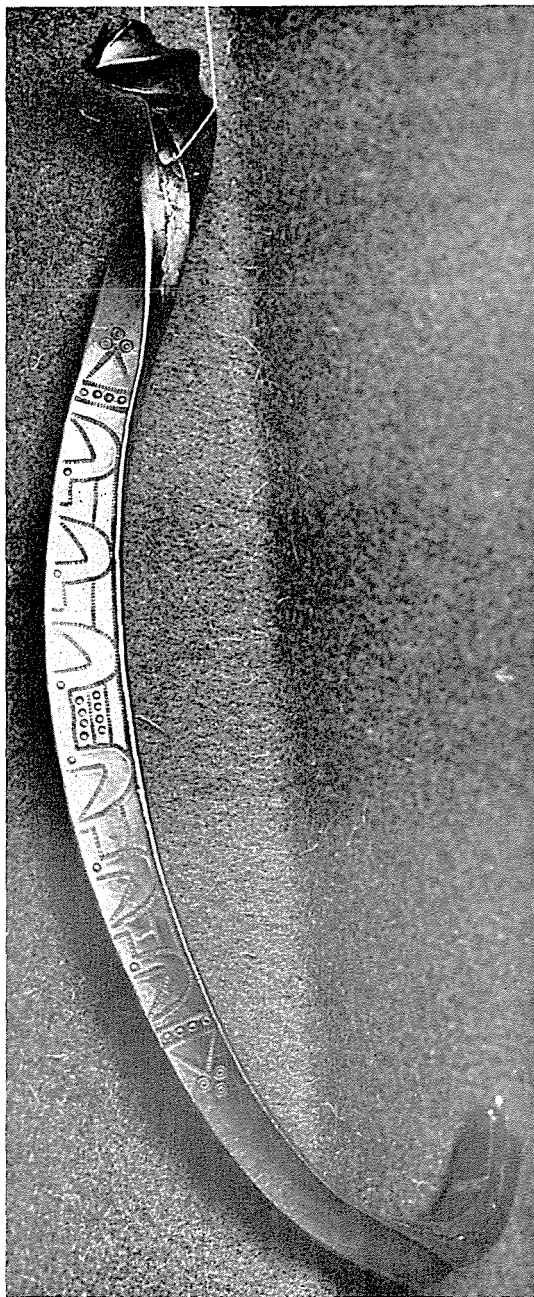
Decoración das varelas dos torques, según Cuevillas.

- 1 — Marzán; 2 — Recadieira; 3 — Mondoñedo; 4 — Viladonga; 5 — provincia de Lugo; 6 — ídem; 7 — Centroña; 8 — Foxados; 9 — ídem; 10 — ídem; 11 — San Lorenzo de Pastor; 12 — Rendar; 13 — Capelada; 14 — Cangas de Onís; 15 — ídem; 16 — ídem; 17 — Santa Tecla; 18 — ídem; 19 — Lanhoso; 20 — ídem; 21 — Masma; 22 — ídem; 23 — provincia de Orense; 24 — Lebução; 25 — Langreo; 26 — Cortinhas; 27 — Bagunte; 28 — ídem; 29 — ídem; 30 — ídem; 31 — Astorga o Cangas de Tineo.

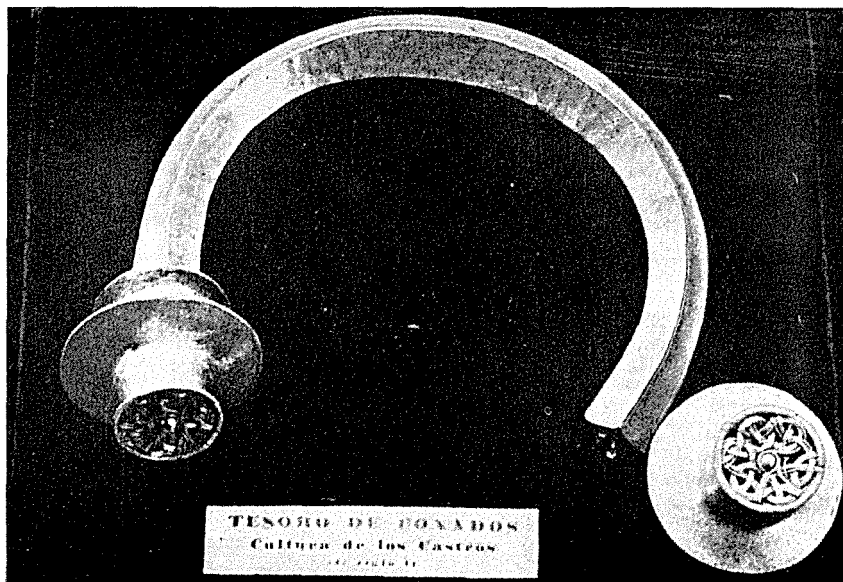


Decoración das cabezas dos torques, según Cuevillas.

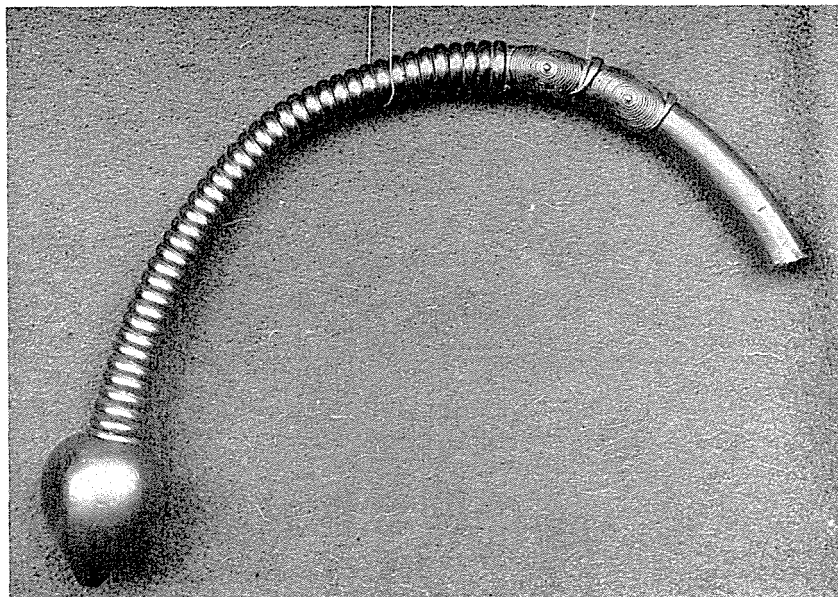
- 1 — Provincia de Lugo; 2 — Foxados; 3 — Cangas de Onís; 4 — ídem; 5 — ídem; 6 — Lebuçãõ; 7 — Langreo; 8 — Estela; 9 — Codeçais; 10 — Santa Tecla; 11 — Lanhoso; 12 — ídem; 13 — Tourem; 14 — provincia de Orense; 15 — Bagunte; 16 — Serra da Capelada.



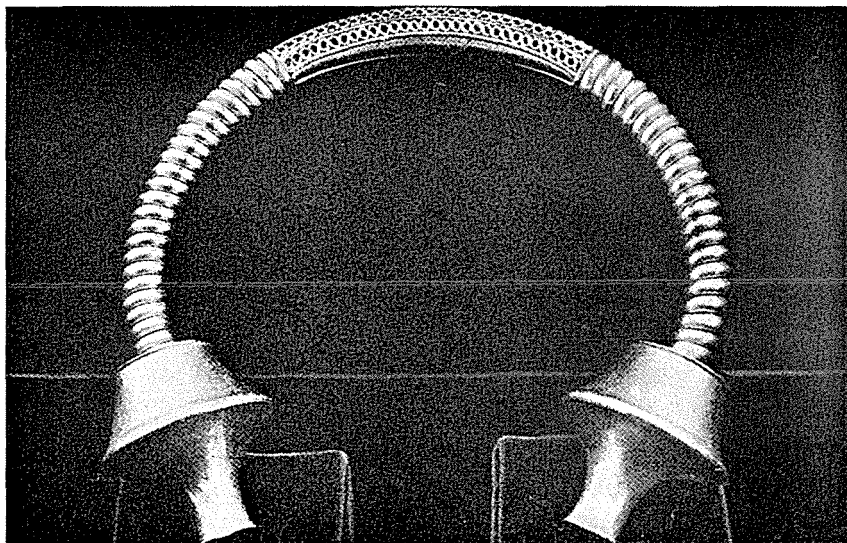
Torques con decoración de aves da Col. Blanco Cicerón.



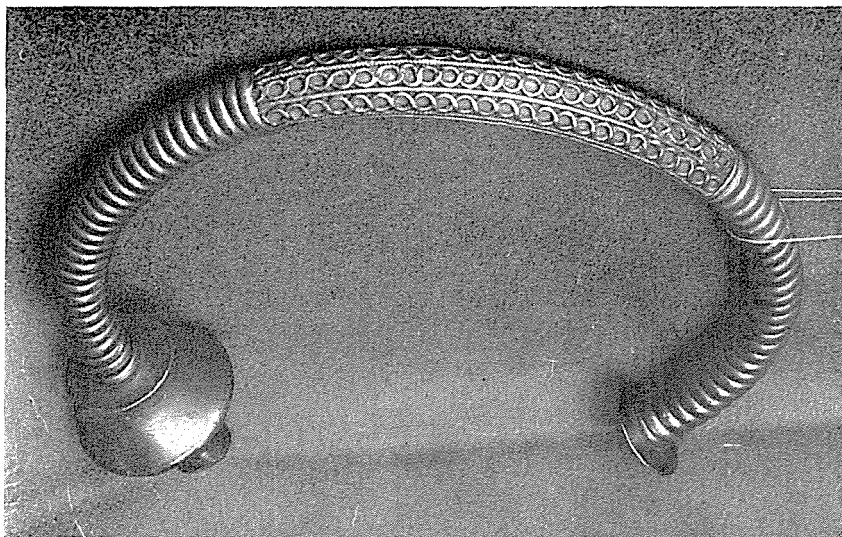
Torques do tesouro de Foxados — Museo de Pontevedra.



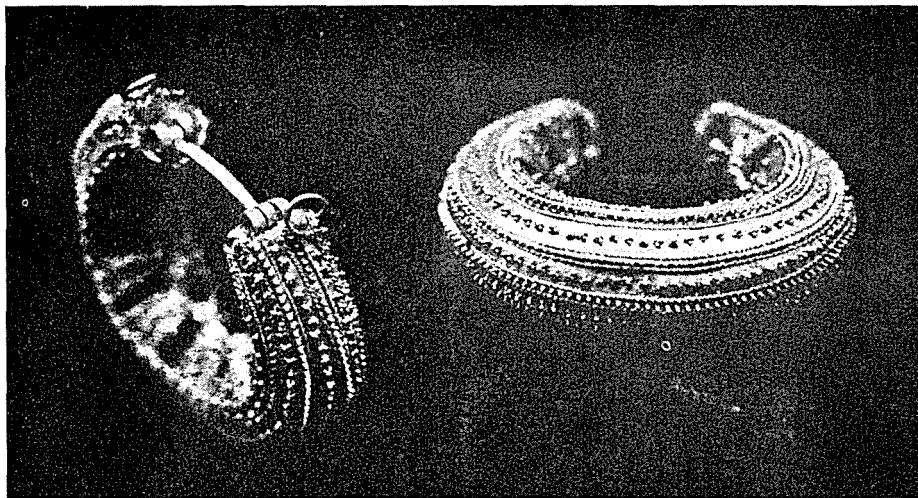
Fragmento de Torques. Col. Blanco Cicerón.



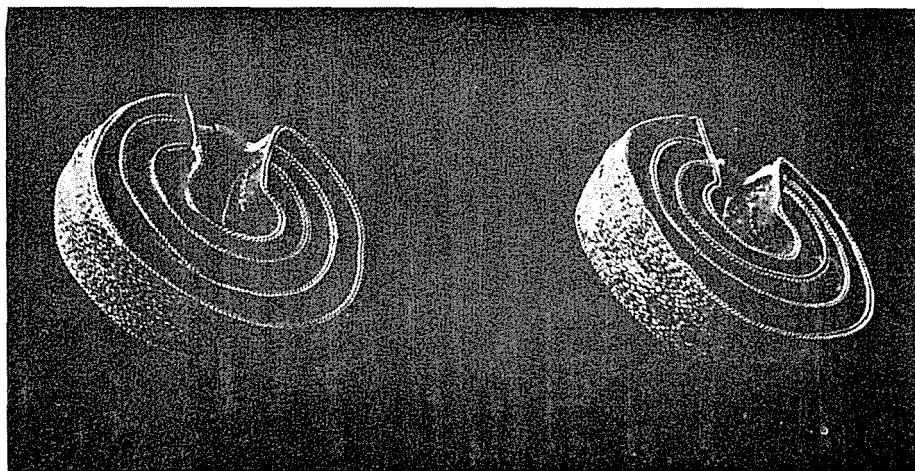
Torques de Burela (Viveiro).



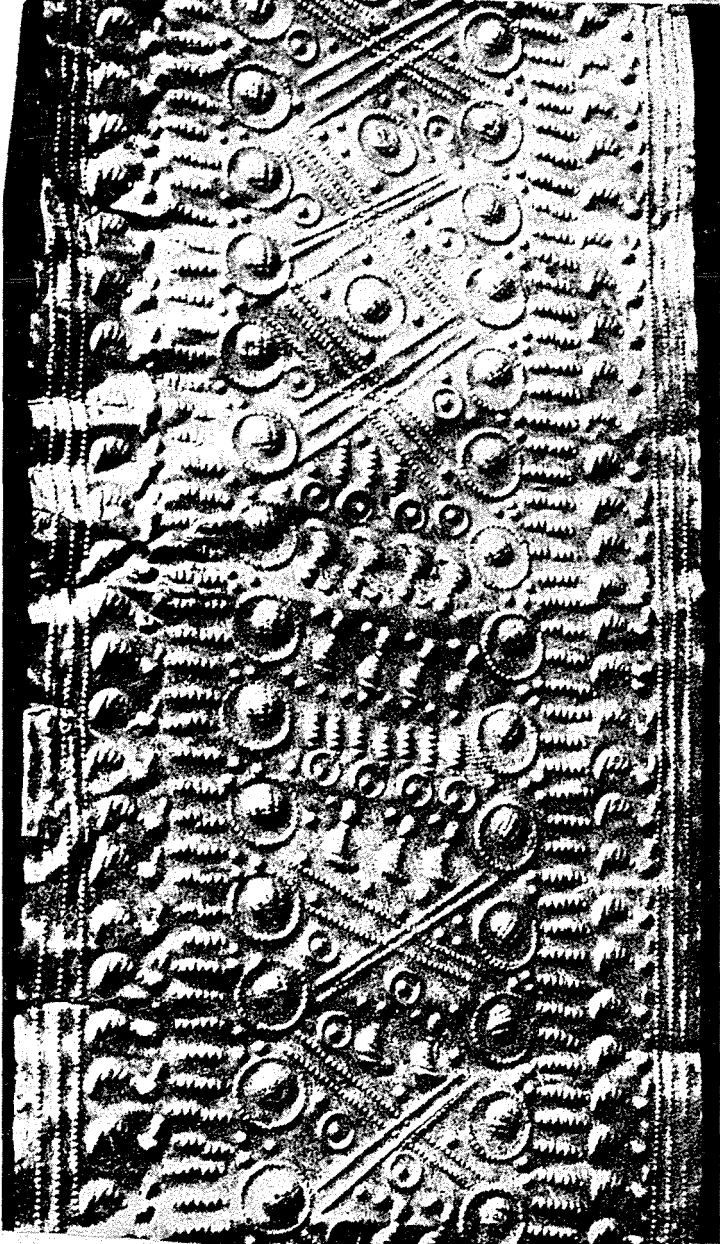
Torques da Col. Blanco Cicerón.



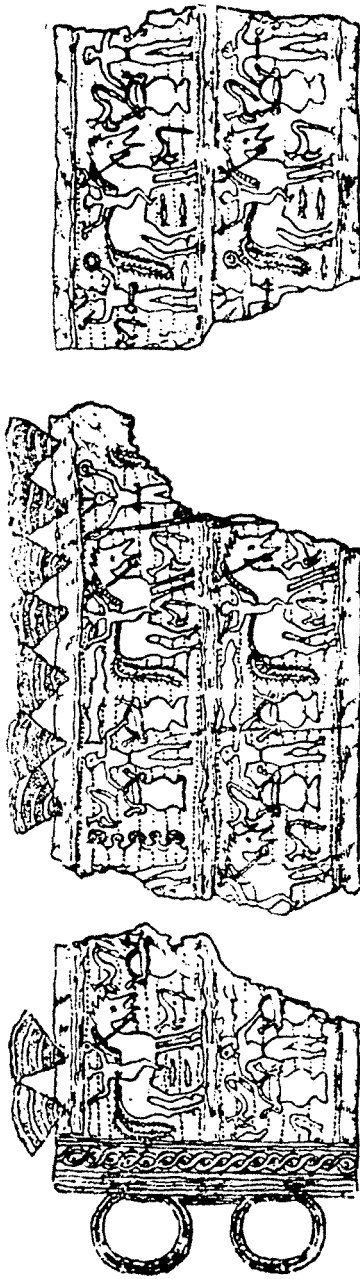
Arrecadas do tesouro «Bedoya» — Museo de Pontevedra.



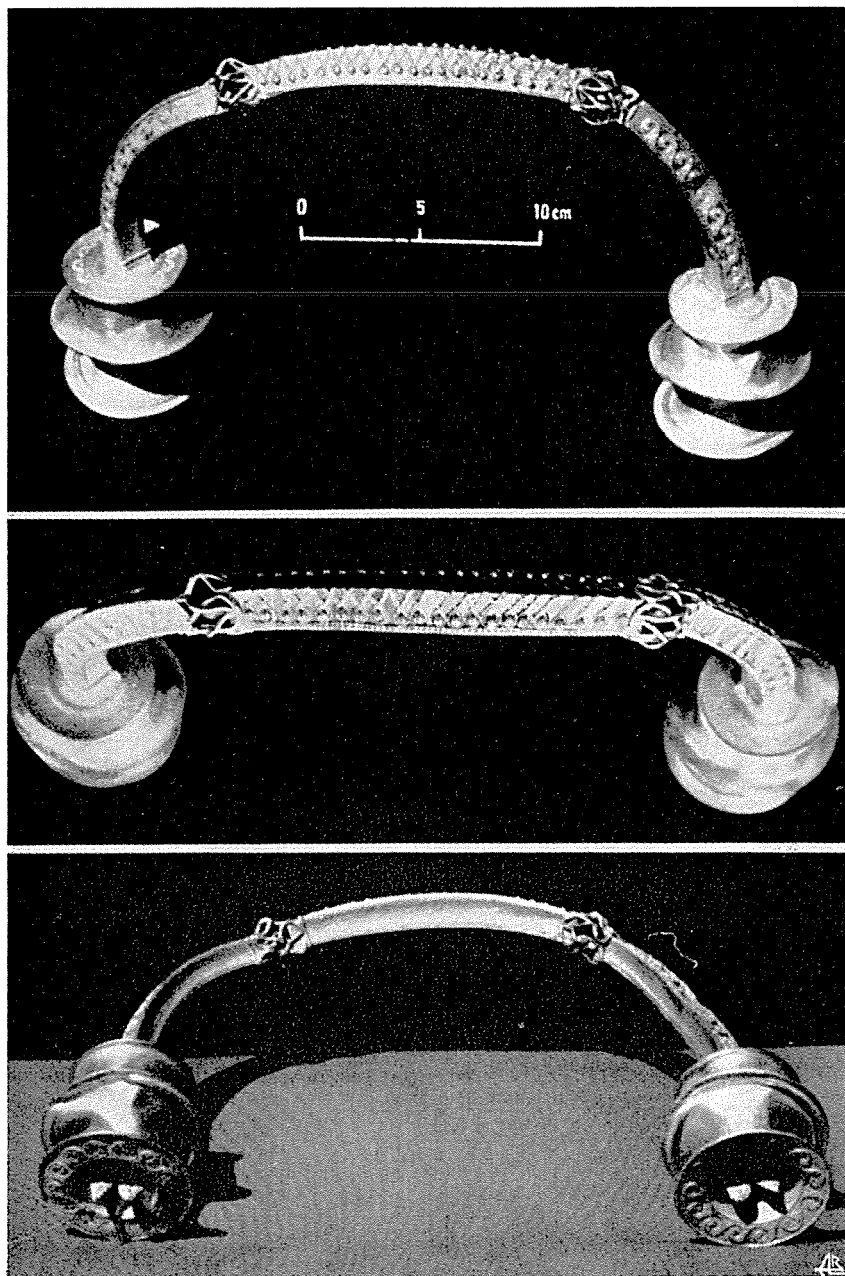
Arrecadas do tesouro «Bedoya» — Museo de Pontevedra.



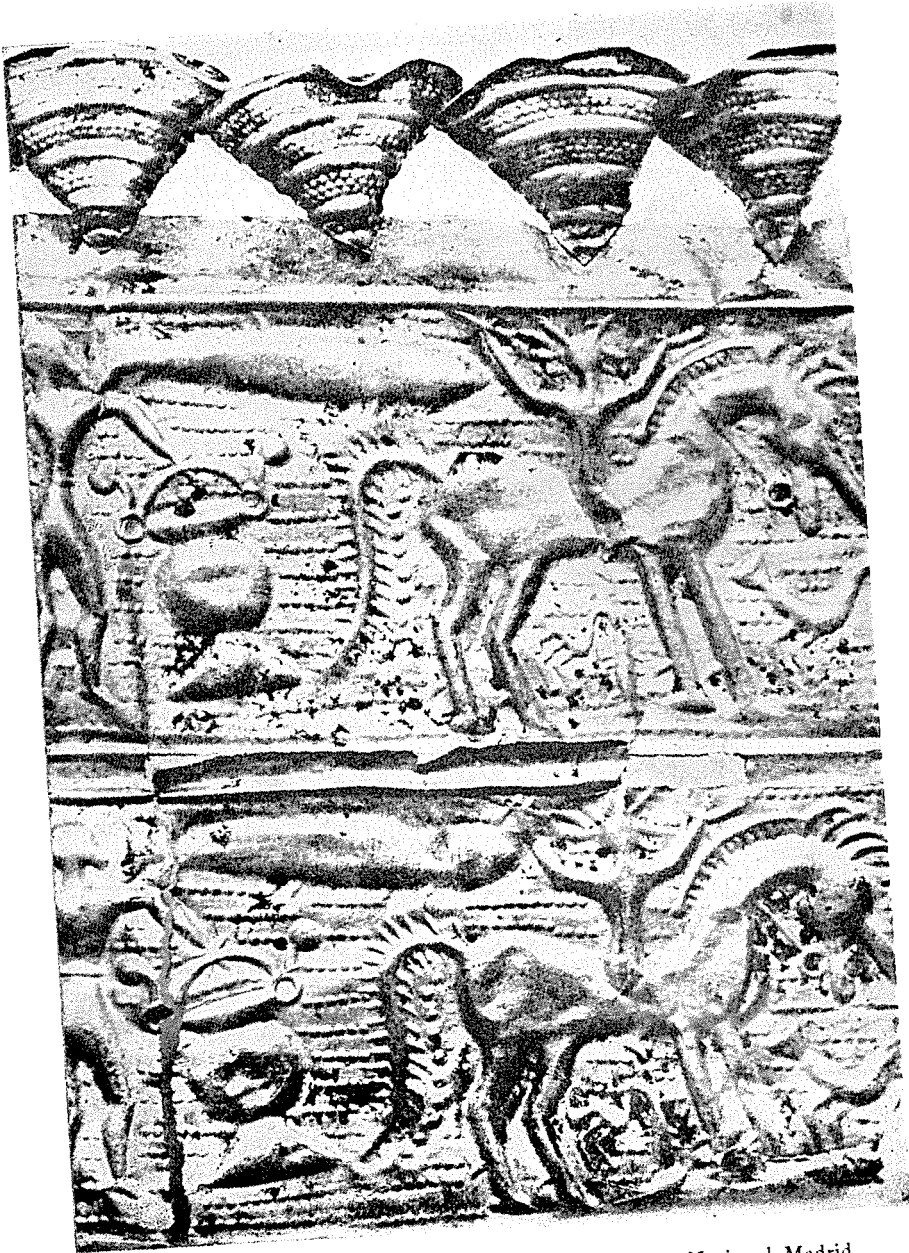
Brantea do tesouro «Bedoya». Fragmento — Museo de Pontevedra.



Diadema de Ribadeo — Museo Arqueológico Nacional Madrid.



Alguns aspectos do torques de Vilas Boas (Vila Flor).



Diadema de Ribadeo pormenor — Museo Arqueologico Nacional Madrid.

Características e particularidades dos Castros dos arredores de Compostela

POR

Fermin Bouza-Brey

Director da Secção de Arqueologia do Seminário de Estudos Galegos
Padre Sarmiento (Santiago de Compostela)

Esta comunicação de grande interesse quanto à estrutura, tamanho e morfologia dum certo número de castros da região compostelana, foi brilhantemente apresentada no dia 7 de Outubro de 1972.

O seu autor, por ter adoecido gravemente, não pôde apresentar o respectivo original, pelo que se publicam apenas as intervenções a que a mesma deu ensejo.

Fermin Bouza-Brey não conseguiu vencer a grave doença e faleceu em Santiago de Compostela no dia 11 de Junho de 1973.

A Galiza perdeu um filho ilustre, poeta delicado e investigador de bem assinalados méritos.

Fermin Bouza-Brey era um grande amigo de Portugal e um velho e querido amigo meu, pelo que, com profunda mágoa, lamento o seu falecimento.

S. J.

Intervenções

Prof. Santos Júnior

Ouviu com todo o interesse a brilhante comunicação, que, pelos elementos nela considerados, é uma contribuição de grande interesse para a apreciação das condições sociais do viver castrejo. Os castros da região compostelana de que nos falou são todos pequenos, com diâmetros que, em média, andam à roda de

60 a 70 metros de comprimento por 40 a 50 metros de largura. O seu reduto, com uma só linha de muralha, parece não oferecer grandes condições de defesa.

Estes pequenos agregados populacionais se foram, como é de supor, de habitação permanente, indicam um grau de dispersão populacional e de viver folgado.

Tal dispersão pode ser reflexo da individualização de pequenos grupos, mas pode também corresponder a especiais condições ecológicas.

De qualquer modo, a multiplicidade e a pequenez dos castros dos arredores de Compostela é uma observação que se presta a várias considerações para a sua justa interpretação.

Dr.^a D. Maria d'Assunção Carqueja Rodrigues

A expressão cozinha dos mouros e medidas dos mouros já utilizada num artigo pelo Prof. Santos Júnior, estará relacionada com a usada pelo colega espanhol? Não será a expressão cozinha dos mouros, uma deturpação do termo casinha?

Dr. José Filgueira Valverde

Concorda com o Prof. Bouza-Brey. O termo deveria ser cozinha dos mouros. É possível que fosse um lugar para se cozinhar comunitariamente.

Alaba la ponencia que representa una continuación de la admirable labor que havia iniciado, bajo la dirección de Lopes Cuevillas, el Seminario de Estudios Galegos en comarca de Deza, Castelliño, Vila Marim, Lemos, etc. e que Fraguas realizó en Lugo.

En cuanto a la existencia, de hogares colectivos considera que seria necesario para asar resas y otras tareas, y que no seria incompatible con los hogares individuales.

Arqueologia e Educação

POR

Adriano Vasco Rodrigues

Esta erudita comunicação foi apresentada na sessão do dia 7 de Outubro de 1972.

O seu autor não apresentou o original, pelo que se publicam apenas as intervenções a que a mesma deu ensejo.

Seguem-se as intervenções

Prof. Santos Júnior.

O Prof. Santos Júnior começou por referir a meritória acção do Dr. Adriano Vasco Rodrigues no campo da Arqueologia de Angola, onde esteve como Inspector do Ensino Secundário, e ali realizou observações cheias de interesse; colheu abundantes materiais escalonados por largos períodos da história de Angola, desde estações paleolíticas até aos concheiros do litoral de Angola, atribuídos aos *strandloopers*.

Referindo-se pròpriamente à sua comunicação disse que ela contratava com as que tinham sido feitas.

A comunicação do Sr. Dr. Adriano Rodrigues, cheia de erudição, com uma larga citação de conceitos filosóficos e de princípios e escolas educacionais, que tentou enxertar na Arqueologia, con-

trasta com a objectividade e a contribuição de dados concretos, a procurar o esclarecimento de problemas, e tantos eles são, em torno da cultura castreja, que todas as outras comunicações primaram em trazer a este colóquio.

Se bem ouvi, o Sr. Dr. Vasco Rodrigues começou por dizer: «Arqueologia é essencialmente compreensiva».

A seguir:

«Não se tem procurado a interpretação da vida».

Falou depois «Da reacção do Homem sobre o ambiente»; «Da integração da cultura castreja na educação»; «Nas formas de educação a integrar o Homem dentro da comunidade»; «Da acção do Homem sobre a Natureza e triunfo do Homem sobre a Natureza»; «Do aumento progressivo da História ligado ao aumento da população»; «Da transmissão dos conhecimentos e sua irradiação lateral e radial». Aludiu às matemáticas modernas e disse: «uma expressão logarítmica permite um certo número de ilações». Não chegou a dizer quais eram essas ilações em relação com a Arqueologia. Disse que «Educar era submeter a uma disciplina, mas que educação não era coacção». Falou de integração social, «quanto maior é o desenvolvimento de relações sociais, maior é o grau de inventiva», etc., etc.

Falou depois de escavações e das vantagens de interessar nelas a juventude.

Aludiu à conveniente salvaguarda do espólio das explorações arqueológicas, o que infelizmente nem sempre se tem observado. Referiu os bons serviços que presta, na interpretação de muitos factos arqueológicos e seu estudo comparado, a elaboração de cartas e de gráficos.

O Prof. Santos Júnior sintetizou a comunicação do Sr. Dr. Adriano Rodrigues como uma tentativa de teorização de um certo número de factos arqueológicos, que procurou integrar em conceitos educacionais.

O Prof. Santos Júnior discordou de alguns dos pareceres ou afirmações feitas pelo conferente. Tal divergência resultaria, talvez, de se tratar de um educador, enquanto que ele, Prof. Santos Júnior

é um biologista que, no entanto, em toda a sua vida não foi, fundamentalmente, senão professor, primeiro do ensino secundário e depois do ensino superior.

Ambos estariam certamente de acordo, como disse o Prof. Santos Júnior, quanto ao conceito, bem sabido e tantas vezes afirmado, de que a Arqueologia é uma ciência altamente educativa e disciplinadora, visto que o arqueólogo, ao fazer uma escavação deve lembrar-se que está a ler um livro cujas folhas são rasgadas à medida que vão sendo lidas.

D. Domingos de Pinho Brandão

Felicitou o orador. Disse que a arqueologa não pode confundir-se com *arquiografia*. Importa muito conhecer e inventariar os monumentos e elementos arqueológicos, mas não pode ficar-se por aqui. Há que procurar saber o que tais elementos nos dizem sobre o homem de então.

A propósito de escavações, observou que há que proceder sempre com muito cuidado. Bem seria que se deixasse habitualmente, nos monumentos que se exploram, uma parte intacta para ser escavada mais tarde, quando forem mais perfeitos os métodos e técnicas de escavação.

Quanto ao método comparativo, com o recurso à etnografia, para conhecimento do passado, deve ser completado, e porventura corrigido em muitos casos, com a leitura e lições dos objectos e elementos arqueológicos que possuímos e que vierem a ser encontrados. Hoje é ainda cedo para se teorizar com exactidão e pormenor sobre a vida do homem, individual e socialmente, no período proto-histórico.

Disse, em resumo: ser absolutamente indispensável regulamentar o que se está a passar com os «bric-à-bragues»: ali se expõem objectos de arqueologia, para fins de coleccionismo, que ficam, assim, perdidos para a arqueologia, pois desconhecendo-se as particularidades do seu achamento, perdem todo o interesse para a investigação. Por outro lado esse comércio fornece o aumento de rebuscadores de lugares arqueológicos, tornando-os assim irremediavelmente perdidos para a arqueologia.

Arq. Fernando Lanhas

Após felicitar o Dr. Vasco Rodrigues pela sua comunicação, cujo tema julga poderia ser exactamente o tema geral de um colóquio, dada a variedade de aspectos que apresentava. Referiu-se ao caso particular da representação gráfica (citado na comunicação) da evolução das culturas, seus paralelos e, ainda, a sua utilidade, porquanto poderá muitas vezes acusar faltas ou até, justificar fenómenos que de outra forma seriam dificilmente encontrados.

O A. foi insistentemente solicitado a mandar o original do seu trabalho, de tema cheio de interesse, bem como o da senhora sua esposa D. Maria d'Assunção Carqueja Rodrigues, sobre *Alguns Castros da região da Guarda*.

Promessas sucessivas de envio dos trabalhos não foram cumpridas, o que deveras se lamenta.

La originalidad de la cultura castreña

POR

Juan Maluquer de Motes

Prof. cat. de la Univ. de Barcelona
Director del Museu Arqueológico

De todas las culturas prerromanas peninsulares es sin duda la cultura castreña o castreja la que ofrece una mayor originalidad. No vamos a descubrir ahora los principales rasgos de esa cultura, puesto que, a pesar de que es mucho lo que nos falta conocer, los rasgos más esenciales son bien conocidos de los investigadores gracias a más de un siglo de importantes trabajos, realizados por los científicos y eruditos portugueses y españoles. Sin embargo es del mayor interés conocer las causas de esa originalidad tan notoria.

En una primera y fácil interpretación existe la tendencia a considerar que la originalidad castreña derivaría de su posición geográfica en el Noroeste peninsular, que marcaría la idea de aislamiento y conservadurismo. De hecho muchos autores han querido resolver el problema mediante el fácil argumento de ese pseudo aislamiento que personalmente no podemos aceptar.

En realidad la idea del aislamiento castreño procede de una óptica equivocada que siempre ha querido valorar el mundo indígena en el momento de la conquista romana, desde el ángulo de los conquistadores. La integración a la Historia, de los desarrollos inmediatamente anteriores a la presencia romana, se ha hecho eco, de un modo más o menos consciente, de la infravaloración del mundo indígena de Hispania como de un mundo bárbaro y no civilizado. En ese sentido puede decirse que el concepto griego de dualidad entre griegos y bárbaros, fué rápidamente asimilado y

apropiado por los romanos en relación a los pueblos conquistados. Únicamente en el caso de nuestros pueblos, los romanos, bien conscientes de su injusta valoración del mundo indígena, y siempre *a posteriori*, pusieron en circulación determinados tópicos, como el del valor suicida, el de la frugalidad, el de la fidelidad hasta la muerte, el de la inconstancia, el de la buena fe, etc. que un leve examen a nivel general nos demuestran ser totalmente inexactos.

Veamos de momento el argumento del aislamiento. Para calificar de aislada a una determinada zona es preciso partir de una base predeterminada en relación a la cual pueda existir el tal aislamiento. Es decir, es preciso señalar un foco elegido y ese foco puede ser político, cultural o económico. Además es necesario fijar un momento cronológico determinado. En el caso de la cultura castreja, ese momento debe ser necesariamente el de su formación, que de todos modos siempre es anterior al año 500 a. C. Es decir, cabe adoptar como momento de análisis la primera mitad del milenio anterior al cambio de Era.

Si tomamos esa base cronológica, es decir los siglos VII-VI a. C., cual será el aspecto en relación al cual cabría considerar un pretendido aislamiento castreño?

Resulta bastante claro que no podemos tomar un foco político determinado. Basta recordar lo que fue la Roma de esa época. En aquellas fechas no existe en todo el Mediterráneo, y menos en el Occidente, un factor político que por su universalidad pudiera ser tomado como base de comparación.

Menos clara resulta aun la elección de un factor cultural. Ciertamente en esos siglos el mundo mediterráneo se mueve alrededor de un elemento cultural de cierta uniformidad, puesto que nos hallamos en plena boga orientalizante, y si lo tomáramos como base podríamos razonar, eso sí, un cierto aislamiento, pero también podríamos hablar de aislamiento para otras muchas áreas peninsulares y en primer lugar del área propiamente ibérica, donde el signo orientalizante es en buena parte inapreciable. Pero además hemos de plantearnos si la amplia moda orientalizante, patente en determinados aspectos, como en joyería por ejemplo, puede llegar a definir un foco cultural por encima de diferencias

étnicas, lingüísticas, etc. Personalmente creo que no. Fenicios, griegos, y etruscos reciben y asimilan en mayor o menor grado la moda orientalizante, pero nadie considera a esos tres pueblos como exponentes de una sola cultura. En todo caso podría adoptarse el sentido amplio de cultura mediterránea orientalizante, pero en ese caso tampoco podemos considerar la zona de nuestro Noroeste como zona aislada.

Queda un factor, el económico que nos permite plantear un problema salvando los escollos mencionados.

En un momento en que el bronce juega el papel más importante en la economía del mundo antiguo centrado en el Mediterráneo, puede considerarse aislada una zona como nuestro Noroeste que constituye una de las más ricas en mineral y de explotación más fácil? Mas aun, cuando la mayor circulación del bronce se realiza precisamente por vía marítima puede considerarse aislado el Noroeste? Ciertamente no y tanto las fuentes escritas, que atestiguaban que los tartesios navegaban en busca del estaño a las Casitérides, como los hallazgos arqueológicos (importaciones de *aryballos* o *amphoriskos* de pasta vítrea del castro de Neixón), confirman que el Noroeste es una zona ligada al comercio mediterráneo con anterioridad al año 500 a. C.

Si el Noroeste es el país del estaño y existe una comercialización del mismo, no puede considerarse en absoluto como zona aislada la productora en relación al área consumidora. Ello solo es posible en un nivel de desarrollo político que se basara en una explotación sistemática de los centros productores, de tipo colonial, y no hay indicio alguno de que nuestro Noroeste fuera «colonia» tartesia ni fenicia.

Si en lugar del momento cronológico inicial de la cultura castreja, nos fijamos en el primer siglo del dominio romano observaremos ciertamente un cambio. Vemos la explotación sistemática de un recurso local, el oro, pero esa explotación constituye algo exótico que no sólo no afecta a la estructura social y cultural del país, sino que en todo caso puede servir de cierto estímulo como parece indicarlo el brillante desarrollo de la orfebrería indígena, que por cierto, nada debe a los romanos. Por consiguiente ni siquiera bajo el dominio romano podemos considerar a nuestro

Noroeste como una zona aislada. La misma estructura administrativa y jurídica impuesta por los romanos en el Noroeste, la hallaremos en las restantes porciones del mundo romano aisladas o no.

Si la cultura castreja continua bajo la égida romana sin grandes modificaciones, es que corresponde a algo mucho más profundo y fuerte que la misma presencia romana. Ese algo nos parece que puede ser debido en primer lugar a *una verdadera unidad racial profunda y antigua que distingue a los pueblos del Noroeste de todos sus vecinos*, y en segundo lugar, a la *existencia de una base económica perfectamente estable y compensada que presupone un total equilibrio entre la densidad de población y los recursos que pueden obtenerse del suelo*. Es bien sabido que un pueblo de economía compensada, es hasta cierto punto un pueblo estabilizado, en el que el desarrollo y la evolución social se caracterizan por su enorme lentitud y que en el terreno de la cultura material apenas se aprecian modificaciones aparentes.

Sin embargo en la cultura castreña hay evidentemente una evolución que aunque lenta, es perceptible, y si no la conocemos mejor es porque el estado de la verdadera investigación con la metodología hoy exigible está sólo en sus comienzos.

En consecuencia no es el aislamiento la causa de la verdadera originalidad castreña. No es tampoco una supuesta inmovilidad que no existe, sino el hecho de que *desarrolla siempre toda innovación en el marco de su propia tradición y del mantenimiento del equilibrio*. En este sentido la excesiva preocupación en querer vincular la cultura castreña a desarrollos célticos europeos por consideraciones meramente técnicas, ha enmascarado y retrasado el verdadero conocimiento de la cultura castreña.

Ya hemos indicado que a nuestro modo de ver uno de los aspectos más determinantes del mundo castreño es su unidad racial frente a sus territorios vecinos. Tal unidad racial es consecuencia de un largo proceso de cristalización en el que juega un papel importante la densidad humana.

Por razones de climatología atlántica, durante la fase subboreal, que corresponde en bloque a la etapa de madurez de la cultura megalítica, los territorios del Noroeste ofrecen una gran

concentración humana en relación a las zonas periféricas inmediatas de la Meseta. Esta concentración esta motivada por dos factores, ambos de tipo económico. Por una parte, las mejores condiciones de pastos en relación a las tierras altas de la Meseta permiten el desarrollo de una economía pastoral estable sin que sea preciso acudir a nomadeos ni trashumancias.

Por otra parte la fuerte erosión de la etapa subboreal, coincidiendo con la difusión de las técnicas mineras, fomenta el que la población se concentre en aquellas zonas occidentales en las que el mineral es más asequible y abundante.

Es decir, todo se conjuga para estimular una fuerte concentración humana hacia las tierras occidentales. Como por otra parte se mantiene en ciertas áreas un denso bosque (aunque no se ha efectuado todavía un cálculo satisfactorio entre las tierras de posible agricultura y pastizal y las de bosque), podemos admitir provisionalmente que las tierras ocupables son relativamente reducidas lo que acrecienta y da más valor al problema de la concentración humana, entre la Meseta y la línea costera. En esas condiciones un fuerte índice de desarrollo endógamo cristaliza en la formación de un bloque racial uniforme.

Podemos considerar que a lo largo del tercer y segundo milenios se ha constituido una *raza castreña* sobre un territorio concreto, con una economía mixta, recolectora, agrícola y pastoril, plenamente adecuada al territorio que ocupa y ese bloque humano sin necesidades de expansión por plenamente equilibrado, desarrollará en el primer milenio la que definimos como cultura castreja ampliada con una notable actividad minera y metalúrgica.

La cultura castreña es original y no inmovilista. Lo que sucede es que conocemos mal sus fases porque siempre ha sido tomada como un bloque sin pretender establecer su periodización interna. Cualquier yacimiento, cualquier castro o incluso un hallazgo aislado se califica de castreño, sin que se preste excesiva atención al momento concreto a que corresponde. Los castros por ejemplo son romanizados, poco romanizados o no romanizados, pero esto es sin duda insuficiente. Es evidente y la mínima experiencia histórica puede demostrar que un poblado puede pervivir en época romana sin la menor existencia de restos de cultura material

romana. La presencia romana puede limitarse por ejemplo al simple pago de una contribución, que por otra parte muchas veces no se realiza incluso en la propia aldea.

Es por consiguiente urgente establecer fases sucesivas en el desarrollo castreño, a pesar de que tenemos plena consciencia de que en el estado actual de conocimiento toda periodización solo puede ser condicional e hipotética, pero sin la cual no hay modo de profundizar de modo organico en el conocimiento del mundo castreño.

Ciertamente para formular cualquier periodización es necesario adoptar unos criterios teóricos que deberan superarse y ser substituidos el dia en que la amplitud y densidad de excavaciones metódicas en todo el territorio, permita establecer las necesarias seriaciones estratigráficas con valor general, lo que hoy no es aun posible. Recordemos como ni siquiera en otras culturas peninsulares mucho mas trabajadas, como la cultura ibérica levantina, se ha podido establecer aun una verdadera perodización con criterios modernos.

En el momento actual sólo la arquitectura castreja ofrece elementos en numero suficiente para intentar una periodización. A partir de sus manifestaciones y con datos precisos sumados a indicios y sospechas, podríamos considerar la existencia de cuatro fases en la cultura castreña. Las tres primeras de pleno desarrollo y la última de pervivencia. El que sea precisamente la etapa de pervivencia durante la época romana la mejor conocida, no debe hacernos olvidar que el desarrollo de toda cultura propiamente dicha corresponde a la etapa en que una población desarrolla sus propios recursos sin mediatizaciones exóticas ni imposiciones de estructuras políticas o militares forasteras, aunque estas puedan ser culturalmente superiores.

Con estos antecedentes podríamos considerar a la cultura castreña dividida en:

Castreño I. Etapa en que los poblados, continuadores de los desarrollados por la población megalítica, se constituyen por la agrupación de viviendas en cuya construcción predominan los elementos de origen vegetal (madera, ramaje, etc.).

Castreño II. Aparición y desarrollo de las viviendas circulares de piedra y de organización de los sistemas defensivos como fruto de un acusado particularismo.

Castreño III. Etapa de contacto con el mundo romano hasta Augusto.

Castreño IV. Pervivencia castreña en la cultura romano provincial.

El primer período castreño constituiría la etapa durante la cual la continuidad en el gran florecimiento de la metalurgia del bronce recibe constantemente estímulos del Sudoeste peninsular, donde la civilización tartesia alcanza su máxima expansión y desarrollo. De modo indirecto la riqueza estannífera del Noroeste, provocará la atracción de las poblaciones de la Meseta Norte que siguiendo una pauta iniciada ya durante la Edad del Bronce, intensificarán sus infiltraciones matizando intensamente el borde oriental del área castreña.

El Castreño II vería la ruina de los contactos con la zona urbana tartésica, ya que al desaparecer Tartessos, desaparece a su vez el aliciente económico que suponía la exportación de bronce manufacturado hacia el sur. Por ello fijáramos hacia el año 500 a. C., el comienzo de este segundo período castreño. Por otra parte correspondería a una etapa de gran expansión hacia occidente de los pueblos celtibéricos de la Meseta norte durante los siglos v y iv lo que habrá de provocar la aculturación de numerosos elementos de la Meseta en el Noroeste. Este período II constituye sin duda el período clave del mundo castreño, y probablemente comienza el verdadero desarrollo de las estructuras defensivas de los castros que habrán de constituir su ulterior característica.

Es interesante observar que es precisamente en este período que florecen aquellos estímulos técnico-culturales recibidos del sudoeste peninsular durante la etapa anterior, que habrían producido una dinámica interna responsable, por ejemplo, del desarrollo de una orfebrería castreña con una fase inicial de imitación de lo meridional arcaico, y luego de originalidad y copias de modas europeas recibidas a través de los caminos del norte de la Meseta más que de relaciones marítimas atlánticas. En una fase avanzada de este período (Iib), la más intensa aculturación de poblaciones

,de remoto origen continental con gran capacidad de organización, espíritu de iniciativa y capacidad de mando llegaron a imponer su propia lengua y el nombre de galaicos con que seran conocidos por los romanos. La presencia de estos elementos estimula más, si cabe, el particularismo que aboca a una fase IIc, ya en el siglo II a. C. a la pleno consolidación y exaltación de esos elementos que se harán eco lejano del militarismo romano y de la reacción nacionalista lusitana. Ahora el mundo castreño representa una reserva de ayudas no despreciables en la retaguardia de Viriato.

El periodo Castreño III comenzaría con las campañas de Bruttus. En este periodo, el contacto con lo romano no representó probablemente gran variación en el desarrollo de la cultura material castreña, pero cercenó sin duda su capacidad de expansión para la que se habia preparado en el periodo anterior. El proceso de romanización parece iniciarse pronto, pero hasta Augusto no parece capaz de transformar la mentalidad indígena.

Añadimos un Castreño IV, de desarrollo romano provincial, con un gran pervivencia de la tradición indígena en las áreas rurales, y escaso intento de desarrollos urbanos.

A lo largo de casi un milenio de vida de la cultura castreña, existe ciertamente una evolución. Por desconocida que sea podemos sospechar que es precisamente en la estructura social y económica donde la podemos detectar de un modo más acusado. Por ello es tan importante la consideración de la vivienda como centro de la vida cotidiana, lo que justifica la importancia que siempre han dado todos los investigadores castreños al estudio y analisis de las casas, mucho más expresivas que el propio sistema defensivo.

Los estudios sobre las casas castreñas han analizado su técnica, su forma, sus problemas arquitectónicos, sus orígenes, etc. de modo sumamente completo y competente. Conocemos clasificaciones minuciosas en las que se demuestra que la planta curvilínea o circular, és, no sólo la preferente, sino la más antigua. Las formas rectilíneas, rectangulares e cuadrilongas, se introducen en un momento avanzado que Cuevillas supuso debida a la influencia romana y Taboada a la ibérica. Pero resulta muy instructivo fijarse precisamente en la capacidad de esas viviendas castreñas,

y uno de los rasgos más notables y destacados, és precisamente su escasa capacidad en relación a viviendas de la misma época de otras áreas peninsulares. Sin duda ello solo puede ser reflejo de una estructura social «diferente».

La escasa capacidad de las casas circulares es bien manifiesta. Según el gran investigador F. L. Cuevillas, el valor de su diámetro suele variar entre tres y cinco metros lo que significa una capacidad entre 4,81 m² y 13,38 m². Naturalmente existen casas mayores, algunas con 19,27 m² en Coaña y Meirás, e incluso construcciones excepcionales como una de Briteiros con 34,26 m² y otra de Guiarey con 43,36 m², de comprobar-se los datos sobre sus diámetros.

La simple consideración de la capacidad de una vivienda permite importantes sugerencias y en primer lugar debe rechazarse la cualificación de casas para muchas construcciones que no alcanzan los cuatro metros cuadrados y que normalmente no se separan en las publicaciones. Se tratará de almacenes, hórreos, hornos, cocinas o cualquier otra cosa pero no viviendas. Pero aun eliminando esos casos extremos, resalta la idea de pequeñez que convierte nuestras casas castreñas más en cabañas y refugios que viviendas permanentes. Ello parece acusar directamente la persistencia de una tradición anterior.

Si tomamos como modelo un castro como el de Santa Luzia, vemos que el 50 % de las construcciones son casas circulares, el 12,3 % elípticas y el 14,4 % angulares, sin considerar las restantes construcciones. La capacidad media de 40 casas circulares arroja un promedio de 9,79 m² que puede compararse con el de otros castros. En San Julião de Caldelas se obtiene un promedio de 10,73 m², mientras que en Castromão solo 6,97 m². Cálculos análogos pueden realizarse en otros muchos castros y se obtienen unos promedios bastante semejantes. En Santa Luzia las casas angulares arrojan 18,53 m², lo que representa doble capacidad de las casas circulares.

Vemos por consiguiente que la escasa capacidad inicial, propia de cabañas, tiende a ampliarse mediante la construcción de los célebres vestíbulos y construcciones anejas, en un proceso de mayor permanencia, con lo que se obtiene hasta un 50 % de mayor

capacidad. Más tarde, esa capacidad aún se amplía con la construcción de plantas rectangulares. En el castro de Santa Luzia el 60 % de las viviendas circulares aun carece de vestíbulo, lo que constituye un ejemplo típico de evolución media.

Si tenemos en cuenta la capacidad media usual de las viviendas en otras áreas vemos que una capacidad de 20 m² se considera mínima (poblado ibérico de Puig Castellar). En La Bastida de Mogente se alcanza un promedio de 28 m² en viviendas incendiadas en el siglo iv.

Por consiguiente, sólo con la evolución de la vivienda vemos ya que existe un amplio proceso de desarrollo en la cultura castreña que arranca de simples cabañas para ampliarse con construcciones más complejas a medida que se hace sentir la necesidad de obtener una mayor capacidad que solo será doblada cuando se adoptan las construcciones angulares. Vemos aquí como el peso de la propia tradición impide el total abandono de las construcciones habituales.

Este proceso solo puede ser consecuencia de una evolución social y económica. Podría explicarse por ejemplo si pudiera demostrarse que una comunidad con una economía colectivista evolucionara hacia formas de actividad más individualizada. En ese caso la vivienda inicial sería un mero refugio puesto que el almacenaje del producto del trabajo podría, tener otras soluciones, ya que las reservas no están ligadas al individuo ni al grupo familiar sino a la colectividad como tal. Otro ejemplo podría constituirlo la aceleración de la desigualdad con la aparición del concepto de riqueza individual favorecido por las actividades técnicas minero metalúrgicas especializadas.

En definitiva tenemos la prueba de la existencia de un proceso de evolución en la cultura castreña cuya base habrá que buscar en los aspectos económico-sociales de su propio desarrollo, más que en las influencias exóticas. Precisar, definir y conocer cada una de las fases de ese proceso es la espléndida tarea que aguarda a la nueva generación de arqueólogos castreños.

O Castelo do Mau Vizinho

POR

P.^e António da Eira

Pároco da freguesia de Cimo de Vila,
sócio da Soc. Portuguesa de Antropologia

O *Castelo do Mau Vizinho*, como vamos ver, é um estranho monumento arqueológico que fica na margem direita do rio Mouce, em termo da freguesia de Cimo de Vila, concelho de Chaves, e a uns 30 quilómetros desta cidade.

O rio Mouce é um pequeno riacho que nasce na serra de Cota, relevo orográfico do planalto monfortino, do nordeste do concelho de Chaves. Desce o pequerrucho fio de água a vertente leste da serra, e faz a linha divisória da fronteira com a Galiza em cerca de dois quilómetros. Corre depois em terreno português por terras das freguesias de São Vicente, Travancas, Roriz, Cimo de Vila e Sanfins, até à sua confluência com o rio Mente, afluente do Rabaçal. Quase a meio do seu percurso que é oeste-leste, e que não excederá uns quinze quilómetros, o rio faz um desenho que semelha as orelhas de uma lebre descomunal. É caprichoso o traçado do seu leito, lá na profundíssima ribeira, entre Cimo de Vila e Orjais. Por tão profundo nunca seca. É pedregoso e bem povoado de lindas e saborosíssimas trutas. As águas concorrem para isso, vindas de quase mil e cem metros de altitude, ou de frescas nascentezinhas dos pequenos arroios adjacentes. Por ali tenho visto macios agriões, o virtuoso fioelho, a erva cavalinha, o cravo silvestre, o hipericão, ...etc., etc.

Pois nesses meandros formosíssimos encontramos nós a emergir, por força ciclópica, quase a superar quantas maravilhas dan-

tescas existam nestes esconderijos trasmontanos, o *Castelo do Mau Vizinho*.

É uma escarpa que se levanta da segunda orelha de lebre que o leito do Mouce vai rasgando e aprofundando no seu rastejar permanente, a limar fragas e a alimentar trutas. Tal escarpa é coisa de assombro. Ergue-se como cabeça de víbora, acima daqueles meandros, ponteaguda, ameaçadora, quase inacessível, a desafiar os ares, com teimosia impertinente. O rio vem encontrá-lo, o castelo, pelo poente. Deste lado, da superfície das águas ao cimo da escarpa, a altura, a pique, é de 85 metros. O rio faz um meandro muito grande, para norte, originando uma península perfeita, e que não cortou por poucos metros. Ali vemos uma pre-sazita que vai fazer mover três moinhos em cascata sucessiva. Tal é o desnível do rio naquele palmo de terra.

Mas depois de o rio dar a volta completa ao Castelo do Mau Vizinho, a altura do cimo do monumento fica em relação à água da corrente, pela parte nascente, na cota de 139 metros.

O acesso ao monumento, é pela parte sul. Deste lado de Cimo de Vila, o Castelo liga-se à montanha. Ali a escarpa é cortada quase na vertical, com uma altura de 39 metros. Extraordinário!

O cume da rocha foi desbastado a pico, pela mão do homem, para nele insculpir um monumento de longa vida. A pedra xistosa não favorece muito a sua conservação. Todavia ali encontramos, «no todo cima» ou seja no topo cimeiro, aquele plano artificial de cerca de 25 metros quadrados, quase um triângulo com a base para leste. Nele se abrem sete cavidades na direcção sudoeste-nordeste, quase sul-norte, com declive pouco acentuado para norte. As duas primeiras cavidades são paralelas, arredondadas, uma com 15 cm de diâmetro e 4,5 m de profundidade, e a outra com cerca de 25 cm de diâmetro e a profundidade de 7 cm. A uns vinte centímetros de distância umas das outras, seguem elas, as restantes covas, todas alinhadas de sul para norte. A primeira é de uns 80 cm de comprimento e talvez outro tanto de largo, meio desfeita, e com a profundidade de uns 10 cm na parte mais funda. A seguir há uma cova arredondada com 13 cm de fundo por uns 15 de diâmetro.

Há depois outra cova rectangular, com cerca de um metro de comprimento por 35 cm de largura e uns 18 cm de fundo. Seguidamente, outra cova tem a mesma configuração, com as medidas de 53 cm por 20 cm, e a profundidade de uns 7 cm. Esta última apresenta no fundo do seu topo nordeste, uma covinha arredondada. E a última cova, a quarta, mede uns escassos 40 cm de comprimento por uns 27 cm de largo. É um nadinha arredondada, enquanto que as outras são de linhas rectas. Desde as duas primeiras até esta última, todas dão vertente de umas às outras. Estas duas últimas dão vertente para o renque de degraus largos e espaçosos que descem para nascente. Alinham paralelas aos degraus, e terminam aproximadamente a meio do eixo das escadas. Distam do primeiro degrau uns 70 cm. E a plataforma eleva-se acima deste também uns 50 cm.

O primeiro degrau tem a largura de 2,7 m e o comprimento de 4,70 m, num declive de uns 40 cm. A seguir, o segundo degrau tem cerca de 1 m de largura, o mesmo comprimento do primeiro e um declive aproximado de 25 cm.

A rocha, em decomposição, vem danificando o monumento, de modo a desgastar cada vez mais os bordos e as esquinas.

Seguem-se dois degraus mais curtos. A estes dois, como a rocha em que são cavados vai estreitando, segue-se o lance na sua parte mais perfeita: São mais seis degraus de cerca de 40 cm de altura por outros 40 cm de largura. Na sua parte posterior apresentam um sulco mais fundo do que a sua superfície, com cerca de 24 cm de largura e 5 cm de profundidade.

Depois destes degraus há um último patamar com 1,60 m de largura ao qual se segue uma pia grande, hoje coberta de cascalho, que foi impossível verificar e medir.

Um pouco abaixo do meio daquele formoso lance de escadas em anfiteatro, há um passadiço para sul com sulco profundo, para o precipício. Será uma espécie de Rocha Tarpeia, cujo mistério nos envolve e nos prende.

Pela parte do poente, sul e nascente, o monumento é naturalmente defendido pelo corte quase vertical da rocha, numa altura monstruosa e inacessível de 85 metros. Do lado norte a vertente

é menos inclinada. Por isso o monumento é protegido por um muro de pedra com cerca de 20 metros de comprimento e assente em consistente argamassa. Tem a noroeste uma esquina de traça que lembra o tipo dos muros ou paredes romanas; para nascente vai arredondando até cercar e fechar o fundo do monumento. A espessura deste muro, na parte mais larga, atinge cerca de metro e meio.

Ao lado do escadario existem abertos na rocha uns pequenos degraus, espécie de escadotes de serviço. Mas o do lado norte termina num recipiente largo, quase quadrado, junto ao muro.

Pelo monte abaixo, outros vestígios se encontram, de obra humana em desbastação da rocha para assento de suposto travajamento.

O que nos diz a lenda

Conta o povo que o Castelo do Mau Vizinho é património do Pecado. E aqui o Pecado é sinónimo equivalente a Diabo.

Portanto o Castelo do Mau Vizinho é Castelo do Diabo.

E segue-se o relato, dizendo que o Pecado sobe a cavalo no seu cavalo pelo fragão escorregadio e difícil, na vertente leste, onde se vêem as marcas agigantadas das ferraduras bem marcadas na rocha. E é por essas pegadas que nós conseguimos subir, mas não sem custo.

Tão difícil é o acesso, que pessoas há que não conseguem passar.

Seguidamente, o Demo dá de comer à sua montada nas piazinhas da plataforma do monumento. Depois desce pela vertente norte, a caminho do seu reino infernal, lá para as profundidades da terra. A porta de entrada é o Poço de Baldar, lá no fundão, a nordeste do colossal meandro do Castelo do Mau Vizinho.

O Poço de Baldar é um remanso, após um rápido elegante, de três a quatro metros de profundidade, com um corte vertical muito perfeito, liso, natural. Mas o pego, do lado do Castelo, apresenta um recanto sombrio, sempre escuro e feio, misterioso e insondável.

É velado por silvas e arbustos, tudo concorrendo para alimentar o misterioso da lenda popular.

É ali a porta do reino do averno, por onde o Pecado sai e entra com o seu cavalo, a coberto do mistério insondável daquelas águas do Poço de Baldar.

Conta-se que dois homens da aldeia de Roriz andavam à pesca das trutas naquele ribeiro, tendo um deles mergulhado na perseguição das mesmas.

No mergulho entrou para dentro do misterioso esconderijo. Penetrou em uma caverna escura, e encontrou-se lá dentro em seco, sobre uma rocha, na mais completa escuridão. E ali ficou naquele reino de trevas, sem saber como sair. O companheiro, farto de esperar, convenceu-se de que grande desgraça lhe sucedera. Tomou-lhe as roupas, e foi-se embora para dar conhecimento, à família e aos vizinhos, de tão triste como temeroso facto.

Ao outro dia, quando uma ténue «luzença» chegou à caverna onde o prisioneiro do Demo se encontrava, resolveu este tentar um mergulho na direcção da claridade. Felizmente a tentativa resultou em bem. O homem viu-se a salvo das mil conjecturas sombrias daquele martirizante cativo. E o único percalço que se lhe seguiu depois, foi ter de regressar ao povo às ocultas, por ir nuzinho de todo, à «Pai Adão».

Procurei dois auxiliares um dia para ir explorar o Poço de Baldar. Tudo se combinou. Mas quando estávamos para partir, um deles não apareceu. Receoso de qualquer desgraça, preferiu estragar-me os planos e não dar sinal de gente. Com um só auxiliar, nada consegui.

O caçador José Pio, afamado que ele foi em seus bons tempos de caçador, relata-nos hoje como todos os caçadores de Cimo de Vila e arredores sempre olhavam para o morro do Castelo do Mau Vizinho e o tinham como coisa sagrada, onde nunca em tempo algum houvera o atrevimento de pôr um pé ou dar um tiro.

Qualquer coelho que para lá se escapasse corrido pelos cães, podia muito bem ser encarnação do Diabo... E com o Demo não há que ter contas!...

De mais a mais, até as espingardas se negariam a dar fogo.

O que será este monumento

À primeira vista, os restos arqueológicos desta obra humana e num sítio tão singular, dão-nos a ideia de ser um monumental santuário pagão. Pode muito bem ter sucedido que os antigos habitantes destes sítios, olhando para o singularíssimo serpentear do leito do rio e para o extraordinário pico do Mau Vizinho, fossem levados a considerar aquele conjunto de meandros como a personificação ou mistificação da Serpe. E assim teriam dado ao Castelo o melhor do seu destino. Seria um altar a qualquer divindade aquática, com seus ritos, seus sacrifícios, suas imolações? Covinhas, seriam elas lá no topo, na plataforma, o sítio do holocausto, onde cairia o sangue das vítimas, para logo escorrer pelos sulcos ainda visíveis, e pelos degraus, até ao recipiente do fundo.

E o corredor e o sulco largo a sair deste recipiente para o abismo fundo, por sobre laje imensa, mostra-nos bem como seria possível praticar sacrifícios bárbaros, empurrando as vítimas para este precipício.

Mas o mistério do Castelo do Mau Vizinho continua, até que se faça o seu estudo pormenorizado, e leve ao desvendar dos seus segredos.

Na continuação do escadario, pela vertente abaixo, há bastante cascalho miúdo.

Seria produto do desbaste da rocha, para rasgar o monumento?

Parece coisa em excesso.

Terá aqui cabimento a opinião do ilustre Dom António Fráguas, quanto à possibilidade de exploração mineira?

Mas a distância, da água até ao pico quase na vertical, é de considerar.

Seja como for, continua o mistério deste monumento do Castelo do Mau Vizinho.

Ao fundo da vertente leste do *Castelo do Mau Vizinho* existem umas rochas altas, onde se vê uma cavidade, bastante acima do chão. Foi-me dito e garantido que ali aparecera um tesouro antigo de jóias de ouro, e que tais jóias transitaram para Lebução.

Por isso, o «Tesouro de Lebução», tão conhecido em todo o mundo, seria do Castelo do Mau Vizinho, antes de ser de Lebução.

Portanto, é possível que os celtas fossem os senhores do Castelo do Mau Vizinho.

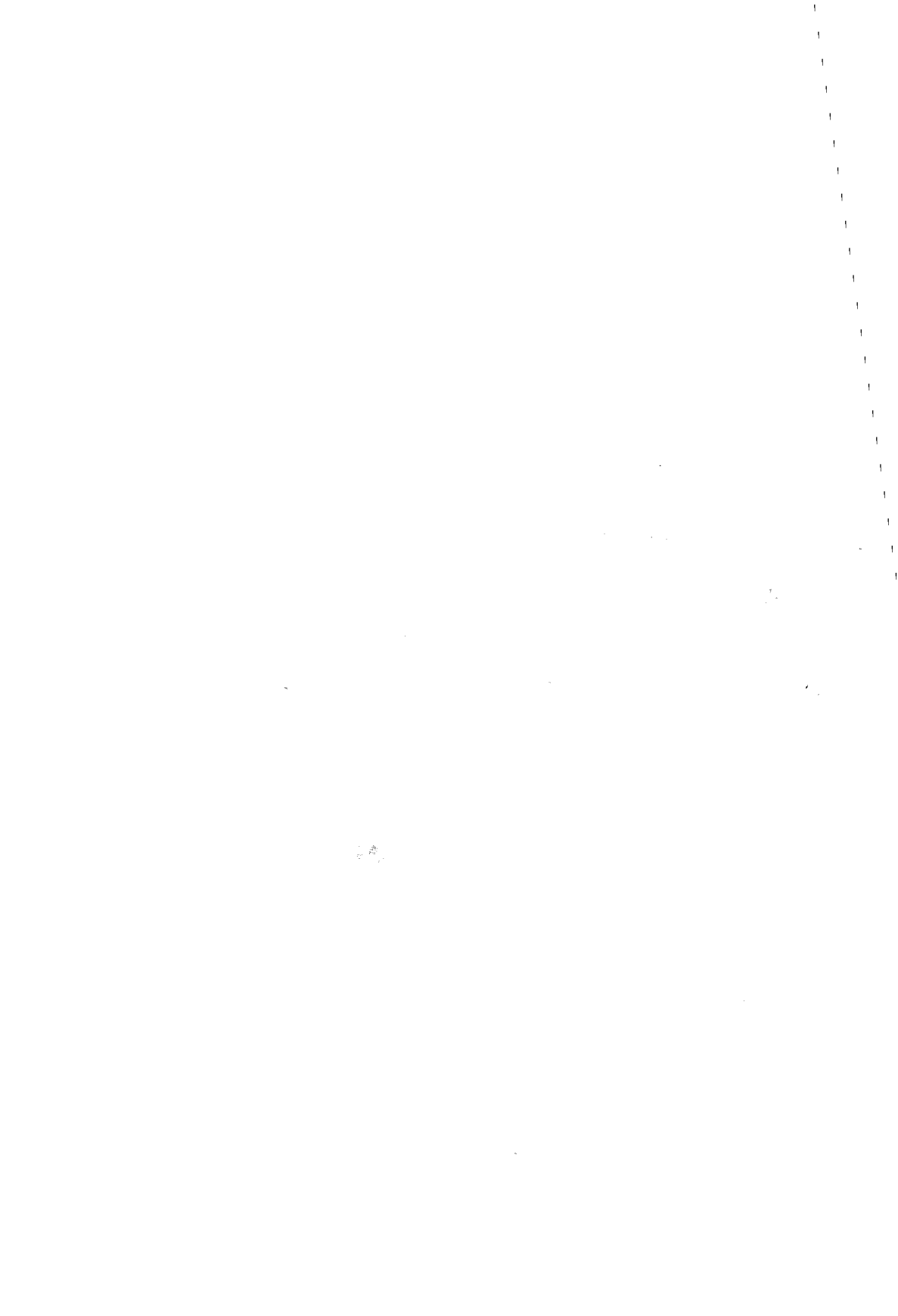
Mas a argamassa do muro que defende o lado norte do monumento, não deve ser produto celta.

A datação, a origem e o possível significado do *Castelo do Mau Vizinho* são problemas que ficam em suspenso.

De qualquer modo, julgo que este estranho monumento arqueológico bem merece um estudo pormenorizado.

ERRATAS

<i>Pág.</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê:</i>	<i>Leia-se:</i>
188	17	extreme	estreme
327	20	faqi	magi
331	18	contratava	contrastava



Trabalhos de Antropologia e Etnologia

da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

VOL. XXII — FASC. 3

SUMÁRIO:

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR — O Colóquio Luso-Espanhol de Cultura Castreja em Carvalhelhos — (4 a 11 de Outubro de 1972) . . .	187
J. R. DOS SANTOS JÚNIOR — As notáveis condições de defesa do Castro de Carvalhelhos	207
Normas para o estudo geral dos Castros	221
XAQUÍN LORENZO FERNÁNDEZ — Metamorfosis de unha casa Cas- trexa	225
J. R. DOS SANTOS JÚNIOR — Alguns problemas castrejos: cobertura das casas	231
JESÚS TABOADA CHIVITE — La romanización del hábitat Castreño .	237
MODESTO RODRÍGUEZ FIGUEIREDO — Outra vez coa ofiolatria: dous achádegos interesantes	249
MÁRIO CARDOZO — La Culture des Castros du Nord du Portugal .	261
D. FERNANDO DE ALMEIDA — Reminiscências Castrejas na Arte Visigótica	283
D. DOMINGOS DE PINHO BRANDÃO — O «Alto» ou «Monte do Castelo» — Penha Longa (Marco de Canaveses)	289
OCTÁVIO DA VEIGA FERREIRA — Antecedentes Pré-Históricos dos Castros da Idade do Ferro: os Castros da Idade do Cobre em Portugal	295
XOSÉ FILGUEIRA VALVERDE — Ouro nos Castros	307
FERMIN BOUZA-BREY — Características e particularidades dos Cas- tros dos arredores de Compostela.	329
ADRIANO VASCO RODRIGUES — Arqueologia e Educação	331
JUAN MALUQUER DE MOTES — La originalidad de la cultura castreña	335
P.ª ANTÓNIO DA EIRA — O Castelo do Mau Vizinho	345